

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Frederico Rezende Bilheri

**PARTICIPAÇÃO POPULAR JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO
DE JUIZ DE FORA (MG): A NECESSIDADE DE REINVENÇÃO DE UM SISTEMA.**

JUIZ DE FORA

2020

Frederico Rezende Bilheri

**PARTICIPAÇÃO POPULAR JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO
DE JUIZ DE FORA (MG): A NECESSIDADE DE REINVENÇÃO DE UM SISTEMA-**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Administração Pública da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar José dos Santos

JUIZ DE FORA

2020


FREDERICO REZENDE BILHERI

**PARTICIPAÇÃO POPULAR JUNTO AO PODER LEGISLATIVO
DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA (MG): a necessidade de
reinvenção de um sistema**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Administração Pública.

Aprovada em: 19 / 11 / 2020.

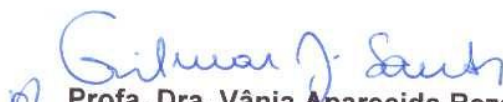
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Gilmar José dos Santos
Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



p1 **Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira**
Universidade Federal de Juiz de Fora



p1 **Profa. Dra. Vânia Aparecida Rezende**
Universidade Federal de São João del-Rei



p1 **Profa. Dra. Ângela Maria Carrato Diniz**
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

A Deus, mestre dos mestres.

Ao povo brasileiro, grande provedor do curso e destinatário de todo o conhecimento.

À minha família, que recebeu a missão de estar comigo nessa jornada e sempre se fez presente.

Ao meu orientador, guia dedicado e imprescindível na conclusão deste curso, pelo empenho, amparo e competência.

Aos professores do curso de mestrado, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e da Universidade Federal de Juiz de Fora, por disponibilizarem seus conhecimentos e experiências.

Aos servidores e terceirizados, que zelam por toda a estrutura física e administrativa necessária para o funcionamento da FACC e da UFJF.

Aos colegas de sala, por lutarem juntos, dividindo as dúvidas e as “pseudocertezas”.

Aos amigos, que apesar de não entenderem exatamente o que se passava durante o processo (curso), sempre se mostraram entusiasmados com mais essa conquista.

A todos que contribuíram para este trabalho, para minha formação acadêmica e para a construção da minha personalidade.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo identificar os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora. A Câmara Municipal de Juiz de Fora, poder legislativo da cidade situada na Zona da Mata mineira, apresenta dificuldades de mobilização social de seus representados e, conseqüentemente, na manutenção de seus programas de participação popular. A primeira fase da pesquisa, focada na compreensão da estruturação da casa legislativa e das ferramentas existentes, permitiu identificar os elementos críticos: baixa capacidade de mobilização, dificuldade de acesso aos instrumentos de participação pela população, estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos e incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas. Para cumprir o objetivo da dissertação, foi realizada uma revisão teórica e um estudo empírico. Embora a democracia seja uma construção histórica estruturada por parâmetros múltiplos e específicos de cada sociedade, a possibilidade de participação popular é basilar em seu conceito, legitimando governos, políticas públicas e o próprio Estado. O modo de vida do cidadão do século XXI exige e permite novas ferramentas participativas que efetivem e estimulem seu interesse e, conseqüentemente, sua participação, sendo o Governo Eletrônico um experimento em construção a ser considerado. Através da análise dos dados foram obtidos três fatores associados ao constructo predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora (MG): Engajamento Político, Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora e Confiança no Sistema. Pela análise de conglomerados, os respondentes foram divididos em 2 grupos (clusters) igualmente (in)satisfeito com a Câmara Municipal de Juiz de Fora, porém divergentes quanto ao engajamento político e a confiança no sistema. Com base no referencial teórico e nos resultados da pesquisa, é apresentado um Plano de Ação com propostas de melhorias por meio da implantação ferramentas de governo eletrônico (e-gov), ou seja, da utilização de tecnologia de informação e comunicação (TICs).

Palavras-Chave: Câmara Municipal de Juiz de Fora. Participação Popular. Governo Digital.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the factors associated with the predisposition to popular participation in the municipal legislature of Juiz de Fora. The City Council of Juiz de Fora, legislative power of the city located in the Zona da Mata in Minas Gerais, presents difficulties in the social mobilization of its representatives and, consequently, in the maintenance of its programs of popular participation. The first phase of the research, focused on understanding the structure of the legislative house and the existing tools, allowed the identification of the critical elements: low capacity for mobilization, difficulty of access to the instruments of participation by the population, inadequate or decontextualized structuring of the instruments and inability to produce and store data usable in the elaboration of public policies. In order to fulfill the objective of the dissertation, a theoretical review and an empirical study were performed. Although democracy is a historical construction structured by multiple and specific parameters of each society, the possibility of popular participation is fundamental to its concept, legitimizing governments, public policies and the State itself. The 21st century citizen's way of life requires and allows for new participatory tools that effect and stimulate their interest and, consequently, their participation, with the Electronic Government being an experiment under construction to be considered. Through the analysis of the data, three factors associated with the construct predisposition to popular participation with the municipal legislature of Juiz de Fora (MG) were obtained: Political Engagement, Satisfaction with the Municipality of Juiz de Fora and Trust in the System. By the analysis of conglomerates, the respondents were divided into 2 groups (clusters) equally (un) satisfied with the City Council of Juiz de Fora, but divergent in terms of political engagement and confidence in the system. Based on the theoretical framework and the results of the survey, an Action Plan is presented with proposals for improvements through the implementation of e-government tools, that is, through the use of information and communication technology (ICTs).

Keywords: Juiz de Fora City Council. Popular Participation. E-government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Juiz de Fora - Plenário e Mesa Diretora.....	22
Figura 2: Estrutura Organizacional da Superintendência de Comunicação Legislativa	23
Figura 3: Estrutura Organizacional da Diretoria Jurídica.....	24
Figura 4: Estrutura Organizacional da Diretoria Legislativa.....	25
Figura 5: Estrutura Organizacional da Diretoria Administrativa.....	26
Figura 6:Estrutura Organizacional do Centro de Atenção ao Cidadão.....	27
Figura 7: Escada de Arnstein (1969)	44
Figura 8:Paralelismo entre os níveis de participação.	46
Figura 9: Formação de um Constructo pelo Agrupamento de Variáveis em Fatores(dimensões)	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Níveis ou Degraus da Escada de Arnstein.....	45
Quadro 2: Procedimentos metodológicos adotados.....	52
Quadro 3: Necessidades e Propostas.	114
Quadro 4: Criação de aplicativo para celulares.	116
Quadro 5: Interação virtual (Páginas Virtuais e Redes Sociais).....	116
Quadro 6: Intervenções teatrais.	117
Quadro 7: Reestruturação do Centro de Atenção ao Cidadão.	118
Quadro 8: Criação e agenda de implantação do e-gov da CMJF.....	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Eleitores de Juiz de Fora (2016) - faixa etária e gênero.	19
Tabela 2: Eleitores de Juiz de Fora (2016) - escolaridade.....	20
Tabela 3: Respostas Obtidas - Parte 1: Democracia e Representatividade.....	68
Tabela 4: Respostas Obtidas - Parte 2: Tecnologia e Política.....	72
Tabela 5: Respostas Obtidas - Parte 3: Câmara Municipal de Juiz de Fora.	76
Tabela 6: Teste de KMO e Bartlett - Primeira Tentativa	81
Tabela 7: Comunalidades - Primeira Tentativa.....	81
Tabela 8: Autovalores e Variância Explicada – Primeira Tentativa.....	83
Tabela 9: Componentes - Primeira Tentativa.....	84
Tabela 10: Teste de KMO e Bartlett - Segunda Tentativa	87
Tabela 11: Comunalidades - Segunda Tentativa.....	88
Tabela 12: Autovalores e Variância Explicada – Segunda Tentativa.....	89
Tabela 13: Componentes - Segunda Tentativa.....	90
Tabela 14: Teste de KMO e Bartlett – Final	92
Tabela 15: Autovalores e Variância Explicada – Final	92
Tabela 16: Componentes – Final	92
Tabela 17: Teste de "Alfa de Cronbach" - Fator Engajamento Político	94
Tabela 18: Estatística de item-total - Fator Engajamento Político	94
Tabela 19: Teste de "Alfa de Cronbach" – Fator Satisfação com a CMJF	95
Tabela 20: Estatística de item-total - Fator Satisfação com a CMJF.....	95
Tabela 21: Teste de "Alfa de Cronbach" – Fator Confiança no Sistema	96
Tabela 22: Estatística de item-total - Fator Confiança no Sistema.....	96
Tabela 23: Correlações	97
Tabela 24: Comparação entre Gêneros.....	99
Tabela 25: Relação entre os fatores e as ocupações	100
Tabela 26: Relação entre os fatores e a cor/raça dos respondentes	101
Tabela 27: Relação entre os fatores e a região de residência.....	102
Tabela 28: Clusters	104
Tabela 29: “Escore”	104
Tabela 30: Composição por Gêneros.....	106
Tabela 31: Composição por Ocupação	107

Tabela 32: Composição por Escolaridade	108
Tabela 33: Composição por Coabitação	109
Tabela 34: Composição por Renda Domiciliar.....	109
Tabela 35: Composição por Frequência de Acesso à Internet	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Divisão dos Participantes por Gênero.....	54
Gráfico 2: Divisão dos Participantes por Faixa Etária	55
Gráfico 3: Divisão dos Participantes por Estado Civil.....	56
Gráfico 4: Divisão dos Participantes por Escolaridade	57
Gráfico 5: Divisão dos Participantes por Ocupação.....	58
Gráfico 6: Divisão dos Participantes por Cor ou Raça.....	59
Gráfico 7: Divisão dos Participantes por Tempo de Residência em Juiz de Fora	60
Gráfico 8: Divisão dos Participantes por Região	61
Gráfico 9: Divisão dos Participantes por Coabitação.....	62
Gráfico 10: Divisão dos Participantes por Faixa de Renda Domiciliar.....	63
Gráfico 11: Divisão dos Participantes por Frequência de Acesso à Internet.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAC	Centro de Atenção ao Cidadão
CGU	Controladoria Geral da União
CMJF	Câmara Municipal de Juiz de Fora
e-gov	Governo Digital
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
MG	Estado de Minas Gerais
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. CASO DE GESTÃO – INICIATIVAS PARA PARTICIPAÇÃO POPULAR JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA.....	18
1.1 A Câmara Municipal de Juiz de Fora.....	19
1.2 Instrumentos Participativos da Câmara Municipal de Juiz de Fora.....	28
1.2.1. Câmara Itinerante	28
1.2.2. Contas Abertas, Lei de acesso à informação, Rádio/TV Câmara e Redes Sociais	29
1.2.3. Audiências Públicas	31
1.2.4. Propositura de Iniciativa Popular	32
1.2.5. Programa Participação da Sociedade Civil	34
1.3 Governo Eletrônico na Câmara Municipal de Juiz de Fora.....	35
1.4 Elementos Críticos	35
1.4.1. Baixa capacidade de mobilização social	36
1.4.2. Dificuldade de acesso aos instrumentos de participação pela população	36
1.4.3. Estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos.....	37
1.4.4. Incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas.	37
2. REFLEXÃO TEÓRICA E ESTUDO EMPÍRICO	39
2.1 Reflexão Teórica	39
2.2 Estudo Empírico	50
2.2.1. Procedimentos metodológicos	51
2.2.2. Resultados da fase quantitativa	53
2.2.2.1 Perfil dos respondentes.....	54
2.2.2.2. Análise Fatorial do Constructo predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora	78
2.2.2.3 Relações entre os fatores e as variáveis de perfil dos respondentes.....	97
2.2.2.4 Análise de conglomerados: identificando grupos entre os respondentes	103
3. PLANO DE AÇÃO	112
3.1 Ações 1, 2 e 3 - Divulgação, explicação e conscientização.....	114
3.2 Ação 4 - Centralização institucional das atividades de participação popular e dos	

dados resultantes	117
3.3 Ação 5 - Criação e agenda de implantação do e-gov da CMJF.	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	129
APÊNDICE B – TABELA DE CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS	138
APÊNDICE C - DENDROGRAMA COM QUATRO E DOIS GRUPOS	140

INTRODUÇÃO

A consolidação e a legitimidade da democracia exigem condições apropriadas, entre as quais destacam-se as decorrentes das relações representativas entre governantes e governados. Com a Constituição da República de 1988, a participação popular na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas ganhou amplitude sem precedentes, cabendo aos entes e poderes, diante de suas autonomias, instrumentalizarem as ferramentas participativas.

A sociedade brasileira, desde então, seguindo uma tendência mundial, passou por profundas e sucessivas transformações que reorganizaram sua estrutura social, modificando, inclusive, as demandas quanto a amplitude e o modo de participação política.

Neste novo cenário, parte das tradicionais ferramentas de participação popular podem ser complementadas por outros dispositivos para se tornarem mais eficazes, exigindo a inserção de novos instrumentos condizentes com os hábitos e as necessidades dos cidadãos brasileiros do século XXI. A complexidade organizacional dos diferentes entes federativos brasileiros e as peculiaridades de cada fração social dificultam a criação de um sistema único apto a alcançar a universalidade desses cidadãos.

Assim, cabe aos municípios, unidades comunitárias em que o cidadão exerce cotidianamente sua cidadania e centro de toda a conjuntura de transformações sociais, econômicas e políticas, inovar na busca por ferramentas que atendam às necessidades e anseios de sua população. Essas ferramentas devem ser capazes de articular os dois poderes municipais (executivo e legislativo) e de se integrarem com as dos demais entes federativos, refletindo a indivisibilidade da vida social do cidadão comum.

Embora haja experiências pontuais relevantes de atualização das ferramentas participativas em alguns municípios brasileiros, os estudos que abordam as transformações no âmbito do poder legislativo municipal não consideram os aspectos institucionais e sociais peculiares da cidade de Juiz de Fora, servindo apenas como referência para esta pesquisa.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, encontra grandes dificuldades na mobilização de seus representados, resultando na desativação ou subutilização dos instrumentos participativos disponibilizados. A inefetividade dos meios formais de interação entre os cidadãos e seus governantes resultou na criação de meios alternativos de discussão política, transformando as redes sociais numa arena assistemática de atuação.

A atual utilização informal das redes sociais indica a potencialidade de implementação

do Governo Eletrônico (e-Gov) com o intuito de solucionar os problemas encontrados na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Esse modelo defende a utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelo poder público como ferramenta de democratização de informação, serviço e participação popular.

Para que haja a formalização e a modernização dos instrumentos participativos do legislativo juiz-forano, é preciso que haja estudos prévios que identifiquem o perfil de seus usuários, suas habilidades, limitações e interesses. Em estudo realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2011), a ausência e a qualidade dos dados desejados são apontadas como os principais problemas dos governos eletrônicos existentes no país.

Esta pesquisa, portanto, buscará responder o seguinte problema de pesquisa: Quais os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora?

Em decorrência desse problema de pesquisa, tem-se como objetivo geral identificar os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora.

Para operacionalizar o estudo, foram fixados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Descrever as iniciativas de participação popular e de governo eletrônico da Câmara Municipal de Juiz de Fora, identificando os elementos críticos para a implantação desses dispositivos;
- 2) Reconhecer os diferentes perfis sociais dos entrevistados e mensurar a atual propensão de utilização das ferramentas de participação social junto ao poder legislativo de Juiz de Fora.
- 3) Identificar as necessidades de comunicação e relacionamento dos entrevistados com a Câmara Municipal de Juiz de Fora
- 4) Levantar o comportamento dos entrevistados em relação ao uso de TICs em geral e seus costumes de utilização de TICs para acessar informações políticas;
- 5) Compreender os hábitos de participação política por meio de TICs pelos entrevistados;
- 6) Relacionar os fatores que estão associados à predisposição à participação popular, verificando as potencialidades das ferramentas de e-gov.

Ao final, com base na pesquisa realizada, será proposto um plano de ação com o intuito de viabilizar a implementação das ferramentas digitais de participação popular que se mostrarem mais adequadas para a Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Essa pesquisa mostra-se relevante por inúmeras possíveis contribuições, inclusive como ferramenta de resposta a dois sintomas crescentes e danosos à nossa democracia: a apatia política e a difusão de notícias falsas. Conhecendo os hábitos e os comportamentos dos cidadãos da cidade de Juiz de Fora, o poder legislativo local poderá desenvolver ferramentas com maior inserção social, capacidade de mobilização e efetividade na interação participativa.

O próximo capítulo discorrerá sobre o caso de gestão dos instrumentos participativos na Câmara Municipal de Juiz de Fora, evidenciando sua estrutura organizacional, a função de cada setor, as ferramentas participativas já existentes e o atual estágio do e-gov na casa legislativa. No capítulo seguinte será apresentado o esboço do referencial teórico e do método do estudo empírico que deverão direcionar a pesquisa na busca pelos fatores associados a predisposição à utilização de ferramentas digitais de participação popular pelos cidadãos de Juiz de Fora.

1. CASO DE GESTÃO – INICIATIVAS PARA PARTICIPAÇÃO POPULAR JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Após a redemocratização do país e a promulgação da Constituição da República de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, o Estado brasileiro tornou-se um ambiente propício para a institucionalização de novas ferramentas capazes de promover a participação popular. Além dos mecanismos de participação direta (plebiscito, referendo e a iniciativa popular), destacou-se a criação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal, instrumentalizando um canal de interação e controle por membros do Estado e da sociedade civil.

Em Juiz de Fora, esse procedimento descentralizado e democrático de gestão pública mereceu especial atenção do legislador municipal, havendo um capítulo específico para sua definição e sua legitimação (artigos 53 e 54) na Lei Orgânica Municipal. Além disso, a participação e o controle estão presentes entre os princípios e diretrizes da organização municipal (artigo 3º) e entre os meios diretos de exercício da soberania popular (artigo 4º).

Desde a promulgação da Constituição, ocorreram diversas tentativas de implantação dos mais diversos instrumentos participativos, havendo em todos eles a necessidade do deslocamento do cidadão até um local previamente determinado. Muitos desses tradicionais instrumentos foram estudados pela academia com o intuito de compreender e racionalizar os processos participativos, entre os quais pode-se citar o orçamento participativo de Belo Horizonte e de Porto Alegre.

Desde então, a considerável ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação modificou, ainda mais, o posicionamento e a necessidade de interação social do cidadão brasileiro. No atual cenário, em que o cidadão coabita o mundo real e virtual simultaneamente, faz-se cogente a reestruturação da administração pública, virtualizando relações e otimizando processos, sempre objetivando propiciar serviços públicos de qualidade, a efetividade de políticas públicas e a transparência administrativa.

A atual estrutura da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sua dificuldade de mobilização e interação com a sociedade foram compreendidas por meio de informações obtidas *in loco*, no site institucional, na legislação vigente e no Centro de Atenção ao Cidadão (CAC), órgão técnico responsável, entre outras coisas, por promover a interação entre o poder legislativo local e a sociedade. Essa exposição será fundamental para o entendimento da atual crise e das propostas presentes no futuro plano de ação.

Este capítulo aborda a Câmara Municipal de Juiz de Fora, evidenciando sua estrutura organizacional, a função de cada setor, as ferramentas participativas já existentes e o atual estágio do e-Gov na casa legislativa. Essa exposição buscará identificar os elementos críticos à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora e para a implantação dos dispositivos de e-Gov em sua Câmara Municipal.

1.1 A Câmara Municipal de Juiz de Fora

O município de Juiz de Fora situa-se na Zona da Mata de Minas Gerais, a aproximadamente 226 km a sudeste de Belo Horizonte, capital do estado. Sua área de 1.435 km², sendo 317 km² em perímetro urbano, é povoada por uma população atualmente estimada pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) em 568.873 habitantes. Além da cidade de Juiz de Fora, o município é composto pelos distritos de Rosário de Minas, Torreões e Sarandira.

De acordo com o censo realizado em 2010, a população de Juiz de Fora era formada majoritariamente por jovens de 20 a 29 anos, sendo perceptível que havia, também, em sua pirâmide etária, um alto número de idosos quando comparada com a média brasileira. A expectativa de vida de seus habitantes era, em 2010, de 75,7 anos, quase dois anos acima da média nacional.

Em 2016, ano das últimas eleições municipais ocorridas em todo o país, havia 395.422 eleitores registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aproximadamente 71% da população estimada para aquele ano (559.636 habitantes). Entre os eleitores predominavam os de sexo feminino (54,1%), aqueles entre 45 e 59 anos (26,1%) e os com ensino fundamental incompleto (30,3%). Esses dados estão detalhados nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Eleitores de Juiz de Fora (2016) - faixa etária e gênero.

IDADE	FEMININO		MASCULINO		TOTAL	
Acima de 79	10.723	5,0%	6.430	3,5%	17.153	4,3%
70 a 79	14.571	6,8%	9.987	5,5%	24.558	6,2%
60 a 69	27.503	12,8%	20.877	11,5%	48.380	12,2%
45 a 59	56.119	26,2%	47.060	26,0%	103.179	26,1%
35 a 44	38.279	17,9%	34.263	18,9%	72.542	18,3%
25 a 34	40.998	19,2%	38.075	21,0%	79.073	20,0%

Continua...

Continuação da Tabela 1

21 a 24	15.431	7,2%	14.779	8,2%	30.210	7,6%
18 a 20	9.561	4,5%	8.970	5,0%	18.531	4,7%
17	694	0,3%	565	0,3%	1259	0,3%
16	192	0,1%	141	0,1%	333	0,1%
Não informado	-	-	-	-	204	0,1%
TOTAL	214.071	100%	181.147	100%	395.422	100%

Fonte: TSE (2016)

Tabela 2: Eleitores de Juiz de Fora (2016) - escolaridade.

IDADE	TOTAL
Superior Completo	28.671 (7,2%)
Superior Incompleto	16.785 (4,2%)
Médio Completo	79.885 (20,2%)
Médio Incompleto	87.901 (22,2%)
Fundamental Completo	32.705 (8,3%)
Fundamental Incompleto	120.027 (30,3%)
Lê e Escreve	21.600 (5,5%)
Analfabeto	7.594 (2%)
Não informado	204 (<0,1%)
TOTAL	395.422

Fonte: TSE (2016)

Esses eleitores, além de elegerem o chefe do executivo (prefeito), escolheram 19 vereadores para integrarem a Câmara Municipal de Juiz de Fora, que ao tomarem posse, passaram a desempenhar todas as funções típicas e atípicas do poder legislativo municipal. As funções típicas são as funções predominantes, inerentes e intrínsecas a cada poder em virtude de sua natureza, enquanto as funções atípicas têm natureza inicialmente pertencente aos outros poderes.

A Controladoria Geral da União (CGU, 2011), em seu manual denominado “O vereador e a fiscalização dos recursos públicos municipais”, discorre sobre as funções exercidas pelos integrantes do poder legislativo municipal.

O vereador é o membro do Poder Legislativo do município. Nessa

condição, ele desempenha, como funções típicas, as tarefas de legislar e de exercer o controle externo do Poder Executivo, isto é, da Prefeitura.

A função legislativa consiste em elaborar, apreciar, alterar ou revogar as leis de interesse para a vida do município. Essas leis podem ter origem na própria Câmara ou resultar de projetos de iniciativa do Prefeito, ou da própria sociedade, através da iniciativa popular

A função fiscalizadora está relacionada com o controle parlamentar, isto é, a atividade que o Poder Legislativo exerce para fiscalizar o Executivo e a burocracia. O controle parlamentar diz respeito ao acompanhamento, por parte do Legislativo, da implementação das decisões tomadas no âmbito do governo e da administração.

[...]

Na sua função administrativa, a Câmara gerencia seu próprio orçamento, seu patrimônio e seu pessoal. A Câmara também exerce uma função administrativa quando organiza seus serviços, como a composição da Mesa Diretora, a organização e o funcionamento das Comissões, etc.

A Câmara exerce uma função judiciária, porque cabe a ela processar e julgar o Prefeito por crime de responsabilidade, além de julgar os próprios Vereadores, inclusive o Presidente da Câmara, em caso de irregularidades, desvios éticos ou falta de decoro parlamentar. (CGU, 2011, p. 16).

Criada em 7 de abril de 1853, a Câmara Municipal de Juiz de Fora passou por sucessivas transformações organizacionais no intuito de viabilizar os instrumentos para o exercício das funções condizentes com a estrutura social e política de cada época. Atualmente, sua estrutura organizacional fundamenta-se no Regimento Interno e nas leis municipais n.º 9650/99 (dispõe sobre a organização do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Juiz de Fora) e n.º 9709/00 (dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Juiz de Fora e dá outras providências).

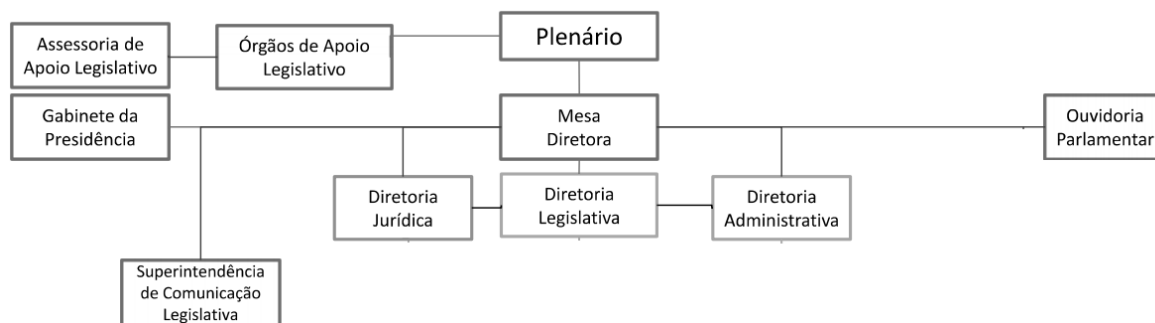
O órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal de Juiz de Fora é o Plenário, constituído pela reunião de Vereadores em exercício, com limites e atribuições definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal (art. 3º da lei municipal n.º 9709/00). Ao Plenário estão associados a Mesa Diretora e os Órgãos de Apoio Legislativo.

Os Órgãos de Apoio Legislativo são formados pelos gabinetes dos vereadores, onde se encontra a Assessoria de Apoio Legislativo, equipe técnica com atribuição de apoio administrativo, aconselhamento técnico e desempenho de atividades de execução, coordenação e supervisão de projetos ou atividades de interesse do Legislativo. Há, também, membros da Assessoria de Apoio Legislativo vinculados à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara.

A Mesa Diretora, por sua vez, é órgão colegiado formado por cinco vereadores eleitos entre seus pares e cuja principal atribuição é a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara Municipal. Na atual estruturação, a Mesa Diretora compreende o

Gabinete da Presidência, a Superintendência de Comunicação Legislativa, três diretorias (jurídica, legislativa e administrativa), o Centro de Atenção ao Cidadão e a Ouvidoria Parlamentar. A figura 2 mostra a estrutura organizacional do Plenário e da Mesa Diretora.

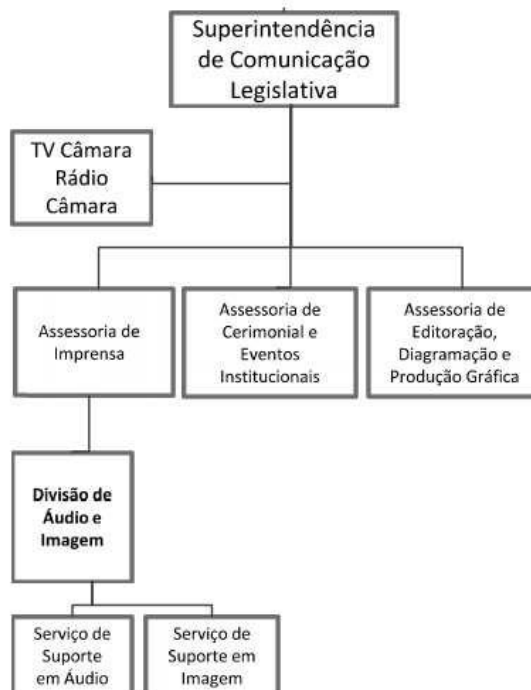
Figura 1: Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Juiz de Fora - Plenário e Mesa Diretora



Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora (2020) - Site Institucional

O Gabinete da Presidência é formado por um grupo de assessoramento do Presidente da Casa com atribuições de apoio administrativo, aconselhamento técnico e desempenho de atividades de execução, coordenação e supervisão de projetos ou atividades de interesse do Legislativo. Já a Superintendência de Comunicação Legislativa compreende a TV e Rádio Câmara, a Assessoria de Imprensa, a Assessoria de Cerimonial e Eventos Institucionais e a Assessoria de Editoração, Diagramação e Produção Gráfica. A Assessoria de Imprensa encampa a Divisão de Áudio e Imagem, com setores específicos de Serviço de Suporte de Áudio e Serviço de Suporte de Vídeo. A figura 3 mostra a estrutura organizacional da Superintendência de Comunicação Legislativa.

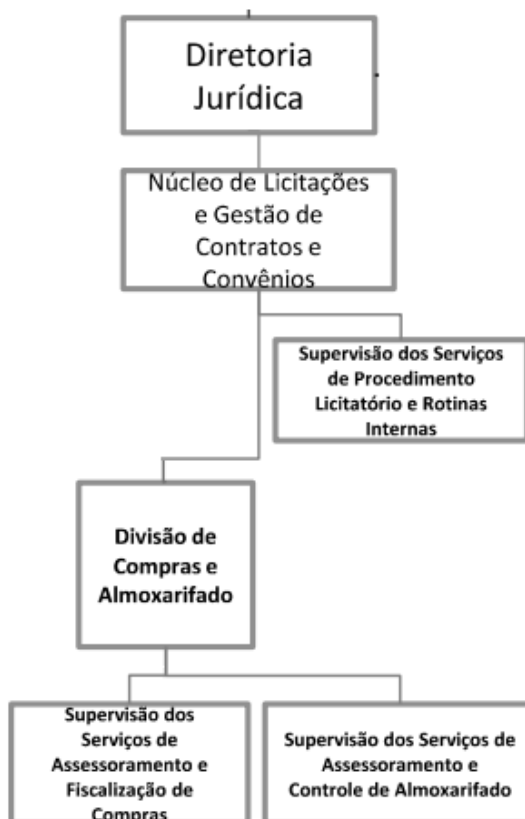
Figura 2: Estrutura Organizacional da Superintendência de Comunicação Legislativa



Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora (2020) - Site Institucional

A diretoria jurídica é responsável pelo trabalho de apoio jurídico, incluindo a emissão de pareceres sobre contratos, convênios, anteprojetos e projetos de leis, resoluções, regulamentos, editais, estudos e demais proposições. Essa diretoria é composta pelo Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e Convênios (recebe, confere, instrui e solicita informações necessárias à instrução de processos licitatórios e elabora minuta), pela Supervisão dos Serviços de Procedimento Licitatório e Rotinas Internas (organiza e acompanha os registros de procedimento de licitações, dispensa, inexigibilidade e o procedimento especial de registro de preços, além de apoiar o Núcleo de Licitações e Gestão de Contratos e Convênios) e pela Divisão de Compras e Almojarifados, sendo esta dividida em Supervisão dos Serviços de Assessoramento e Fiscalização de Compras (responsável pela execução dos contratos já firmados) e Supervisão dos Serviços de Assessoramento e Controle do Almojarifado (responsável pela estocagem de produtos). A figura 4 mostra a estrutura organizacional da Diretoria Jurídica.

Figura 3: Estrutura Organizacional da Diretoria Jurídica

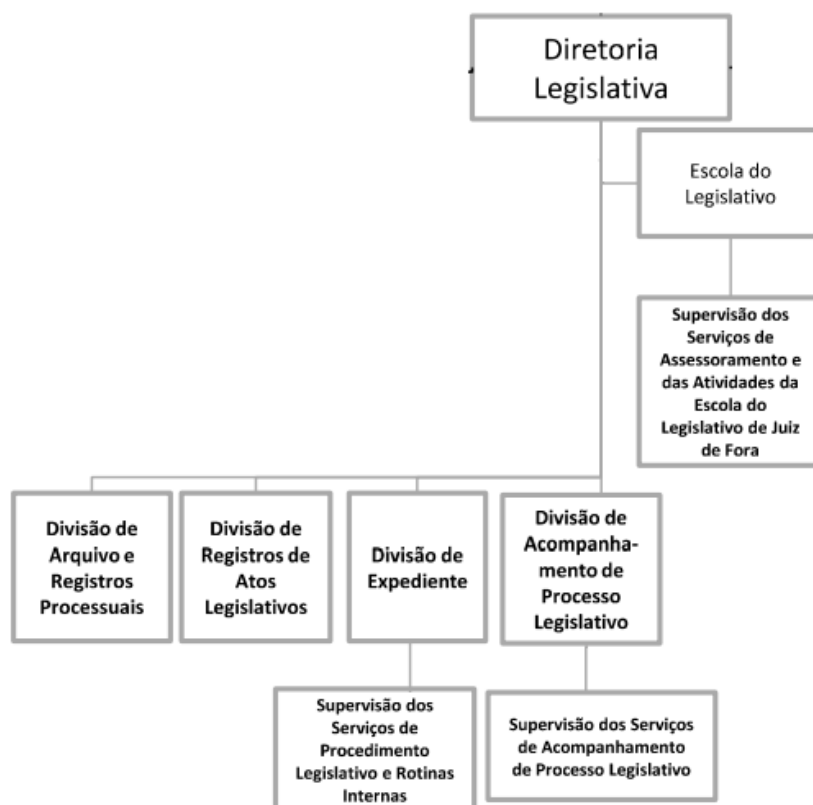


Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora (2020) - Site Institucional

A Diretoria Legislativa é responsável por prestar assessoria geral e acompanhar a elaboração de planos e projetos, visando a otimização dos processos de controle e o estabelecimento de normas e procedimentos para o funcionamento da Câmara Municipal nas áreas de processo legislativo, técnica legislativa, registros de atos legislativos e processuais. Essa diretoria é dividida em Divisão de Arquivo e Registros Processuais (promove as atividades de recebimento, registro e arquivamento das proposições e demais documentos), Divisão de Registros de Atos Legislativos (promove o registro, controle e organização das atas), Divisão de Expediente (prepara o expediente a ser assinado ou despachado - encampa a Supervisão dos Serviços de procedimento Legislativo e Rotinas Internas), Divisão de Acompanhamento (protocola e numera as proposições apresentadas em Plenário, encaminhando-as às comissões ou arquivamento – encampa a Supervisão dos Serviços de Acompanhamento de Processo Legislativo) e a Escola do Legislativo (capacita política e tecnicamente, de forma continuada, os Vereadores e Servidores Públicos – encampa a Supervisão dos Serviços de Assessoramento e das Atividades da Escola do Legislativo de Juiz

de Fora). A figura 5 mostra a estrutura organizacional da Diretoria Legislativa.

Figura 4: Estrutura Organizacional da Diretoria Legislativa

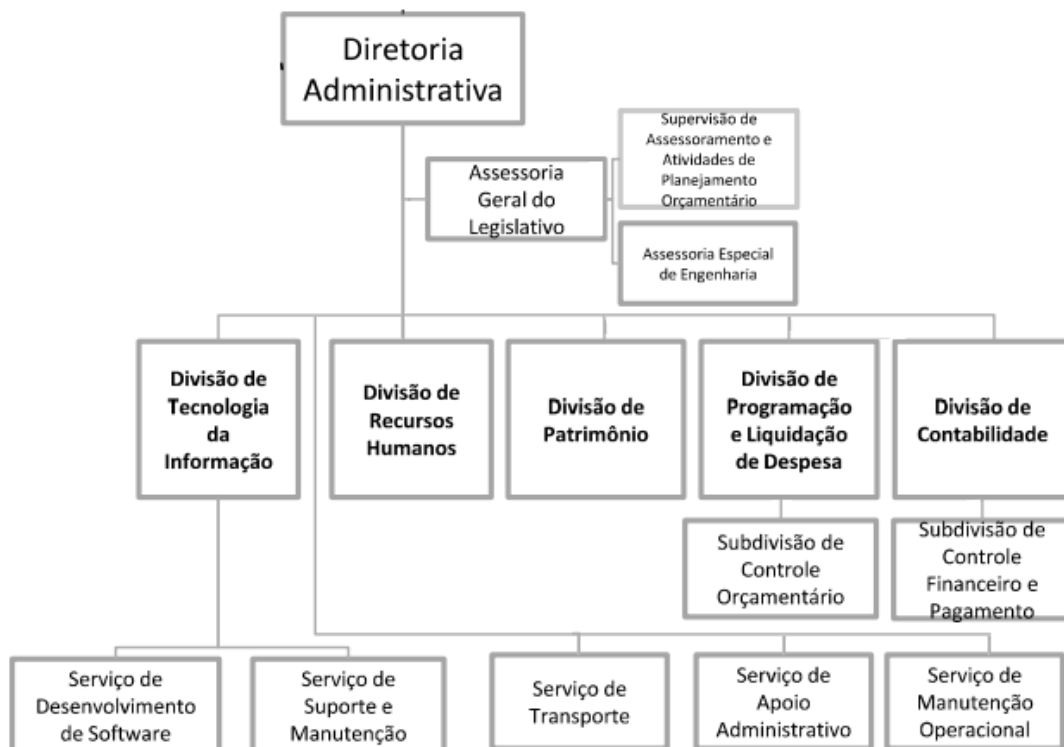


Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora (2020) - Site Institucional

A Diretoria Administrativa é responsável por supervisionar as atividades de protocolo, prestação de informações de interesse do público e orientação, aplicação e fiscalização do cumprimento da legislação concernente aos servidores da Câmara e seus programas de treinamento e avaliação de desempenho. Sua estrutura é subdividida em Assessoria Geral do Legislativo (apoio administrativo, aconselhamento técnico e desempenho de atividades de execução, coordenação e supervisão de projetos ou atividades – encampa a Supervisão de Assessoramento e Atividades de Planejamento Orçamentário e a Assessoria Especial de Engenharia), Divisão de Tecnologia da Informação (elabora e executa programas de informatização da câmara e dá pareceres acerca da contratação ou aquisição de equipamentos e serviços de informática – encampa o Serviço de Desenvolvimento de Software e o Serviço de Suporte e Manutenção), Divisão de Recursos Humanos (organiza e executa atividades de controle e administração dos recursos humanos), Divisão de Patrimônio (organiza, inventaria

e mantém o cadastro de bens móveis e imóveis e promove os reparos que se façam necessários), Divisão de Programação e Liquidação de Despesa (controla, confere, programa, classifica e liquida as operações orçamentárias e prepara os documentos de empenho e liquidação das despesas – encampa a Subdivisão de Controle Orçamentário) e Divisão de Contabilidade (controla, confere, classifica e contabiliza as operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais e elabora mensalmente os balancetes demonstrativos) – encampa a Subdivisão de Controle Financeiro e Pagamento), Serviço de Transporte (manutenção e controle de veículos e documentações), Serviço de Apoio Administrativo (auxílio em atividades internas e de atendimento ao público) e Serviço de Manutenção Operacional (realiza ações preventivas e corretivas para a melhoria dos processos de manutenção da sede da Câmara). A figura 6 mostra a estrutura organizacional da Diretoria Administrativa.

Figura 5: Estrutura Organizacional da Diretoria Administrativa

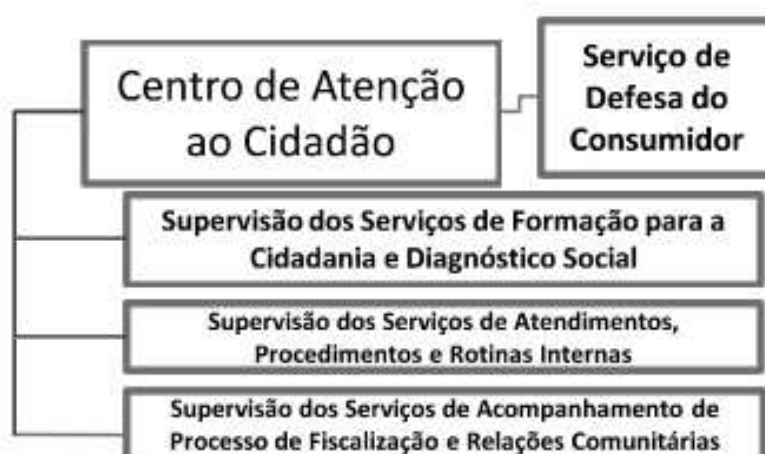


Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora (2020) - Site Institucional

O Centro de Atenção ao Cidadão (CAC) analisa e emite pareceres sobre o impacto social de projetos em estudo ou em tramitação, além de orientar e prestar serviços técnicos diretamente à população. Esse departamento encampa o Serviço de Defesa do Consumidor

(prestar atendimento e orientação sobre direitos e garantias e recebe e avalia consultas e denúncias), a Supervisão dos Serviços de Formação para a Cidadania e Diagnóstico Social (planejamento e execução da Câmara Itinerante, da Escola de Cidadania do Legislativo Municipal e outras atividades), a Supervisão dos Serviços de Atendimentos, Procedimentos e Rotinas Internas (Acompanha e gerência os serviços prestados pelo Centro de Atenção ao Cidadão) e a Supervisão dos Serviços de Acompanhamento de Processo de Fiscalização e Relações Comunitárias (Institucionaliza as rotinas de fiscalização dos equipamentos públicos e a execução orçamentária municipal, atende a demandas da sociedade e dos Vereadores; fiscaliza e controla os atos do Poder Executivo). A figura 7 mostra a estrutura organizacional do Centro de Atenção ao Cidadão.

Figura 6: Estrutura Organizacional do Centro de Atenção ao Cidadão



Fonte: Câmara Municipal de Juiz de Fora (2020) - Site Institucional

Por fim, tem-se a Ouvidoria Parlamentar – criada em 2011 pela resolução n.º 1.248 -, canal aberto para o recebimento de solicitações, reclamações, elogios, críticas, sugestões e outros encaminhamentos relacionados ao funcionamento da Câmara Municipal (Figura 2).

A compreensão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Juiz de Fora é basilar na análise quanto à inserção dos atuais instrumentos de participação popular na Câmara Municipal de Juiz de Fora e a possibilidade de aprimoramento e implementação de ferramentas digitais de controle, serviços e participação – e-government. Na próxima subseção, serão abordados os atuais instrumentos formais disponibilizados pelo poder legislativo juiz-forano.

1.2 Instrumentos Participativos da Câmara Municipal de Juiz de Fora

Os instrumentos de participação popular existentes na Câmara Municipal de Juiz de Fora não são sistematizados, estabelecendo-se de forma fragmentada em diversos setores da casa legislativa. Essa fragmentação prejudica o armazenamento e o tratamento de informações que, em tese, poderiam auxiliar na elaboração de políticas públicas mais condizentes com os anseios populares e a implantação de instâncias participativas de deliberação, conforme previsto na Constituição Federal e a Lei Orgânica do município.

Neste subitem haverá a explicação dos instrumentos existentes pontuando suas principais características. Essa compreensão, mesmo que superficial, ajudará na contextualização da pesquisa e, possivelmente, na elaboração do método a ser proposto.

1.2.1. Câmara Itinerante

Amplamente difundida pelas cidades brasileiras, a Câmara Itinerante foi instituída em Juiz de Fora em 1999, com o objetivo de popularizar os trabalhos do Legislativo junto aos cidadãos e propiciar ao vereador o conhecimento da realidade e anseios da população da região por ela atendida. O projeto consiste na realização de uma sessão plenária para a discussão de assuntos locais, em que a sociedade civil participa através da apresentação de um documento construído pelas lideranças pré-constituídas.

Prevista regimentalmente, esta poderá ocorrer na abertura de cada período legislativo, ou seja, na primeira sessão após os recessos legislativos, exceto naquela em que inicia uma nova Legislatura – posse dos novos mandatários. É cogente, porém, a ocorrência de quatro edições anuais a serem realizadas a cada ano, especificamente nos meses de abril, junho, agosto e outubro.

O projeto deve contemplar diferentes regiões administrativas do município (bairros e distritos), considerando as características de suas microrregiões. O CAC, departamento vinculado à Mesa Diretora, tem a incumbência regimental de mobilizar e capacitar os moradores e suas lideranças comunitárias, bem como elaborar relatórios de diagnóstico social da região.

Essa mobilização e capacitação propostas pelo CAC devem ocorrer por meio da Escola de Cidadania, reunião pedagógica e propositiva prévia com as lideranças locais, com

objetivo principal de construir, coletivamente, um documento com demandas e propostas para os problemas locais. Os participantes dessa atividade, assim como associações, sociedades pró-melhoramento de bairro e conselhos e entidades devidamente registradas podem se manifestar oralmente nas sessões da Câmara Itinerante, desde que previamente inscritos.

No mês de novembro, os encaminhamentos dados às demandas e proposições do período legislativo são informados aos oradores de todas as Câmaras Itinerantes, numa reunião especial realizada no Plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

A estruturação dada a esse instrumento participativo pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, desde o seu surgimento, em 1999, foi tida, em suma, como restritiva, pouco abrangente e incapaz de promover um debate dialético e democrático. Em poucos anos já se constatava a dificuldade de inserção social e a negligência quanto a anseios que se encontravam pendentes desde o início dele (FREITAS DE ARAÚJO, 2010).

O projeto encontra-se suspenso desde novembro de 2015, quando foram encaminhadas as demandas e proposições daquele ano. No site institucional, apesar da manutenção da página do projeto, não se encontra qualquer informação, mesmo que antigas, sobre ele.

1.2.2. Contas Abertas, Lei de acesso à informação, Rádio/TV Câmara e Redes Sociais

Mais do que um dos princípios da administração pública consagrado constitucionalmente e na Lei Orgânica Municipal de Juiz de Fora (artigo 3º, III e capítulo IV), a publicidade viabiliza a fiscalização e a análise quanto à adequação dos atos praticados pelo poder público. Sendo assim, não há como concretizar a participação popular e o controle social das políticas públicas sem uma ampla publicidade, que viabilize o senso crítico formador da satisfação ou insatisfação dos cidadãos.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em seus artigos 27 e 28 garantem que suas contas anuais ficarão disponíveis durante todo o exercício para consulta e apreciação dos cidadãos e instituições da sociedade, sendo disponibilizadas informações pormenorizadas, em meios eletrônicos de acesso público, para pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, sobre a execução orçamentária e financeira.

Essas ideias foram baseadas na Lei Complementar Federal nº 101, alterada pela Lei Complementar Federal nº 131, conhecidas, respectivamente, como Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei da Transparência. Essas leis têm por objetivo melhorar os gastos públicos por meio da imposição de restrições de gastos e de ferramentas de controle, sendo uma delas a

publicidade fiscalizatória.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora, diante da necessidade de concretizar as exigências legislativas, criou o site de transparência denominado “Portas Abertas”, onde os dados são seccionados em relatórios de gestão fiscal, demonstrativos da execução orçamentária, relatórios de compras, extratos de contratos e termos aditivos, demonstrativos de despesas de viagens, despesas com combustíveis dos veículos oficiais, nomeação de servidores em cargos em comissão, relatório de serviços, balanços patrimoniais, financeiros e orçamentários, despesas pagas e liquidadas, demonstrativos das variações patrimoniais, comparativos e despesas com publicidade, licitações, processos legislativos, entre outros, viabilizando a transparência ativa.

O gasto individualizado de cada vereador pode ser conferido em outra página presente no site, denominada “Prestação de Contas dos Vereadores”. Nesse setor, além de explicações sobre o subsídio geral dos vereadores, também estão disponíveis os gastos de custeio de atividade parlamentares, mês a mês, de cada vereador, desde março de 2009.

Embora não se tenha analisado a qualidade dos dados apresentados, assim como o nível de detalhamento deles, observa-se uma relevante quantidade de dados fornecidos em documentos virtuais de fácil manuseio e compreensão por pessoas tecnicamente capacitadas. Na análise desse projeto, torna-se relevante buscar meios viáveis para que mais pessoas possam compreender essas informações, seja pela simplificação de seu teor, seja pela capacitação, mesmo que virtual e difusa, da população.

Já a Lei de Acesso à Informação, lei federal nº 12.527/11, não vem sendo respeitada pelo poder legislativo local, pois apesar de ter uma página virtual específica, denominada Serviço de Informação ao Cidadão, nenhum serviço encontra-se efetivamente disponível. Neste site, a única opção funcional é o atalho para abrir a página de transparência do Governo do Estado de Minas Gerais.

Na mesma página, encontra-se, por exemplo, a orientação de que qualquer interessado pode solicitar, por meio de formulário próprio protocolado na Divisão de Expediente da Câmara Municipal, informações ao Legislativo se estas não estiverem disponíveis no site, porém o formulário encontra-se inacessível. A impossibilidade de requerer informações pela plataforma virtual afronta o artigo 10, parágrafo 2º da Lei de Acesso à Informação, que obriga os órgãos e entidades do poder público a viabilizarem alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.

A importância da publicização dos dados pôde ser observada recentemente pela

aprovação da lei que extinguiu as verbas indenizatórias de custeio de despesas dos gabinetes dos vereadores, em 25 de maio de 2019. Após a divulgação, em redes sociais, dos dados extraídos com a utilização dessas ferramentas (Lei de Informação), surgiu a insatisfação popular diante do volume e da qualidade dos gastos realizados, obrigando os vereadores a proporem sua extinção.

Apesar de ser um indicador sobre o potencial da ferramenta, o fato mencionado não pode ser universalizado, exigindo a análise sobre a percepção dos atores sociais sobre a ferramenta, sua real disponibilidade, a facilidade de utilização sem intermediários e a sua abrangência. Em suma, análise de adequação e efetividade.

A TV Câmara é outro instrumento utilizado para a publicidade de atos do poder legislativo municipal. Percebe-se, entretanto que, diante das possibilidades dessa plataforma, ela é subutilizada, pois além da transmissão das sessões em Plenário – sempre reprisadas – a TV Câmara foca-se majoritariamente em promoção institucional e documentários históricos e políticos.

Não foram obtidos documentos oficiais sobre a recepção social dessa modalidade recente de divulgação e publicização. Dado o grande potencial desse meio de informação, é importante que se encaminhem propostas para a sua viabilização.

A Rádio Câmara, por sua vez, não permitiu maiores constatações sobre sua programação e funcionamento, pois, apesar de constar, formal e informalmente, como um serviço ativo, nenhuma das tentativas de acesso a este serviço de “streaming”, em diversos dias e horários, foi exitosa. A maior abrangência das emissoras comerciais fundamenta a existência do “Jornal da Câmara”, retransmissão diária de aproximadamente cinco minutos acerca das notícias do poder legislativo local, nas Rádios Globo AM e CBN AM.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora também se faz presente nas redes sociais YouTube e Facebook, mas em todas as plataformas apresenta baixo número de seguidores e visualização. Predominam publicações sem manifestação popular (curtidas, compartilhamento, citações e comentários), indicando problemas no canal de comunicação ou grande desinteresse social pelos temas abordados. Ao contrário do que divulga o site oficial, não foi encontrada conta no Twitter.

1.2.3. Audiências Públicas

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora prevê em seus artigos 71 e

113 a realização de audiências públicas quando o assunto for de relevante interesse público. Sua ocorrência depende de requerimento fundamentado apresentado por vereador e aprovado pelo Plenário, da convocação pela presidência da casa ou de pareceres de comissões permanentes. A mesma só pode ser convocada aos domingos em casos excepcionais.

As audiências públicas, marcadas pelo presidente da casa e previamente divulgadas na imprensa oficial, em reuniões e por meio de comunicações individuais, devem ter objetivo determinado e vinculado, sendo abertas à “participação popular”, entidades representativas e equivalentes, desde que regularmente inscritas ou admitidas a participar pelo presidente, mediante prévia e expressa manifestação.

Segundo o ordenamento, deverão estar presentes os interessados, os convidados e os representantes das opiniões contrapostas convocados, e a sessão deve ser transmitida, obrigatoriamente, pelos meios e instrumentos de comunicação disponíveis (artigo 158).

Após a audiência, formaliza-se um documento com todas as reclamações, sugestões e reivindicações apresentadas, que deverá ser apreciado pelos vereadores em até 15 dias úteis.

Em consulta à agenda disponibilizada pelo legislativo municipal, conclui-se que há uma média de cinco a seis audiências públicas por mês, sendo frequente o cancelamento de uma a duas audiências a pedido do requerente. As informações disponibilizadas no site (agenda) são suficientes para que o cidadão tome os conhecimentos necessários para comparecer ao evento, entretanto, não são produzidos dados para avaliar a satisfação ou o interesse sobre o tema. Também não é disponibilizado o documento proposto, nem o encaminhamento ou aprovação.

1.2.4. Propositura de Iniciativa Popular

O artigo 178 do Regimento Interno da Câmara Municipal afirma que cabe ao cidadão a propositura de Projeto de Lei de Iniciativa Popular, desde que feita por, no mínimo, 3% do eleitorado (artigo 243, inciso I do RI/CMJF e artigo 41 da Lei Orgânica Municipal), e não seja matéria de cuja competência seja reservada pela Lei Orgânica Municipal. Diz o texto dessa lei:

Art. 243. Considera-se exercida a iniciativa popular quando:
I - o Projeto de Lei vier subscrito por eleitores representando, no mínimo, 3% (três por cento) do eleitorado municipal;
[...]

Art. 41. O projeto de lei de iniciativa popular de interesse específico

do Município, da cidade ou de bairro, dar-se-á através de manifestação de, pelo menos, **três por cento do eleitorado**.

Não cabe, neste momento, qualquer discussão acerca do conflito normativo entre o percentual de 5% determinado pela Constituição Federal e a previsão normativa supracitada, visto que se trata apenas de uma introdução prévia dos instrumentos como eles estão disponibilizados pelo município. A Constituição prevê:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

[...]

XIII- iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, **cinco por cento do eleitorado**;

Além de propor projeto de lei com a intenção de inovar, modificar, ab-rogar ou sub-rogar no ordenamento vigente, a iniciativa popular pode tratar de realização de consultas plebiscitárias ou de submissão a referendo. Nesses casos, o percentual de eleitores é de 1% do eleitorado municipal.

Em resumo, após a subscrição das assinaturas e protocolo da propositura, esta terá seus requisitos analisados, sendo, caso haja conformidade, encaminhada para as comissões após o despacho do presidente da casa. Juntado o parecer da comissão ou de seus membros, convoca-se audiência pública, em que o parecer será apreciado pelo Plenário.

Há um único registro de Lei de Iniciativa Popular na cidade de Juiz de Fora. Em 2010, a União Juiz-forana de Associações Comunitárias de Bairros e Distritos propôs o projeto do que viria a se transformar na lei 12.377 de 17 de outubro de 2011, e que instituiu a Política de Desenvolvimento Comunitário Sustentável (Pró-Bairros) e autorizou a criação do Fundo Municipal de Incentivo à Organização Comunitária. Foram obtidas 11.789 assinaturas, ou seja, aproximadamente 3,12% dos 378.320 eleitores registrados em Juiz de Fora no ano de 2010.

A utilização pontual desse dispositivo de participação levanta questionamentos principalmente sobre sua estruturação e sobre seu conhecimento pelos munícipes de Juiz de Fora. Nesse sentido, a implementação de TICs integradas à plataforma de governo digital facilitaria a divulgação da ferramenta e das proposições, assim como a coleta de assinaturas para sua concretização.

1.2.5. Programa Participação da Sociedade Civil

Segundo o artigo 248 do Regimento Interno, a participação popular da sociedade civil deve exercida mediante o oferecimento de sugestões de iniciativa, de pareceres técnicos, de exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais, por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos.

É importante ressaltar que se trata de mera sugestão, que se acatada pela Comissão de Participação Popular e de Legislação Participativa será transformada em proposição legislativa de sua iniciativa, com tramitação ordinária. Além disso, a resolução 1252/2011 permite a participação de qualquer cidadão opinando sobre os projetos de lei existentes ou dando sugestões de temas para novos projetos. Os instrumentos, presentes no site, são de difícil ciência e não são acompanhados de informações sobre como devem ser utilizados.

Para ler os projetos legislativos existentes e opinar, não é exigido qualquer tipo de cadastro prévio, bastando ao cidadão escolher uma das opções já estipuladas: excelente, bom, regular e ruim. Na mesma página, é possível visualizar o número de votos e como eles estão distribuídos.

Em todos os projetos disponibilizados na página não foram encontradas enquetes com participação superior a oito votantes.

Por outro lado, a sugestão de temas exige que o cidadão faça um cadastro simples, fornecendo o nome completo e o e-mail, além de criar uma senha. Terminado o cadastro, há o redirecionamento para a página do instrumento, que consiste numa caixa de texto com o título “Digite a sua sugestão”, onde o cidadão deve escrevê-la.

Essa ferramenta deve ser analisada, principalmente, quanto a seu formato e sua necessidade de existência, pois não é atrativa e seus recursos são insuficientes. A impossibilidade de anexar arquivos (documentos, imagens, entre outros) limita a possibilidade do embasamento da sugestão, prejudicando o juízo de admissibilidade dela. Não há dados estatísticos específicos sobre sua utilização.

A dificuldade na manutenção das ferramentas participativas existentes e na retenção de dados que legitimem suas decisões torna impositiva a busca de correções ou substituições que sejam capazes de viabilizar a mobilização e a participação popular. A próxima seção fará breves considerações sobre a utilização do Governo Digital pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, modelo a ser pesquisado que utiliza da tecnologia para virtualizar a relação do Estado com a sociedade.

1.3 Governo Eletrônico na Câmara Municipal de Juiz de Fora

A estruturação de um governo digital passa, necessariamente, pela implantação de ferramentas de tecnologia de informação e comunicação (TICs). Porém, esse novo modelo governamental pressupõe a racionalização da administração pública promovendo uma maior eficiência e uma maior efetividade dos serviços governamentais, de modo a facilitar e melhorar o acesso aos serviços públicos, permitir ao grande público o acesso facilitado à informação, tornar o governo mais transparente e fomentar a participação popular.

As informações previamente fornecidas pelo CAC, de que os instrumentos de interação e participação popular encontravam-se espalhados pelos diversos setores daquela Câmara Municipal, que eles não apresentavam qualquer forma de articulação ou sistematização e que eram subutilizados ou encontravam-se desativados, foram posteriormente confirmadas com as informações obtidas in loco e pelo site institucional.

Por outro lado, a função do governo eletrônico não deve ser restrita à disponibilização de informação baseada na utilização de e-mails e sites (WEST, 2003). O e-Gov deve potenciar também o surgimento de novos paradigmas de funcionamento das instituições, o que não foi observado durante a análise da realidade do legislativo local.

É importante ressaltar a não adesão do legislativo municipal ao “Fala.BR”, iniciativa do Governo Federal que objetiva reunir o acesso aos serviços públicos municipais, estaduais e federais em um mesmo site, e que o “Colab”, aplicativo em que os munícipes demandam por serviços de zeladoria (asfalto, iluminação pública, entre outros), é de uso exclusivo, até o momento, do poder executivo municipal.

Em suma, as rudimentares ferramentas tecnológicas utilizadas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, embora possam fornecer elementos que auxiliem na implantação do e-Gov, pouco ou nada se aproximam desse novo modelo governamental. O afastamento ficará mais evidente no próximo capítulo diante da apresentação conceitual do governo eletrônico e suas características.

1.4 Elementos Críticos

Finalizada a parte expositiva, surge a necessidade de elencar os principais elementos críticos justificadores do abandono e subutilização dos instrumentos disponibilizados pela

Câmara Municipal de Juiz de Fora. Entre eles, temos:

- Baixa capacidade de mobilização social.
- Dificuldade de acesso aos instrumentos pela população.
- Estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos.
- Incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas.

1.4.1. Baixa capacidade de mobilização social

Os instrumentos de participação popular disponibilizados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora são subutilizados, sendo ineficazes como meio de propositura ou legitimação de políticas públicas.

A incapacidade de mobilização, apesar de multifatorial, pode evidenciar que os tradicionais instrumentos participativos ofertados pelo legislativo municipal não atendem as necessidades e os anseios da população, tornando necessário substituí-los ou aprimorá-los.

A existência de um canal informal nas redes sociais para o exercício de atividades relacionadas a cidadania é um indício de que grande parte população de Juiz de Fora está apta a utilizar TICs e acreditam na potencialidade dessas tecnologias quando aplicadas para a participação política.

Deste cenário, surge a necessidade de verificar a existência de correspondência entre as necessidades e anseios mencionados e os recursos ofertados pelo governo digital (e-gov).

1.4.2. Dificuldade de acesso aos instrumentos de participação pela população

Durante a pesquisa preparatória não foram fornecidos ou encontrados qualquer material informativo sobre os instrumentos de participação na Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Assim, torna-se importante verificar o conhecimento pela população das ferramentas existentes e dos respectivos canais de participação. A dificuldade de acesso pode estar ocorrendo pela inadequação dos meios de divulgação e informação cuja finalidade seria discorrer sobre a existência, orientar sobre os procedimentos e destacar as potencialidades de cada instrumento.

Conforme já foi dito, os tradicionais elementos participativos exigem que o cidadão

esteja presente no setor ou órgão responsável pelo recebimento da manifestação - em alguns casos em hora determinada (audiência pública, por exemplo). Esse modelo inviabiliza e desestimula a participação dos munícipes, que muitas vezes não possuem disponibilidade de tempo ou financeira para estarem presentes.

Mesmo as incipientes ferramentas digitais propostas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora são de difícil localização na página institucional, exigindo a procura em páginas secundárias de difícil acesso (Programa Participação da Sociedade Civil, por exemplo). O posicionamento equivocado pode inviabilizar a utilização por grupos sociais menos familiarizados com a internet.

A possibilidade de acesso através de qualquer dispositivo conectado à internet, de centralização das ferramentas disponíveis em uma única plataforma e de utilização de ferramentas inclusivas de acessibilidade reforçam a importância de verificar a possibilidade de correspondência entre as necessidades e os anseios sociais e a implantação do e-gov na Câmara Municipal de Juiz de Fora.

1.4.3. Estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos

Os instrumentos de participação da Câmara Municipal de Juiz de Fora não se apresentam como um conjunto coeso e articulado de interação com a sociedade representada. Assim, cada um deles foi estruturado individualmente, tornando-se responsabilidade de departamentos escolhidos por conveniência política, capacidade estrutural ou pertinência temática.

A formatação dos projetos tradicionais, assim com rudimentariedade das novas ferramentas, evidencia uma desconexão com a sociedade contemporânea e com as potencialidades das ferramentas tecnológicas, cada vez mais inseridas no cotidiano dos cidadãos urbanos e rurais.

A atual utilização de tecnologia não resultou no aumento da participação popular ou na oferta de serviços públicos pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. A reestruturação a ser proposta no plano de ação deverá romper com os paradigmas existentes, construindo ferramentas integradas, focadas nas finalidades institucionais e, principalmente, nas necessidades e anseios da população, tornando-as atrativas e efetivas.

1.4.4. Incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas

públicas.

A distribuição dos instrumentos participativos por diversos setores da Câmara Municipal de Juiz de Fora, assim como a inexistência de centralização, armazenamento e tratamento dos dados obtidos pelos diversos canais disponibilizados, inviabiliza a elaboração de políticas públicas neles baseadas.

Cabe ressaltar que a baixa utilização dos diversos canais disponibilizados resulta numa amostra insignificante, de fácil manipulação, não sendo possível supor que represente uma vontade relevante ou majoritária da coletividade. As manifestações muitas vezes são recebidas como demandas individuais, não sendo possível relacioná-las com outras de igual teor apresentadas em outros canais participativos.

Como já dito, o plano de ação deverá propor a construção de ferramentas integradas, atrativas e efetivas. A capacidade das TICs de receber, armazenar, tratar e disseminar dados autonomamente, permite supor que a implantação do e-gov na Câmara Municipal de Juiz de Fora solucionaria o problema atualmente encontrado.

2. REFLEXÃO TEÓRICA E ESTUDO EMPÍRICO

No capítulo 1 foi apresentado o caso de gestão dos instrumentos participativos da Câmara Municipal de Juiz de Fora, em que se faziam presentes, especialmente, quatro elementos críticos:

- Baixa capacidade de mobilização social.
- Dificuldade de acesso aos instrumentos de participação pela população.
- Estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos.
- Incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas.

Para tentar resolver ou minimizar esses problemas, este trabalho tem como objetivo identificar os fatores associados a predisposição à utilização de ferramentas digitais de participação popular na Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Este capítulo é composto pela fundamentação teórica e pelo estudo empírico. De início, são discutidos os referenciais teóricos e conceituais sobre os temas pertinentes ao caso de gestão e seus elementos críticos, enquanto que, posteriormente, são apresentados e discutidos os dados do estudo empírico, cuja análise permitiu ter uma compreensão mais aprofundada e detalhada dos elementos críticos verificados no caso de gestão, viabilizando a propositura de um plano de ação.

2.1 Reflexão Teórica

Segundo Macedo (2008), democracia é “um conceito histórico. Portanto possui o sentido que as circunstâncias, que a sociedade, que a própria história lhe imprime”. Corroborando com a concepção histórica de democracia, Silva (2007) diz que: “A democracia não é um mero conceito político abstrato, estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no decorrer da história”.

Em qualquer democracia o voto é a ferramenta mais eloquente de participação popular, porém Nobre e Porto (2012) asseveram que o voto não é o único instrumento importante de participação em nossa democracia, coexistindo, também, poderes diversos atribuídos ao povo pela Carta Magna, que lhe confere a cidadania. Esses direitos-deveres lhe permitem fazer proposições e fiscalizar as atividades administrativas:

“Como se vê, a democracia que rege a República Federativa do Brasil é o direcionamento para que o povo fiscalize seus administradores, por meio da transparência administrativa, ou para que exerça diretamente suas escolhas sobre a sociedade em que vive, o que se faz por meio dos institutos da participação popular, sendo esta a análise final do tema aqui exposto”. (NOBRE E PORTO, 2012)

A participação popular também é uma ferramenta a qual se deve considerar na análise da legitimidade dos institutos e dos atos neles praticados. A legitimidade é definida por Bierstedt (1986) como:

“condição real, válida e aceita, de governantes, instituições, movimentos políticos e sistemas de domínio, decorrente da conformidade de tais governantes, instituições, movimentos e sistemas de autoridade com alguma lei, princípio ou fonte de autorização” (BIERSTEDT, 1986)

Cabe ressaltar que o povo, segundo a Constituição da República, é o titular supremo do poder no Estado brasileiro, caracterizando-se como a maior fonte autorizativa, ou seja, fonte primária e suprema de legitimação. Nesse contexto, surge a necessidade da institucionalização de instrumentos de participação popular, pois, como expõe Moreira Neto (1992),

“Somente pela participação é possível garantir-se que o Governo venha a decidir, seja abstrata ou concretamente, de acordo com a vontade do povo. O ideal seria, portanto, que todos pudessem e efetivamente se dispusessem a participar diretamente, como se tem notícia, na breve e fulgurante democracia ateniense ou no Cantão de Uri, na Suíça. O possível, entretanto, até agora, tem sido a prática preferencial da intermediação de representantes que, presumidamente, decidirão de acordo com a vontade do povo, seus mandantes - uma participação indireta. A opção da participação, portanto, deve ser entendida como uma busca da eficiência pela legitimidade, na medida em que a norma legitimada pelo consenso recubra a decisão de supremacia com o consentimento estimulante da cidadania interessada.”(MOREIRA NETO, 1992).

A fragmentação entre titularidade e exercício do poder ocasionou profundas transformações estruturais na sociedade. Não há convergência quanto ao dever de os atos praticados pelos mandatários expressarem fielmente as vontades de seus representados. Para Rosenfeld (1990) este seria um pressuposto da concretude democrática, enquanto Manin (1999) defende uma independência parcial entre representantes e representados.

Já no âmbito institucional a vinculação da participação popular divide-se em institutos de participação vinculante (ou gestão participativa), de participação não vinculante (ou de técnica consultiva) e de participação autônoma e vinculante. Nesses institutos a vontade popular, respectivamente, vincula o ato governamental (comissão deliberativa, por exemplo), apenas retrata a interesse público (audiências públicas, por exemplo) e age autônoma e independentemente das instituições públicas (autarquias corporativas, por exemplo). Todos esses institutos convivem harmonicamente na democracia brasileira, apresentando virtudes e distorções que lhes são características.

A impossibilidade de estruturar um modelo democrático universal que promova a participação popular através de ferramentas que propiciem a interação entre Estado e sociedade, a construção coletiva de políticas públicas e a otimização de serviços públicos, ocasionou, desde 1950, a busca de diferentes modelos compatíveis com a necessidade dos diferentes proponentes.

Nesse sentido, Antonini e outros (2015) ressalta que a adaptabilidade é uma questão multifatorial, em que a diversidade cultural, dos ramos e dos setores devem ser consideradas. A relação entre as especificidades locais e a adaptabilidade mencionadas no texto devem ser consideradas na implementação de ferramentas participativas, pois impede a utilização integral de modelos pré-estabelecidos e exige o acompanhamento, desde o início, para readaptações possivelmente necessárias - erro de concepção, aprimoramento ou transformação social.

O mesmo autor evidencia que após décadas de formulações na busca por modelos aplicáveis, as políticas públicas ainda são frequentemente desenvolvidas por políticos e instituições governamentais maiores e depois implementadas para seus cidadãos (Anderson, 2014). A realidade, porém, contrariando o ideal teórico e democrático, mostra que os governos ocidentais observam taxas decrescentes de envolvimento participativo, assim como o aumento da desconfiança em relação aos governos e aos agentes públicos.

Esse cenário caótico confronta o conceito ideal de Machado (2016), para quem a participação está relacionada a ocupação do espaço público direcionada às reais condições de influenciar no diálogo e na construção de uma determinada temática, utilizando para isso processos construídos coletivamente. Tem-se, portanto, que a participação é a ação de membros de determinado grupo social destinada a melhorar suas condições gerais, ressaltando Lock (2004) que os municípios - que no Brasil possuem maior relevância devido a autonomia

administrativa - são os entes mais próximos dos cidadãos, potencializando sua participação e influência.

Um bom padrão de regras do desenvolvimento urbano é definido por Mc Carney (1998) como um processo colaborativo, pelo qual todas as partes interessadas, incluindo governo, setor privado e sociedade civil, fornecem os meios para resolver os problemas existentes, ou seja, denota o envolvimento em redes e relações sociais e a vontade de realizar tarefas compartilhadas, apertando os círculos e as cadeias de relações e reforçando o capital social. Esse processo modifica a estrutura tradicionalmente conhecida, diminuindo o Estado e empoderando o cidadão, criando uma interação harmônica, salutar e permanente, visando e alcançando o interesse coletivo.

O interesse político é entendido como um dos principais preditores da probabilidade de os indivíduos se envolverem em atividades políticas (Prior, 2010). Atualmente, porém, o movimento de antipolítica se fortalece nas diferentes camadas sociais (SCHEDLER, 1988), refletindo o descontentamento com a atual estrutura política, incapaz de compreender e satisfazer as demandas sociais (REIS, 1988; BAQUERO, 2004). Assim, criam-se dois universos incapazes de se relacionarem, pois as ideologias antipolíticas rejeitam premissas básicas da política como a coletividade e a pluralidade, desqualificando-a ao negar seu papel e seu poder (SCHEDLER, 1988).

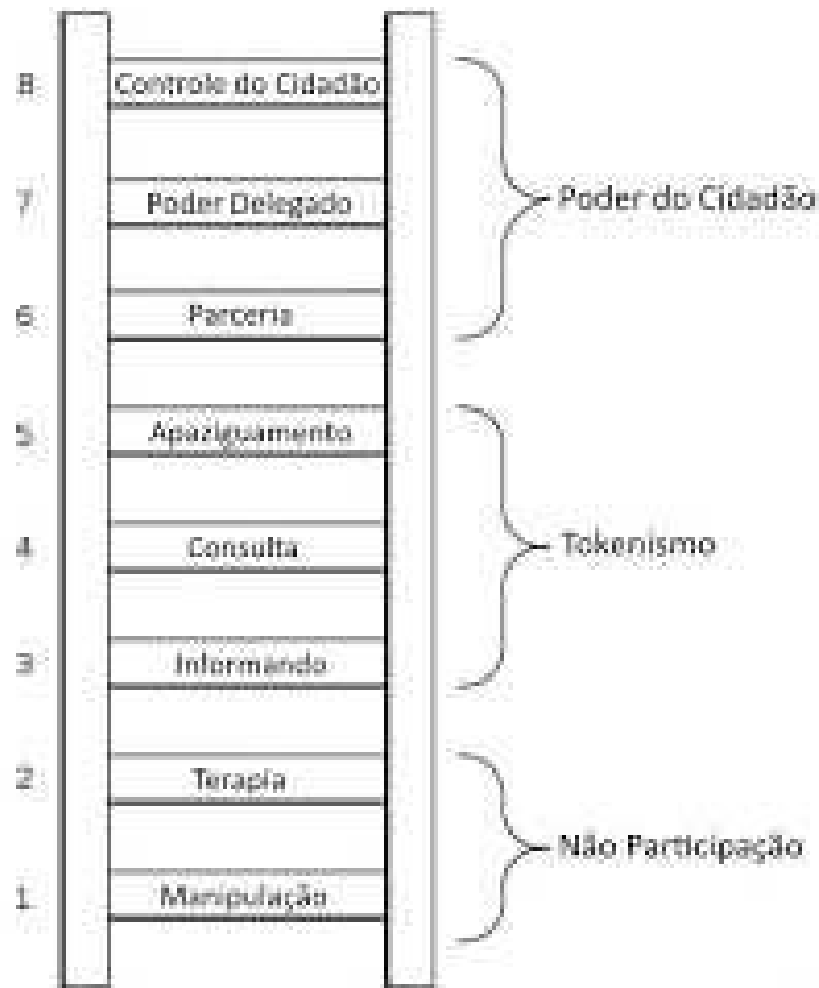
Os doutrinadores se dividem entre os que consideram que o interesse participativo surge do sentimento de pertinência ao grupo social (corrente psicológica), da análise racional de custo-benefício (corrente sociológica) ou da fusão de ambos. Em última análise, a possibilidade de influenciar, mesmo que coletivamente, os rumos da sociedade é o fator teórico comum, divergindo nas expectativas quanto aos ganhos individuais e/ou coletivos obtidos. Nessa dissertação será considerado o conceito mais amplo, “teoria de mão dupla” de Stürmer e Simon, para que as proposições do Plano de Ação sejam mais abrangentes e contemplem, independente da corrente correta ou majoritária, a maior parte possível dos cidadãos de Juiz de Fora.

Richardson (1983) descreve cinco características positivas da participação política: ser uma maneira de adquirir, reter ou aprimorar a dignidade e autoestima (igualdade entre cidadãos), ter papel educativo (conhecimento e limitação do sistema), promover o autoconhecimento (preferências e prioridades), permitir a autoexpressão e gerar maior sociabilidade e coesão social.

Outras obras, porém, ponderaram aspectos positivos e negativos nos processos participativos. O Banco Interamericano de Desenvolvimentos (2003) apontou como vantagens a redução dos custos de obtenção de dados ambientais, sociais e culturais, bem como sobre as necessidades dos atores; o fortalecimento das instituições locais em suas capacidades administrativas e o aumento da credibilidade das próprias informações. Porém, como desvantagens aponta a manutenção da necessidade de projeto nos assuntos técnicos ou de financiamento, aumento nos custos associados à identificação de pessoas interessadas e a perda de legitimidade com a falta de reconhecimento e aceitação. A pluralidade presente na construção também é apontada como um benefício, enquanto que a possibilidade de conflitos sociais e a possibilidade de crise no sistema representativo como desvantagens.

Há inúmeras construções teóricas com o objetivo de mensurar a participação política, as quais podemos exemplificar citando as categorizações de Milbrath (1965) – cidadãos apáticos, expectadores e gladiadores – e de Verna (1971) – participação em campanha, votação, atividades comunitárias e contato personalizado. Porém, visto que esta pesquisa tem como finalidade a contextualização e a proposição de um plano de ação que efetive ou amplifique a participação popular no poder legislativo de Juiz de Fora, destaca-se a classificação apresentada por Arnstein (1969), mostrada na figura 8, que estabelece degraus de participação, que vão da total impotência do cidadão ao seu empoderamento.

Figura 7: Escada de Arnstein (1969)



Fonte: Flores e Misoczky (2008)

No topo da categorização temos o “Controle Social”, que, assim como a “Poder Delegado” e a “Parceria”, pressupõe a efetiva participação pelo cidadão. Os níveis intermediários estabelecem cenários de recomendações e opiniões não vinculativas, ou seja, são esforços superficiais e simbólicos de participação (“tokenismo”). Já os dois degraus iniciais formam a “Não Participação”, denominados de “Terapia” e “Manipulação”.

O quadro 1 traz as características de cada degrau de participação agrupadas por seu idealizador.

Quadro 1: Níveis ou Degraus da Escada de Arnstein

Escada da participação cidadã

8. Controle pelo cidadão	Cidadãos responsáveis pelo planejamento, pela política, assumindo a gestão em sua totalidade, sem intermediários.
7. Delegação de poder	Cidadãos ocupando a maioria dos assentos nos comitês, com poder delegado para tomar decisões. Nesse caso o público tem poder para assegurar as contas do programa para si.
6. Parceria	Poder distribuído por uma negociação entre cidadãos e detentores do poder. O planejamento e as decisões são divididos pelos comitês.
5. Pacificação	O cidadão começa a ter um certo grau de influência nas decisões, podendo participar dos processos de tomada de decisão, entretanto, não existe a obrigação dos tomadores de decisão de levar em conta o que ouvirem.
4. Consulta	Caracterizado por pesquisas de participação, reuniões de vizinhança etc. Segundo os autores, serve somente como fachada, não possui muita implicação prática.
3. Informação	Informar as pessoas sobre seus direitos, responsabilidades e opções. Entretanto, trata-se de um fluxo de informação somente de cima para baixo.
2. Terapia	Os técnicos de órgãos públicos se escondem atrás de conselhos e comitês participativos para não assumir erros cometidos por eles e diluir a responsabilidade.
1. Manipulação	Tem como objetivo permitir que os atores sociais que conduzem o processo possam educar as pessoas. Manifesta-se em conselhos onde os conselheiros não dispõem de informações, conhecimento e assessoria técnica independentes necessários para tomar decisões por conta própria.

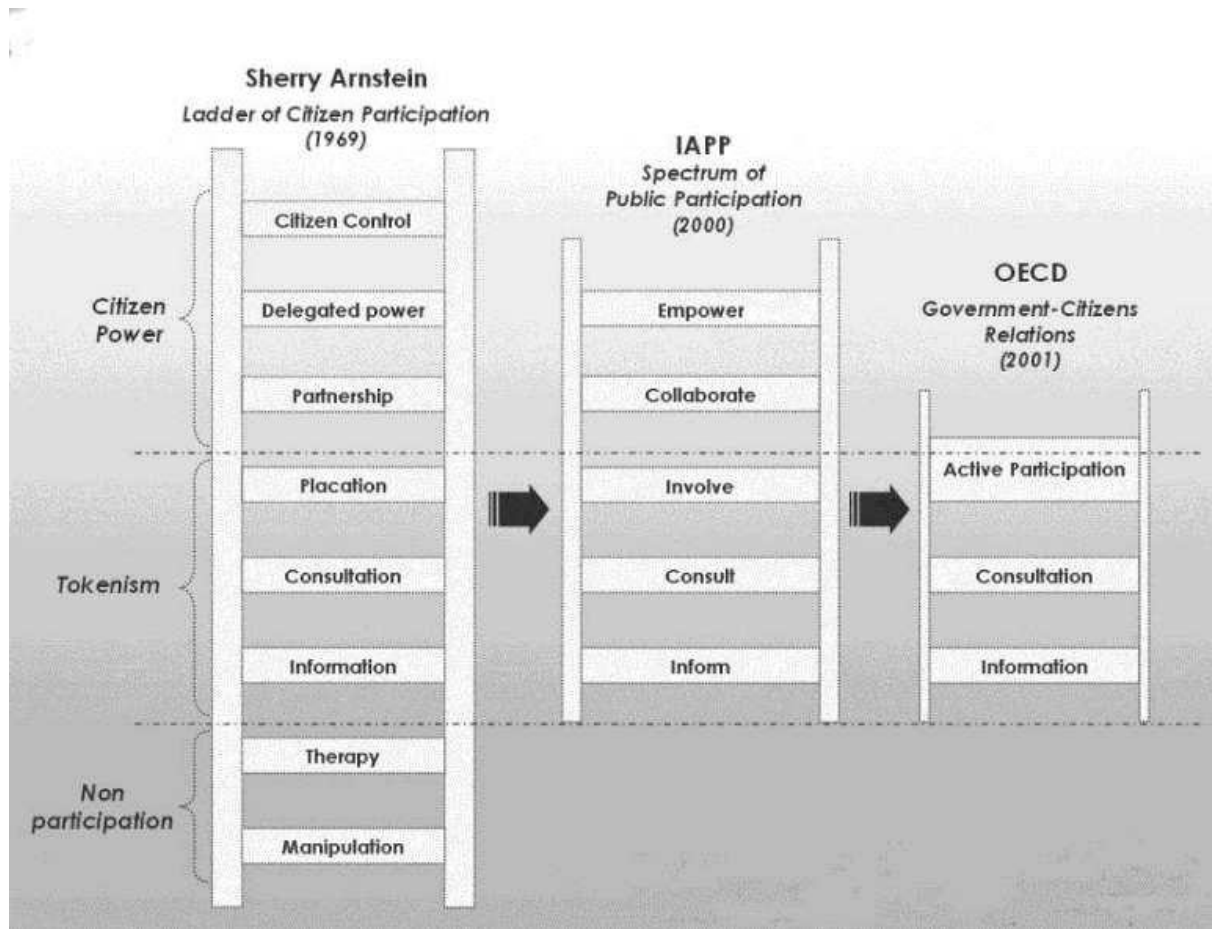
Fonte: Arnstein (1998).

Fonte: Flores e Misoczky (2008)

É importante observar que a classificação de Arnstein dialoga com a divisão em participação vinculante, não vinculante e autônoma e vinculante já apresentada, influenciando diretamente no interesse político, na participação e na legitimidade dessas instituições e órgãos. Também permite uma discussão aprofundando nos possíveis conflitos entre o sistema (semi)representativo, a participação popular e a vinculação de vontades, ampla demais para o que se propõe esta pesquisa exploratória.

Algumas classificações supervenientes utilizaram da estruturação e dos conceitos apresentados por Arnstein, possibilitando estabelecer um paralelismo por equivalência de níveis de participação. Na figura 9 temos dois exemplos de escadas de participação: a do Instituto Internacional para Participação Pública e a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Figura 8: Paralelismo entre os níveis de participação.



Fonte: Prieto-Martin (2010)

A escolha pela classificação de Arnstein (1969) deve-se por sua maior amplitude e facilidade de compreensão, abrangendo, inclusive, a “não-participação”.

Nesse contexto em que é desejável a ascensão na “escada de Arnstein”, surge a necessidade de transformação das instituições políticas e suas ferramentas para que estas reflitam a sociedade em que estão inseridas, desconstruindo paradigmas e estruturando verdadeiras arenas públicas de utilização, participação e fiscalização. Diante da forte interação social com a rede virtual nos dias atuais (BAUMAN, 2001; CASTELLS, 2011), o “e-

governament” – virtualização da relação entre Estado e sociedade – surge como uma possibilidade de reestruturação de processos e obtenção de resultados focados no cidadão.

Embora haja registro de sua utilização desde a década de 70, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) se disseminaram com o surgimento da internet, culminando no Governo Eletrônico, também conhecido como governo digital, e-gov e e-government, que tem o seu conceito consolidado periodicamente na tentativa de encontrar uma definição mais precisa e que melhor se enquadre em uma nova conjuntura. Fundamenta-se na ideia de que essa conexão entre governos e cidadãos visa melhorar a comunicação e a alocação dos recursos para um maior desenvolvimento social, econômico e institucional.

Nesse sentido, escreve RUEDIGUER (2002):

O governo eletrônico é, atualmente, um experimento em construção, e sua dimensão política mais avançada – a governança eletrônica – não pode ser considerada um mero produto ofertado ao cliente em formato acabado, mas, considerando-se sua natureza eminentemente política, e, portanto, pública, pode ser percebido como um bem público, passível de acesso e desenvolvido por processos também sociais, o que o leva a constantes transformações. Justamente essa dimensão faz com que a noção de governança eletrônica, refira-se ao estado, em sua concepção republicana, e em teoria, não se limite apenas a uma experiência de gestão por serviços ad hoc, retificada pelo mercado, mas antes, possa servir de arena cívica, em contraponto a privatização da esfera pública (RUEDIGUER, 2002).

Okot-Uma (2014 apud MORENO, 2014) propõe que o Governo Eletrônico é uma estrutura pública, essencial no processo de afirmação das democracias modernas, sendo relevante para cultivar e profissionalizar os instrumentos da gestão. Ressalta, porém, a necessidade de se associar a capacidade de percepção com a combinação sistêmica desses instrumentos a estrutura tecnológica.

Para Ferguson (2002) o Governo Eletrônico está fortemente relacionado ao uso de novas tecnologias, sendo uma das principais formas de modernização do Estado através da eficiência nos processos operacionais e administrativos do governo e que alavancou a administração Pública Brasileira. Guimarães e Medeiros (2005) evidenciam sua associação à essência da democracia, transparência pública, boas condutas públicas, melhoria na prestação de serviços, qualidade na prestação dos serviços e, por fim, uma estratégia de cultivar uma cultura de inovação nos processos e na gestão organizacional.

Para o Banco Mundial, a definição de Governo Eletrônico centra-se no uso das tecnologias da informação e comunicação pelas agências governamentais, que têm o poder de transformar as relações dos cidadãos, empresas e outros setores do Estado.

Essa pluralidade de conceitos deve-se as crescentes possibilidades do uso de TICs na administração pública, na prestação de serviços, na participação popular, na disponibilização de informações, entre outras. Embora haja a discussão acadêmica quanto a natureza do governo eletrônico, seria infrutífero, num trabalho exploratório que almeja resultados práticos, discutir se trata-se de um novo conjunto de ferramentas participativas ou somente a digitalização das ferramentas já existentes.

Também foram encontradas discussões entre correntes teóricas antagônicas quanto ao aumento da exclusão social decorrente da implementação do Governo Eletrônico. O assunto também não será aprofundado neste trabalho, pois, além da capacitação e suporte, objetiva-se a coexistência de formas participativas presenciais e virtuais.

A ideia de governo eletrônico surge no Brasil com o movimento de reforma da gestão pública (BRESSER-PEREIRA, 2002) no início da década de 90, em que se buscava a excelência e a orientação dos serviços ao cidadão através de princípios e ferramentas práticas de mercado. Matias-Pereira (2008, apud Drumond; Silveira; Silva, 2014) afirma, porém, que esse modelo de reforma não se mostrou capaz de solucionar os problemas socioeconômicos do país, em muitos casos por sua implantação desarticulada e incoerente.

A estruturação inadequada e desarticulada dos instrumentos de tecnologia de informação e comunicação também foi observada quando analisadas as ferramentas disponibilizadas pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Essa situação, inclusive, foi apontada como um dos pontos críticos a serem pesquisados e solucionados.

Outro ponto crítico a ser atacado pela implementação do governo digital é a atual incapacidade de armazenar informações e transformá-las em dados úteis para a administração pública. Nesse sentido, afirma Oliveira (2010) que a implantação do Governo Eletrônico pressupõe a avaliação contínua dos principais envolvidos para fornecer ao governo elementos essenciais para o planejamento dos serviços públicos eletrônicos. Muitas dessas ferramentas, inclusive, já são capazes produzir dados autonomamente seja pelo tratamento automatizado de dados, seja pela utilização de inteligência artificial.

Corroborando com a afirmação, Okot-Uma (2001) pontua que o governo digital deve ter capacidade de percepção e combinação sistêmica desses instrumentos qualificados por uma estrutura tecnológica capaz de disseminar as informações e prestar serviços. A utilização dessas ferramentas influencia na qualidade, na diminuição do custo e na agilidade desses serviços (EVANS; YIN, 2006).

Holzer (2012) destaca que, apesar da complexidade técnica, as ferramentas de governo eletrônico são de fácil penetração social e possuem capacidade de atingir distâncias inalcançáveis para os instrumentos tradicionais. Outro fator é a adaptabilidade permitida pela tecnologia da informação tornando-se compreensível e acessível pelos diferentes atores sociais. Essas características tornam-se relevantes no ataque a dificuldade de acesso aos instrumentos pela população de Juiz de Fora.

O Banco Mundial (2002) enumera quatro resultados possíveis com a implementação das ferramentas de governo digital: maior acesso às informações do governo; maior participação cívica; aumento da transparência e da responsabilidade governamental e proporciona oportunidades de desenvolvimento, beneficiando especialmente as comunidades rurais e tradicionalmente carentes.

As visões de diversos autores acerca das vantagens e dificuldades na implantação do e-government foram agrupadas por Damian (2012). As vantagens apontadas mostram-se aptas a melhorar ou solucionar os pontos críticos enumerados na gestão das ferramentas públicas da Câmara Municipal. As dificuldades, por sua vez, deverão ser consideradas durante toda a pesquisa, para que o novo modelo proposto seja capaz de reduzir os impactos das adversidades.

Entre as vantagens encontradas estão a diminuição do volume de pessoas que procuram e congestionam os órgãos públicos, a redução de gastos com infraestrutura e funcionalismo e maior conforto, agilidade e sincronia no processo com redução de perdas por transporte e por espera. Além disso, lista a oferta de melhores condições à informação e serviços, a ampla qualidade de serviços, a possibilidade de participação social no processo democrático; o aumento da transparência governamental, a habilitação da população para ingressar na sociedade da informação, potencial aumento da satisfação; modernização da administração pública e o aumento do valor institucional, eficiência e do benefício estratégico substancial.

Em resumo, o conjunto de autores apontam uma maior acessibilidade pelos cidadãos, a melhoria da prestação do serviço, a possibilidade de reestruturação institucional, a redução de gastos com estrutura e funcionalismo e maiores oportunidades de participação popular.

Por outro lado, algumas dificuldades são enumeradas diante desse novo cenário, entre os quais destacam-se: a manutenção da privacidade e segurança dos sites dos governos, acessibilidade para a população especial e geral, necessidade de educar para a utilização das novas ferramentas e o custo para a manutenção do governo eletrônico. Sabe-se que, embora

devam ser consideradas, algumas das dificuldades enumeradas pela autora foram apontadas entres os anos de 2003 e 2005, não antevendo o aprimoramento da tecnologia e as transformações sociais desde então.

Após a confirmação quanto à possibilidade teórica de solução dos problemas enfrentados pela Câmara Municipal de Juiz de Fora - descritos no Capítulo 1 - através da implementação do Governo Eletrônico, inicia-se o estudo empírico para identificar “quais os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora”.

2.2 Estudo Empírico

Apresentada a Reflexão Teórica, faz-se necessário discorrer sobre as técnicas e procedimentos utilizados na busca pela resposta do problema norteador da pesquisa, ou seja, “quais os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora?”.

Esta pesquisa foi composta por duas fases. A primeira fase refere-se à elaboração do caso de gestão. Essa fase, portanto, teve uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2001) ocupa-se com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes de relações, processos e fenômenos que não podem ser quantificados. Minayo (2011) ressalta, entretanto, a necessidade de um esforço metodológico que garanta a objetivação por meio de uma análise sistemática e aprofundada que minimize as incursões do subjetivismo, do achismo e do espontaneísmo.

Além disso, por se tratar de um estudo que visa proporcionar uma visão geral sobre o problema encontrado na Câmara Municipal de Juiz de Fora, tem-se que a primeira fase da pesquisa foi desenvolvida empregando a classificação proposta por GIL (2008), no nível exploratório. Este nível se destina a desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias.

A segunda fase da pesquisa, por sua vez, teve abordagem quantitativa. Para Muijs (2004) e Williams (2007) as pesquisas quantitativas servem para explicar fenômenos através da coleta de dados numéricos passíveis de serem trabalhados por métodos matemáticos. Nessa fase da pesquisa os fatores associados à predisposição à participação popular pelos cidadãos de Juiz de Fora foram mensurados, possibilitando identificá-los e ordená-los por ordem de relevância.

Os dados para descrever o comportamento dos entrevistados e sua predisposição à

participação popular foram obtidos por meio de questionários padronizados, possibilitando atingir um grande número de entrevistados que responderam anonimamente no momento que lhes foi mais conveniente. Esse nível de pesquisa é classificado por Gil (2008) como pesquisa descritiva.

Minayo e Sanches (1993) são enfáticos ao concluir que não há contradição ou relação de continuidade metodológica entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, embora apresentem naturezas diferentes. Corroborando com este entendimento, Günther (2006) defende que o pesquisador deve utilizar as abordagens qualitativas e quantitativas conforme estas se adequem à questão de pesquisa, otimizando os recursos materiais, temporais e pessoais.

2.2.1. Procedimentos metodológicos

A primeira fase, destinada a descrição das iniciativas de participação popular e de governo eletrônico da Câmara Municipal de Juiz de Fora e a identificação dos elementos críticos para a implantação desses dispositivos, foi iniciada com a leitura das normas vigentes, dando especial atenção à lei orgânica municipal e ao regimento interno da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Após esse processo, foram realizadas visitas ao legislativo municipal para compreender sua estrutura organizacional, alocação setorial dos instrumentos participativos, sua efetiva disponibilidade e sua inserção social. Grande parte das informações foram obtidas por meio de entrevista não-estruturada com servidores gestores do Centro de Atenção ao Cidadão, mas posteriormente foi necessário complementá-las com dados coletados na página institucional.

Nessa fase, foram observados os quatro elementos críticos já mencionados: baixa capacidade de mobilização social, dificuldade de acesso aos instrumentos pela população, estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos e a incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas.

Na segunda fase da pesquisa o procedimento utilizado foi o survey, definido por Freitas et. al (2000) como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de representantes de determinada população. Já o instrumento, foi o questionário aplicado junto a uma amostra não-probabilística voluntária ou autogerada, ou seja, a representação do universo foi formada aleatoriamente de acordo com o acesso ao questionário virtual e o interesse de resposta dos indivíduos, sem o controle do pesquisador

(Muijs, 2004), sendo impossível mensurar a probabilidade de cada indivíduo ser selecionado devido ao desconhecimento quanto a totalidade dos cidadãos (Gil, 2008).

O survey utilizou de medidas diretas, como idade e grau de escolaridade dos respondentes e, também, medidas indiretas por meio da escala do tipo Likert para determinar o comportamento e a opinião dos entrevistados em relação à participação política e à utilização de TICs. O modelo proposto limita a resposta a pontos fixos numa escala ordinal em que o participante poderá escolher entre cinco intervalos, originalmente - modelo de Likert de 1932 - variando entre *aprovo fortemente* e *desaprovo fortemente* (Vieira e Dalmoro, 2008). Nesta dissertação os intervalos variaram entre *discordo totalmente* e *concordo totalmente*.

Conforme evidencia o quadro 3, para obter as respostas desejadas para cada objetivo específico da pesquisa, foi escolhido o procedimento metodológico mais adequado. Assim, utilização do survey tinha por objetivo mensurar a atual propensão de utilização pelos entrevistados das ferramentas de participação social do poder legislativo de Juiz de Fora, identificar as necessidades de comunicação e relacionamento dos entrevistados com a Câmara Municipal de Juiz de Fora, levantar o comportamento dos entrevistados em relação ao uso de TICs em geral e seus costumes de utilização de TICs para acessar informações políticas e compreender os hábitos de participação política por meio de TICs pelos entrevistados;

Quadro 2: Procedimentos metodológicos adotados

Objetivo específico	Procedimentos metodológicos adotados
1) Descrever as iniciativas de participação popular e de governo eletrônico da Câmara Municipal de Juiz de Fora, identificando os elementos críticos para a implantação desses dispositivos.	Observação direta, entrevistas não estruturadas, pesquisa documental.
2) Mensurar a atual propensão de utilização pelos entrevistados das ferramentas de participação social do poder legislativo de Juiz de Fora.	Survey
3) Identificar as necessidades de comunicação e relacionamento dos entrevistados com a Câmara Municipal de Juiz de Fora;	Survey

Continua ...

Continuação da Quadro 2

4) Levantar o comportamento dos entrevistados em relação ao uso de TICs em geral e seus costumes de utilização de TICs para acessar informações políticas;	Survey
5) Compreender os hábitos de participação política por meio de TICs pelos entrevistados;	Survey
6) Relacionar os fatores que estão associados à participação popular, verificando as potencialidades das ferramentas de e-gov.	Pesquisa Bibliográfica

Fonte: Elaborado pelo autor

A aplicação do questionário e o tratamento dos dados coletados não geraram custos de pesquisa, pois as ferramentas necessárias para sua elaboração estavam disponíveis gratuitamente na internet e na própria Universidade Federal de Juiz de Fora. Ao final, diante dos resultados encontrados e dos recursos disponíveis, foi proposto um plano de ação para solucionar os atuais problemas participativos na Câmara Municipal de Juiz de Fora.

2.2.2. Resultados da fase quantitativa

A segunda fase da pesquisa foi iniciada com a aplicação de um questionário que além da concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentava 47 questões divididas em quatro grupos: Perfil do Participante, Democracia e Representatividade, Tecnologia e Política e Câmara Municipal de Juiz de Fora.

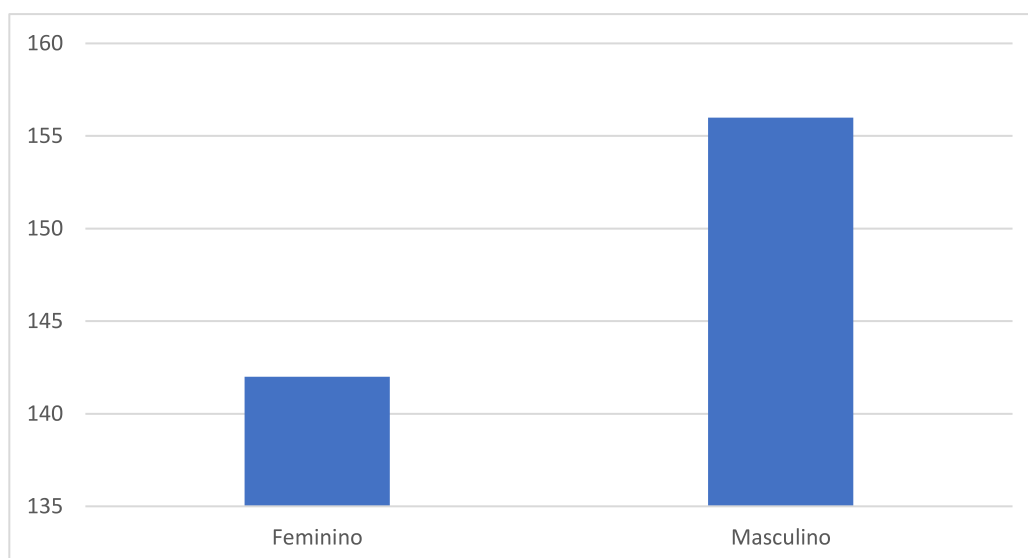
Os interessados puderam responder ao questionário entre os dias 15 de janeiro de 2020 e 26 de janeiro de 2020, sendo exigido apenas que eles residissem em Juiz de Fora, tivessem mais de 16 anos de idade e concordassem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Entre os 318 interessados, apenas 20 (6,3%) não puderam prosseguir com a atividade, não sendo possível determinar quais dos requisitos justificaram os impedimentos. A partir desta segregação, obteve-se 298 respondentes válidos.

É importante frisar que a amostra não permite que os resultados sejam extrapolados para toda a população de Juiz de Fora, pois trata-se de uma amostra não-probabilística e participação voluntária dos respondentes. Por outro lado, a quantidade de participantes e a representatividade dos diferentes segmentos sociais possibilitaram a obtenção de resultados relevantes para esta pesquisa de caráter exploratório.

2.2.2.1 Perfil dos respondentes

O primeiro grupo de perguntas desejava identificar o perfil do participante, sendo a primeira questão relativa ao seu gênero, o que é mostrado no gráfico 1. Apesar da possibilidade da inclusão, somente foram citados os gêneros tidos como tradicionais, sendo que 156 participantes se identificaram como pertencentes ao gênero masculino (52,3%) e 142 participantes se identificaram como pertencentes ao gênero feminino (47,7%). Nenhum entrevistado se identificou na categoria “Outro”.

Gráfico 1: Divisão dos Participantes por Gênero.



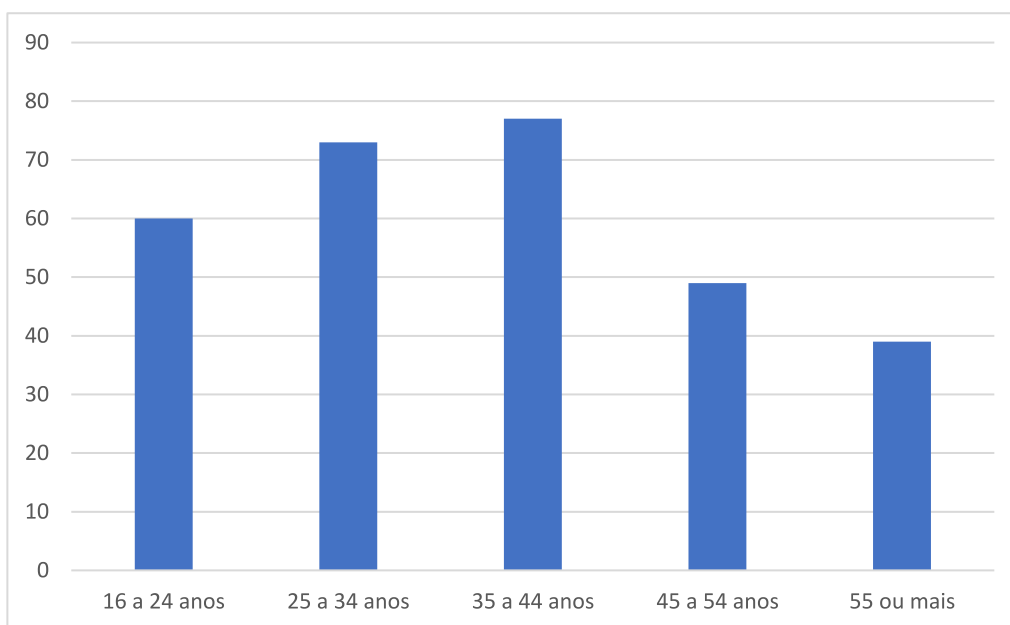
Fonte: dados obtidos na pesquisa

O resultado obtido diverge da distribuição por gênero da eleitores de Juiz de Fora, indicada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2018, em que a quantidade de eleitores do sexo feminino (54%) superava em, aproximadamente, 8% a quantidade de habitantes do sexo masculino (46%). Essa diferença de 6,3% para mais ou para menos deve-se ao fato de a amostra ser auto gerada, devendo ser considerada nos casos em que haja correlação entre gênero e algum dos fatores encontrados (Fator Engajamento Político).

Posteriormente, buscou-se dividir os participantes em grupos etários, não havendo a possibilidade de menores de 16 anos participarem da pesquisa devido a limitação expressa no início do questionário. Assim, foram obtidos os seguintes resultados: 60 participantes afirmaram ter entre 16 e 24 anos (20,2%), 73 participantes afirmaram ter entre 25 e 34 anos

(24,5%), 77 participantes afirmaram ter entre 35 e 44 anos (25,8%), 49 participantes afirmaram ter entre 45 e 54 anos (16,4%) e 39 participantes afirmaram ter mais de 55 anos (13,1%).

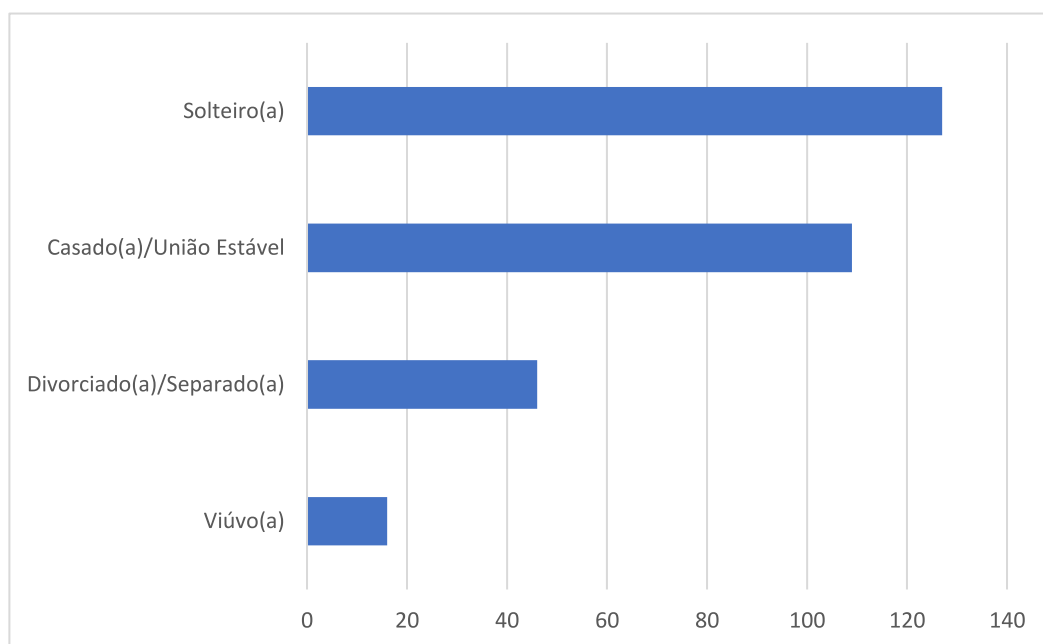
Gráfico 2: Divisão dos Participantes por Faixa Etária



Fonte: dados obtidos na pesquisa

Em 2018, a composição do eleitorado de Juiz de Fora, segundo o TSE, era formada por 11,77% de eleitores de 16 a 24 anos, 19,15% de eleitores de 25 a 34 anos, 18,73% de eleitores de 35 a 44 anos, 17,21% de eleitores de 45 a 54 anos e 33,14% de eleitores acima de 55 anos. Observa-se outra divergência entre os dados oficiais e a divisão etária dos respondentes, porém não foi encontrada correlação significativa entre faixas etárias e os fatores obtidos.

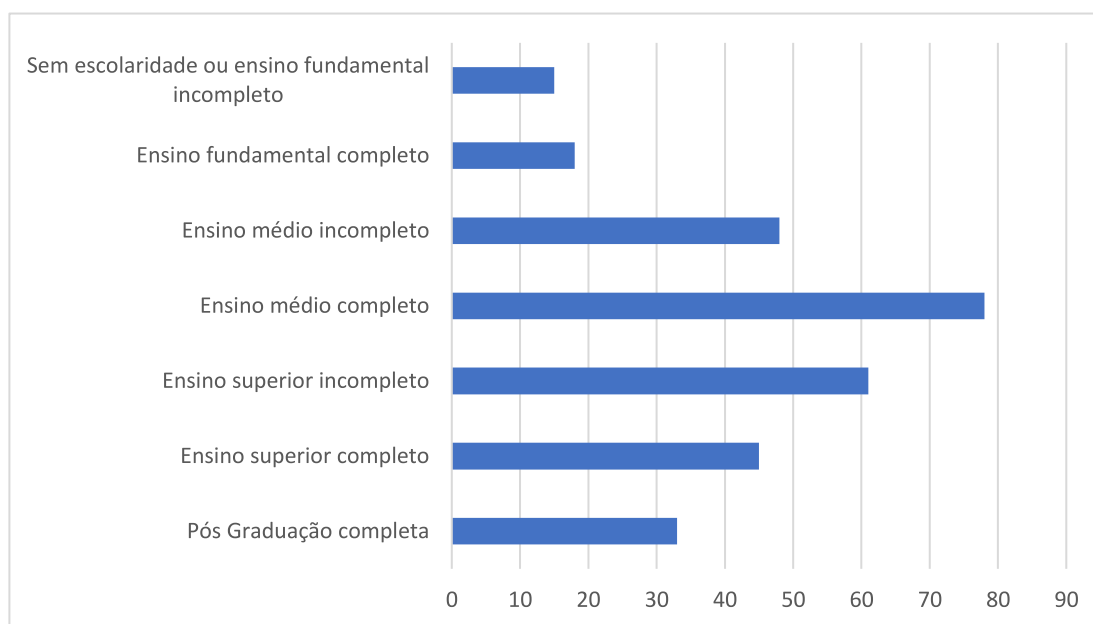
A pergunta seguinte questionava sobre o estado civil dos participantes, sendo obtidos os seguintes resultados: 127 participantes se disseram solteiros (42,6%), 109 participantes se disseram casados ou integrantes de uma união estável (36,6%), 46 participantes se disseram divorciados ou separados (15,4%) e 16 participantes se disseram viúvos (5,4%).

Gráfico 3: Divisão dos Participantes por Estado Civil

Fonte: dados obtidos na pesquisa

Para o TSE, 61,6% dos moradores de Juiz de Fora eram solteiros em 2018 e 4,7% eram divorciados ou separados. Os viúvos e os casados representavam, respectivamente, 2,3% e 31,4% da população. Embora haja divergência entre os dados oficiais e a divisão etária dos respondentes, não foi encontrada correlação significativa entre estado civil e os fatores obtidos.

O questionário também abordou o nível de escolaridade dos participantes, havendo 78 com o ensino médio completo (26,2%), 61 participantes com ensino superior incompleto (20,5%), 48 participantes com o ensino médio incompleto (16,1%), 45 participantes com ensino superior completo (15,1%), 33 participantes com pós-graduação completa (11,1%), 18 participantes com ensino fundamental completo (6,0%) e 15 participantes sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto (5,0%).

Gráfico 4: Divisão dos Participantes por Escolaridade

Fonte: dados obtidos na pesquisa

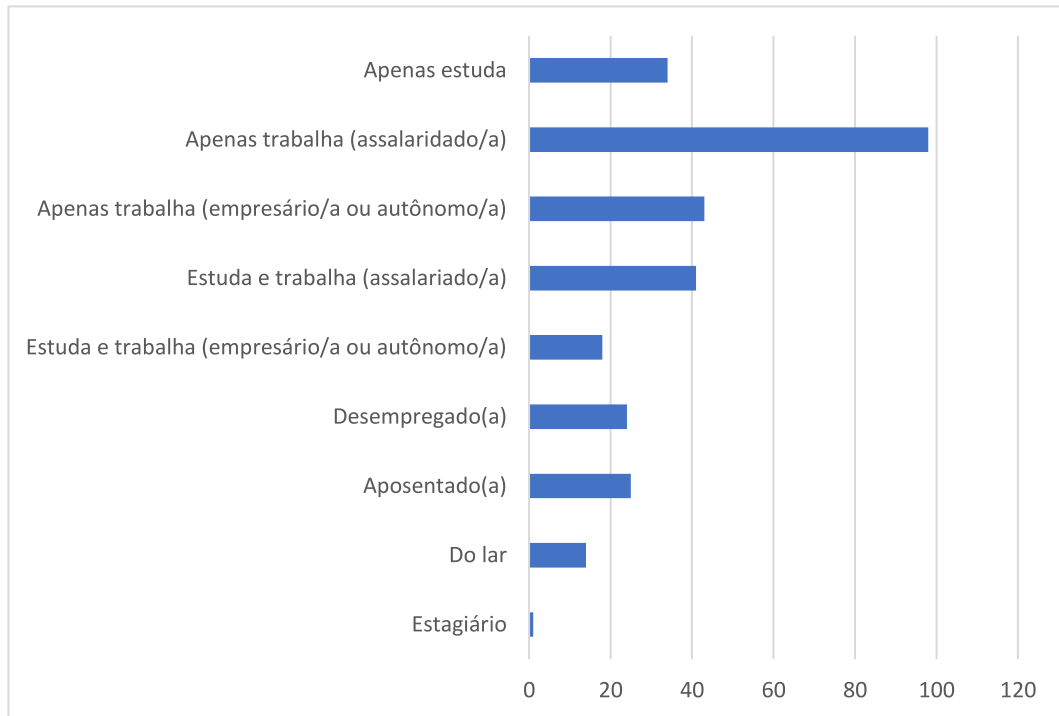
A divisão por nível de escolaridade dos eleitores de Juiz de Fora foi descrita, pelo TSE, da seguinte forma: 21,4% com o ensino médio completo, 4,7% com ensino superior incompleto, 21,6% com o ensino médio incompleto, 8,8% com ensino superior completo (incluindo pós graduação), 8,0% com ensino fundamental completo e 35,5% sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto.

As diferenças existentes entre os dados oficiais e os decorrentes da amostra obtida devem ser consideradas, pois houve correlação entre o Estado Civil e os três fatores (Engajamento Político, Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora e Confiança no Sistema) formadores do constructo “predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora”.

A questão seguinte abordou a ocupação dos participantes. Nessa pergunta era permitida adicionar ocupação diversa das enumeradas, o que resultou em uma resposta em que um participante afirmou ser estagiário. Esse respondente foi inserido no grupo de pessoas que apenas estudam, pois os estágios são atividades acadêmicas complementares, que não se confundem com as atividades laborativas. Sendo assim, o resultado obtido foi: 34 participantes afirmaram que apenas estudam (11,4%), 98 participantes afirmaram ser apenas trabalhadores assalariados (32,9%), 43 participantes afirmaram ser apenas trabalhadores autônomos ou empresários (14,4%), 41 participantes afirmaram estudar e serem trabalhadores

assalariados (13,8%), 18 participantes afirmaram estudar e serem trabalhadores autônomos ou empresários (6%), 25 participantes afirmaram ser aposentados (8,4%), 24 participantes afirmaram estar desempregados (8,1%), 14 participantes afirmaram exercer apenas atividades domésticas - “do lar” (4,7%) - e 1 participante afirmou ser “estagiário” (0,3%).

Gráfico 5: Divisão dos Participantes por Ocupação



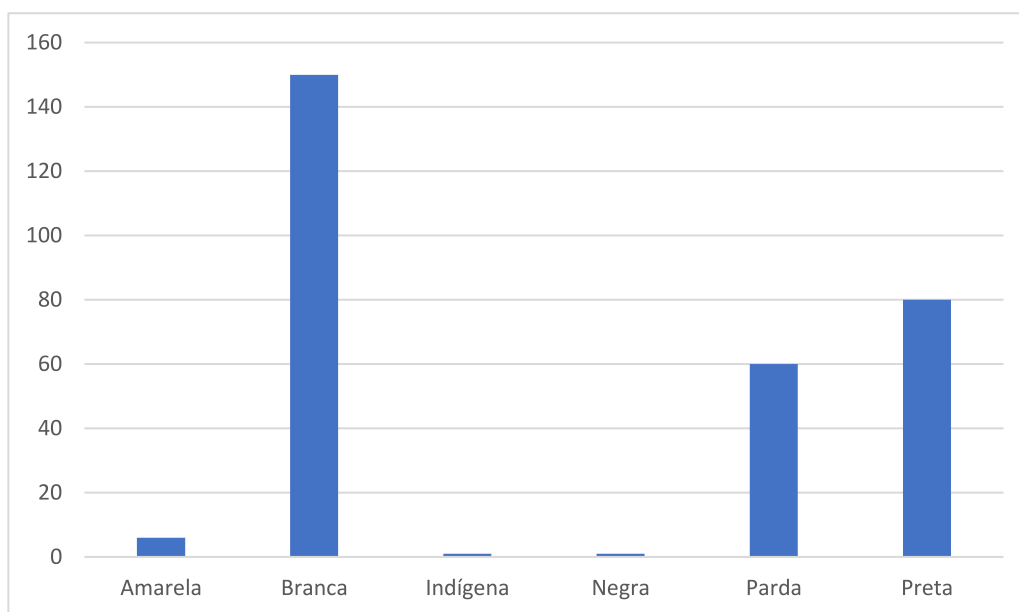
Fonte: dados obtidos na pesquisa

Os participantes também tiveram que informar em qual grupo de raça ou cor¹ eles se definiam. Nessa pergunta também era possível a inclusão de respostas, resultando em uma resposta em que um participante se declarou pertencente a raça “negra”, termo equivalente a “preta” na classificação utilizada pelo IBGE, permitindo a fusão entre os grupos. Os resultados obtidos foram: 150 participantes declararam ter cor/raça branca (50,4%), 81 participantes declararam ter cor/raça preta ou negra (27,2%), 6 participantes declararam ter cor/raça amarela (2%), 60 participantes declararam ter cor/raça parda (20,1%) e 1 participante declarou ter cor/raça indígena (0,3%).

¹ Para tal foram definidos os critérios de categorias do IBGE. Ver: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

Outra fusão necessária ao desenvolvimento estatístico da pesquisa ocorreu entre os que se afirmaram de cor ou raça “amarela” e “indígena” devido as frequências ínfimas encontradas nessas duas respostas.

Gráfico 6: Divisão dos Participantes por Cor ou Raça



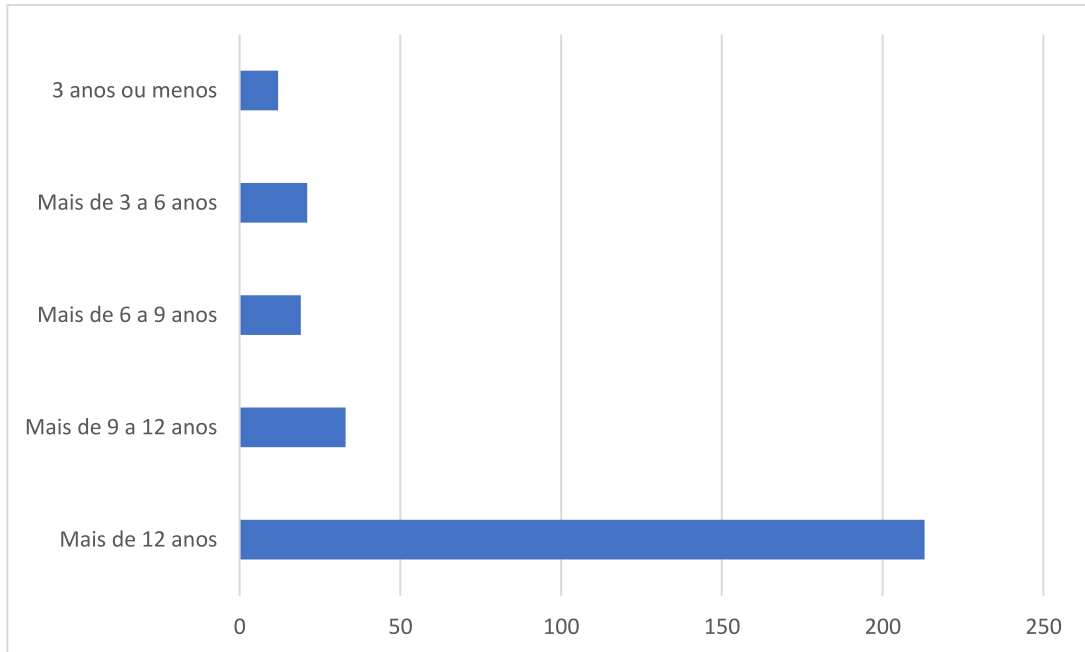
Fonte: dados obtidos na pesquisa

O TSE não disponibiliza dados sobre raça/cor, mas no ano de 2010, o Censo mostrou que a população juiz-forana era composta por 294.080 brancos (56,9%); 144.153 pardos (27,9%); 73.942 pretos (14,3%); 538 indígenas (0,1%); 3.535 amarelos (0,7%). As diferenças encontradas nessa divisão, quando comparada a amostra, também devem ser consideradas diante da existência de correlação significativa entre raça/cor e os fatores encontrados.

O tempo em que o participante morava em Juiz de Fora e a região em que residia também foram objetos do questionário analisado. Essa identificação é importante, para a investigação sobre a legitimidade e proatividade das lideranças locais (bairro e regiões) e sobre a uniformidade de zelo pela Câmara Municipal de Juiz de Fora. Quanto ao tempo, aspecto relevante na inserção na dinâmica democrática, 12 participantes responderam que moravam em Juiz de Fora havia 3 anos ou menos (4%), 21 participantes responderam que moravam em Juiz de Fora havia mais de 3 a 6 anos (7%), 19 participantes responderam que moravam em Juiz de Fora havia mais de 6 a 9 anos (6,4%), 33 participantes responderam que

moravam em Juiz de Fora havia mais de 9 a 12 anos (11,1%) e 213 participantes responderam que moravam em Juiz de Fora havia mais de 12 anos (71,5%).

Gráfico 7: Divisão dos Participantes por Tempo de Residência em Juiz de Fora



Fonte: dados obtidos na pesquisa

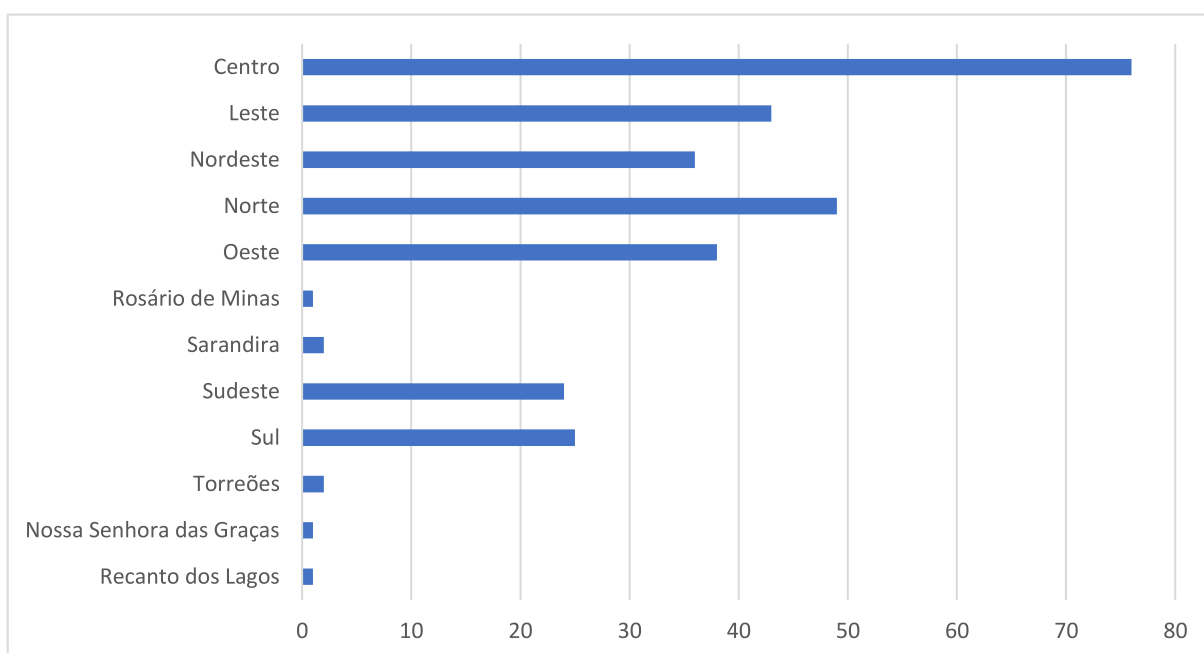
O predomínio de participantes que residem a mais tempo em Juiz de Fora indica que os mesmos já estão ambientalizados e habituados com a política e a administração pública local, e por isso, já se mostram aptos a opinar sobre algumas questões que as envolvem, inclusive aquelas referentes aos últimos processos eleitorais, por exemplo.

A única correlação encontrada, e que será posteriormente explicitada na Tabela 23, foi em relação ao fator Confiança no Sistema.

Já quanto à região da cidade em que residem, os participantes se dividiam em: 76 participantes afirmaram morar no centro de Juiz de Fora (25,5%), 25 participantes afirmaram morar na região sul (8,4%), 49 participantes afirmaram morar na região norte de Juiz de Fora (16,4%), 43 participantes afirmaram morar na região leste de Juiz de Fora (14,4%), 38 participantes afirmaram morar na região oeste de Juiz de Fora (12,8%), 24 participantes afirmaram morar na região sudeste de Juiz de Fora (8,1%), 36 participantes afirmaram morar na região nordeste de Juiz de Fora (12,1%), 2 participantes afirmaram morar no distrito de Torreões (0,7%), 2 participantes afirmaram morar no distrito de Sarandira (0,7%) e 1

participante afirmou morar no distrito de Rosário de Minas (0,3%). Diante da possibilidade de inclusão de regiões possivelmente não elencadas, dois participantes indicaram bairros específicos diversos (0,3% cada). Os participantes das regiões distritais e nos bairros nominalmente mencionados foram agrupados no intuito de otimizar o desenvolvimento estatístico.

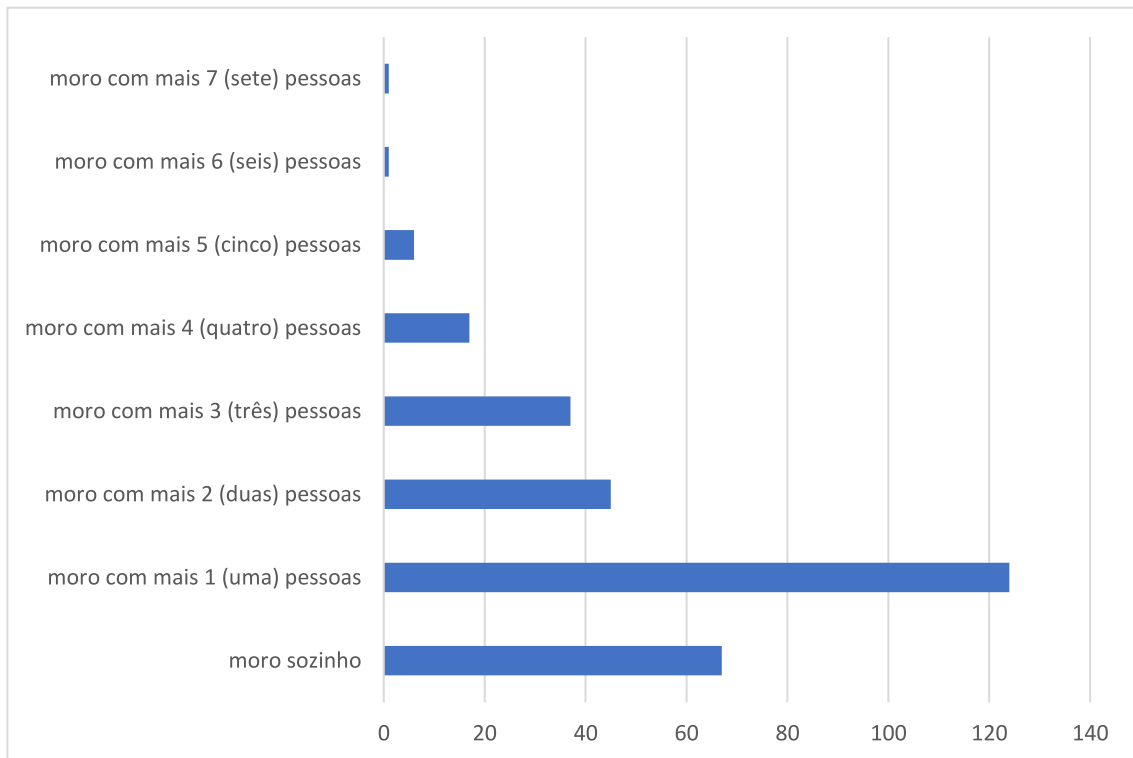
Gráfico 8: Divisão dos Participantes por Região



Fonte: dados obtidos na pesquisa

Cada região apresentou diferentes médias de concordância ou discordância em relação aos fatores formadores do constructo “predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora”. Essa variação será apresentada, posteriormente, na Tabela 27.

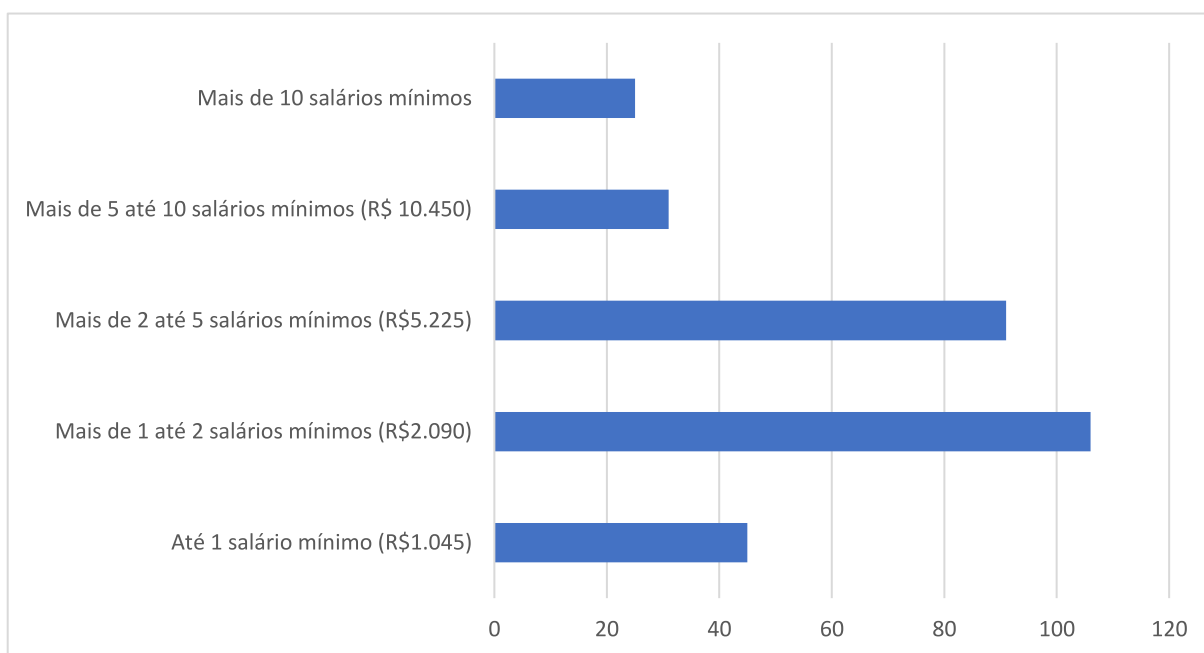
Além disso, foi questionado o número de pessoas que moravam com os participantes, sendo obtidos os seguintes resultados: 67 participantes moravam sozinhos (22,6%), 124 participantes moravam com mais uma pessoa (41,6%), 45 participantes moravam com mais duas pessoas (15,1%), 37 participantes moravam com mais três pessoas (12,4%), 17 participantes moravam com mais quatro pessoas (5,7%), 6 participantes moravam com mais cinco pessoas (2,0%), 1 participante morava com seis pessoas (0,3%) e 1 participante morava com mais sete pessoas (0,3%).

Gráfico 9: Divisão dos Participantes por Coabitação

Fonte: dados obtidos na pesquisa

A existência de correlação significativa entre a coabitação e dois dos fatores encontrado - Engajamento Político e Confiança no Sistema – também será abordada abaixo – Tabela 23.

Os participantes também tiveram que responder qual era, aproximadamente, sua renda domiciliar mensal ao somar a renda de todos que com ele coabitavam. Assim, 45 participantes responderam que sua renda doméstica mensal era de até 1 salário-mínimo (15,1%), 106 participantes responderam que sua renda doméstica mensal era maior do que 1 salário-mínimo e menor do que 2 salários-mínimos, (35,6%), 91 participantes responderam que sua renda doméstica mensal era maior do que 2 salários-mínimos e menor do que 5 salários-mínimos (30,5%), 31 participantes responderam que sua renda doméstica mensal era maior do que 5 salários-mínimos e menor do que 10 salários-mínimos (10,4%) e 25 participantes responderam que sua renda doméstica mensal era maior do que 10 salários-mínimos (8,4%).

Gráfico 10: Divisão dos Participantes por Faixa de Renda Domiciliar

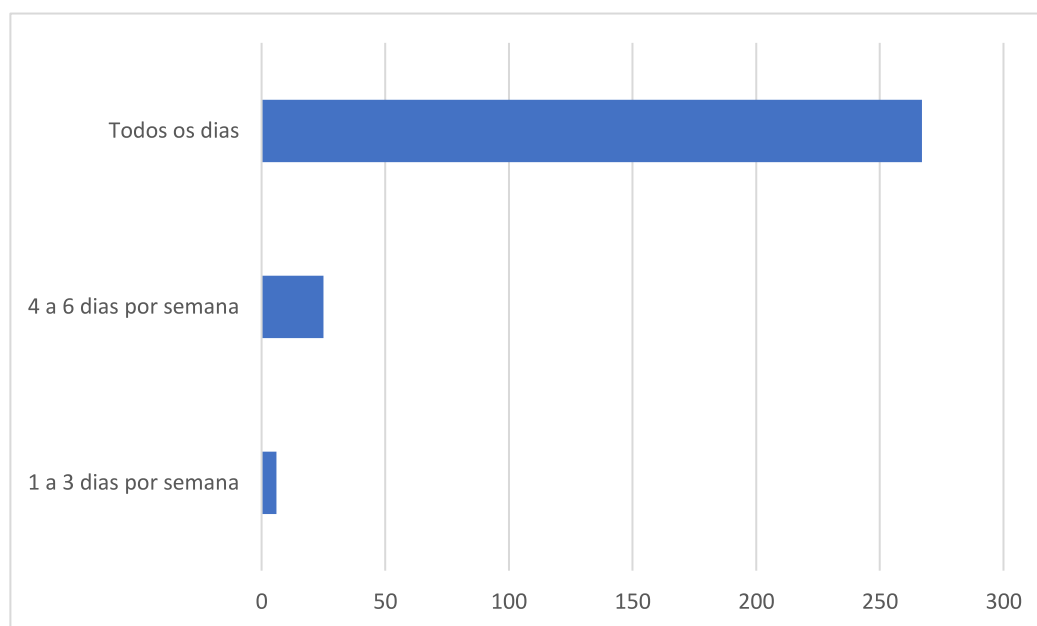
Fonte: dados obtidos na pesquisa

Para o IBGE, 12,6% da população tem renda mensal domiciliar de até 1 salário mínimo, 20,3% tem renda superior a 1 e até 2 salários mínimos, 38,5% tem renda superior a 2 e até 5 salários mínimos, 17,5% tem renda superior a 5 e até 10 salários mínimos e 11% tem renda domiciliar superior a 10 salários mínimos.

Essa divisão tem correlação significativa com todos os fatores (Engajamento Político, Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora e Confiança no Sistema). Portanto, as diferenças existentes em relação aos dados oficiais devem ser consideradas.

A última pergunta do primeiro bloco questionava a frequência com a qual o participante acessava a internet, sendo contabilizado, inclusive, o acesso por meio de telefones celulares. Entre os participantes, 267 afirmaram que acessam a internet diariamente (89,6%), 25 afirmaram que acessam a internet entre 4 e 6 dias por semana (8,4%) e 6 participantes afirmaram que acessam a internet entre 1 a 3 dias por semana (2%).

Gráfico 11: Divisão dos Participantes por Frequência de Acesso à Internet



Fonte: dados obtidos na pesquisa

Além do elevado número de participantes com alta frequência de acesso, é importante observar que nenhum dos participantes respondeu “raramente” para a pergunta. Essa divisão entre os respondentes evidenciou uma correlação entre a frequência de acesso à internet e o fator Engajamento Político.

Como dito anteriormente, a amostra obtida é ampla e diversificada, possuindo frações de diferentes segmentos. Após as questões de cunho pessoal, que almejavam identificar a pertinência dos participantes nos diferentes grupos sociais, foram introduzidas afirmações referentes a democracia e a representatividade política, que deveriam ser respondidas de acordo com a escala Likert, ou seja, pela marcação em um sistema escalar de cinco pontos de resposta que variam de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

A primeira afirmação objetivava identificar a percepção dos participantes quanto a forma de governo. Nela, 168 participantes concordaram totalmente que “A democracia é a melhor forma de governo.” (56,4%). Além disso, 77 participantes concordaram em parte (25,8%), 31 participantes nem discordaram nem concordaram (10,4%), 20 participantes discordaram em parte (6,7%) e 2 participantes discordaram totalmente (0,7%).

O resultado obtido é extremamente relevante para o prosseguimento da pesquisa, pois a democracia é pré-requisito para a institucionalização da participação popular, objeto central do estudo e do plano de ação a ser proposto.

A afirmativa seguinte “O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável.” desejava saber qual a percepção da amostra quanto a legitimidade e credibilidade do processo eleitoral. O grupo majoritário, com 87 participantes, concordou em parte com isso (29,2%), enquanto 78 participantes concordaram totalmente (26,2%), 60 participantes nem discordaram nem concordaram (20,1%), 55 participantes discordaram em parte (18,5%) e 18 participantes discordaram totalmente (6,0%).

Com o objetivo de identificar a percepção dos participantes quanto ao voto, foi formulada a assertiva “Voto porque sou obrigado.”. Foram obtidas as seguintes respostas: 114 participantes concordam totalmente (38,2%), 66 participantes discordam totalmente (22,1%), 59 participantes concordam em parte (19,8%), 37 participantes discordam em parte (12,4%) e 22 participantes nem concordam nem discordam (7,4%).

O voto é o principal instrumento de participação popular, porém a discordância quanto a obrigatoriedade, ou seja, o desejo de não participar é visto com normalidade em muitas democracias pelo mundo, pois não reflete, necessariamente, a falta de engajamento dos cidadãos em atividades cidadãs cotidianas. Os problemas político eleitorais e partidários brasileiros ultrapassam os limites deste trabalho e, portanto, não serão aprofundados.

Já na asserção “Pesquise o histórico do candidato, sua ideologia política e a viabilidade de suas propostas.” buscava-se identificar o comportamento dos participantes no processo eleitoral para justificar uma possível insatisfação ou não identificação com os políticos eleitos, sendo obtido resultados próximos entre aqueles que concordaram totalmente e os que concordaram em parte, sendo, respectivamente, 116 participantes (38,9%) e 114 participantes (38,3%). Entre os demais respondentes, 40 deles não concordaram nem discordaram (13,4%), 20 concordaram em parte (6,7%) e 8 discordaram totalmente (2,7%). Assim, as respostas evidenciaram um alto comprometimento dos respondentes com o exercício do voto.

Posteriormente foi afirmado “Escolho um candidato, mas não anulo meu voto.”, em que se buscava identificar a necessidade ou não de convicção ao votar. Essa questão tem o mesmo objetivo da questão anterior, ou seja, saber se os participantes estão elegendo políticos que realmente propuseram os atos políticos esperados por eles (afinidade ideológica). Na amostra analisada, 118 participantes discordaram totalmente (39,6%), 76 participantes concordaram totalmente (25,5%), 39 participantes concordaram em parte (13,1%), 36 participantes não concordaram nem discordaram (12,1%) e 29 participantes discordaram em parte (9,7%).

Na enunciação “Tento convencer as pessoas a votarem no candidato que escolhi.” houve a total discordância de 102 participantes (34,2%), a concordância parcial de 70 participantes (23,5%), a não discordância nem concordância de 57 participantes (19,1%), a discordância em parte de 38 participantes (12,8%) e a concordância total de 31 participantes (10,4%).

A assertiva seguinte “Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas.” dividiu os participantes do seguinte modo: 108 participantes (36,2%) discordaram totalmente, 67 participantes não discordaram nem concordaram (22,5%), 53 participantes discordaram em parte (17,8%), 46 participantes concordaram em parte (15,4%) e 24 participantes concordaram totalmente (8,1%).

Na tentativa de apurar a percepção sobre a influência das notícias falsas no processo eleitoral, foi formulada o enunciado “As fake news (notícias falsas espalhadas pela internet ou boca a boca) influenciam nos resultados das eleições em minha cidade.” Na amostra houve a concordância parcial por 88 participantes (29,5%), a concordância total por 67 participantes (22,5%), a não discordância nem concordância por 65 participantes (21,8%), a discordância em parte por 47 participantes (15,8%) e a discordância total por 31 participantes (10,4%). Esse resultado mostra-se contraditório quando analisado com o resultado já apresentados na questão “O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável.”. A influência das fake news afetam diretamente a credibilidade dos processos eleitorais, manipulando informações, vontades e resultados.

Na asserção “Os dados divulgados pelos órgãos públicos são de fácil compreensão.” buscava-se identificar a adequação da linguagem utilizada pela administração pública para se comunicar com a população. Os participantes se dividiram da seguinte forma: 170 participantes discordaram totalmente (57%), 85 participantes discordaram em parte (28,5%), 22 participantes concordaram em parte (7,4%), 16 participantes não discordaram nem concordaram (5,4%) e 5 concordaram totalmente (1,7%). A compreensão dos dados públicos é fundamental para o embasamento de opiniões políticas (concordância ou discordância) e, conseqüentemente, para a participação da população.

Quando afirmado “Os políticos são confiáveis e se importam com a população.”, 218 participantes discordaram totalmente (73,2%), 60 participantes discordaram em parte (20,1%), 9 participantes concordaram em parte (3%), 8 participantes não discordaram nem concordaram (2,7%) e 3 participantes concordaram totalmente (1%). Os participantes que expressaram a desconfiança e a indiferença dos políticos é superior a 93%, fato que justifica a

necessidade de implantação de ferramentas de participação fiscalizadora ainda mais eficazes para os eleitores.

A maior parte dos participantes concordou com a asserção seguinte “Os políticos e as instituições públicas são inacessíveis.”. Entre os respondentes, 113 participantes concordaram totalmente (37,9%), 111 participantes concordaram em parte (37,2%), 33 participantes não discordaram nem concordaram (11,1%), 32 participantes discordaram em parte (10,7%) e 9 participantes discordaram totalmente (3%). A dificuldade de acesso e a estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos participativos, ambos pontos críticos encontrados na primeira fase da pesquisa, são fatos perceptíveis à população amostral.

Também predominou a concordância quando enunciado que “A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fundamental para melhorar uma cidade.” Foram obtidas as seguintes respostas: 239 participantes concordaram totalmente (80,2%), 38 participantes concordaram em parte (12,8%), 9 participantes não discordaram nem concordaram (3%), 7 participantes discordaram em parte (2,3%) e 5 participantes discordou totalmente (1,7%). Embora a questão não meça o engajamento pessoal de cada um dos participantes, é notório que, ao menos em aspecto geral e teórico, há a compreensão majoritária sobre a importância da participação.

Já no enunciado “Os políticos só tomam decisões para melhorar a vida da população quando há mobilização e manifestação dos cidadãos.” teve 195 participantes que concordaram totalmente (65,5%), 78 participantes que concordaram em parte (26,2%), 12 participantes que não discordaram nem concordaram (4%), 7 participantes que discordaram em parte (2,3%) e 6 participantes que discordaram totalmente (2%). Essa questão reforça a não confiabilidade dos representantes na visão de seus representados – apuração feita em questão anterior.

Ao se propor que “As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população.”, 113 participantes discordaram totalmente (38%), 88 participantes discordaram em parte (29,5%), 70 participantes concordaram em parte (23,5%), 18 participantes não discordaram nem concordaram (6%), 9 participantes concordaram totalmente (3%).

Na análise da assertiva “Só devo discutir políticas públicas que me afetam diretamente.”, 190 participantes discordaram totalmente (63,8%), 53 participantes discordaram em parte (17,8%), 25 participantes não discordaram nem concordaram (8,4%), 21 participantes concordaram em parte (7%) e 9 participantes concordaram totalmente (3%). O resultado encontrado repele a disseminada aplicação incorreta da teoria do “lugar de fala”

nas discussões políticas, havendo espaço para a participação integral de todos os cidadãos, afetado ou não pela política discutida, para a construção coletiva de políticas públicas.

Já na afirmação “Costumo participar de passeatas e protestos contra decisões dos governantes e para pressionar os políticos a tomarem decisões para melhorar a vida da população.”, 108 participantes discordaram totalmente (36,3%), 79 participantes concordaram em parte (26,5%), 49 participantes concordaram totalmente (16,4%), 40 participantes nem discordaram nem concordaram (13,4%) e 22 participantes discordaram em parte (7,4%).

Quando apresentada a assertiva “Sou bem representado(a) pelas lideranças do meu bairro/região.”, 131 participantes discordaram totalmente (44%), 93 participantes não souberam opinar (31,2%), 39 participantes discordaram em parte (13,1%), 19 participantes nem discordaram nem concordaram (6,4%), 9 participantes concordaram em parte (3%) e 7 participantes concordou totalmente (2,3%). O resultado dessa questão pode evidenciar um problema de representação ou legitimação das lideranças locais, refletindo nas ferramentas de participação da CMJF em que somente elas podem participar diretamente.

Tabela 3: Respostas Obtidas - Parte 1: Democracia e Representatividade.

ASSERTIVAS	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
A democracia é a melhor forma de governo.	2	20	31	77	168
	0,7%	6,7%	10,4%	25,8%	56,4%
O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável.	18	55	60	87	78
	6,0%	18,5%	20,1%	29,2%	26,2%
Voto porque sou obrigado.	66	37	22	59	114
	22,1%	12,4%	7,4%	19,9%	38,2%
Pesquise o histórico do candidato, sua ideologia política e a viabilidade de suas propostas.	8	20	40	114	116
	2,7%	6,7%	13,4%	38,3%	38,9%

Continua ...

Continuação da Tabela 3

Escolho um candidato, mas não anulo o meu voto.	118	39	36	29	76
	39,6%	13,1%	12,1%	9,7%	25,5%
Tento convencer as pessoas a votarem no candidato que escolhi.	102	38	57	70	31
	34,2%	12,8%	19,1%	23,5%	10,4%
Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas.	108	53	67	46	24
	36,2%	17,8%	22,5%	15,4%	8,1%
As fake news (notícias falsas espalhadas pela internet ou boca a boca) influenciam nos resultados das eleições em minha cidade.	31	47	65	88	67
	10,4%	15,8%	21,8%	29,5%	22,5%
Os dados divulgados pelos órgãos públicos são de fácil compreensão.	170	85	16	22	5
	57%	28,5%	5,4%	7,4%	1,7%
Os políticos são confiáveis e se importam com a população.	218	60	8	9	3
	73,2%	20,1%	2,7%	3%	1%
Os políticos e as instituições públicas são inacessíveis.	9	32	33	111	113
	3%	10,7	11,1%	37,2%	37,9%
A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fundamental para melhorar uma cidade.	5	7	9	38	239
	1,7%	2,3%	3%	12,8%	80,2%

Continua ...

Continuação da Tabela 3

Os políticos só tomam decisões para melhorar a vida da população quando há mobilização e manifestação dos cidadãos.	6	7	12	78	195
	2%	2,3%	4%	26,2%	65,5%
As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população.	113	88	18	70	9
	38%	29,5%	6%	23,5%	3%
Só devo discutir políticas públicas que me afetam diretamente.	190	53	25	21	9
	63,8%	17,8%	8,4%	7%	3%
Costumo participar de passeatas e protestos contra decisões dos governantes e para pressionar os políticos a tomarem decisões para melhorar a vida da população.	108	22	40	79	49
	36,3%	7,4%	13,4%	26,5%	16,4%
Sou bem representado(a) pelas lideranças do meu bairro/região.	131	39	19	9	7
	44%	13,1%	6,4%	3%	2,3%
	Não sei opinar				
	93			31,2%	

Fonte: Elaborada pelo autor.

No grupo de questões denominado “Tecnologia e Política”, foi analisado o uso da tecnologia para a recepção de informação política, a percepção de confiabilidade dos meios de obtenção dessas informações, o uso para a manifestação e participação política e a responsabilidade na divulgação de informações sobre o assunto.

Quando afirmado “Utilizo a internet para obter informações sobre política.”, 120 participantes concordaram totalmente (40,3%), 95 participantes concordaram em parte (31,9%), 44 participantes nem discordaram nem concordaram (14,8%), 28 participantes discordaram totalmente (9,4%) e 11 participantes discordaram em parte (3,6%). O resultado mostra que, indubitavelmente, a internet é uma fonte de informação política para a grande maioria dos participantes.

Com o intuito verificar a opinião sobre a credibilidade das redes sociais – local propício para a disseminação de fake news – e das mídias tradicionais, foi formulada a assertiva “Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.”, a qual 76 participantes concordaram em parte (25,6%), 71 participantes nem discordaram nem concordaram (23,8%), 60 participantes discordaram em parte (20,1%), 54 participantes concordaram totalmente (18,1%) e 37 participantes discordaram totalmente (12,4%).

Já a assertiva “O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais.” dividiu os participantes da seguinte forma: 104 participantes concordaram em parte (34,9%), 70 participantes discordaram em parte (23,5%), 44 participantes nem discordaram nem concordaram (14,8%), 44 participantes concordaram totalmente (14,8%) e 36 participantes discordou totalmente (12%).

As próximas três questões desejavam mensurar o engajamento político da amostra tendo a internet como ferramenta. O resultado do conjunto de questões permite concluir que o desempenho de manifestações políticas na rede mundial de computadores já é uma realidade para grande parte dos respondentes.

Primeiramente, em “Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.”, 115 participantes concordaram totalmente (38,6%), 83 participantes concordaram em parte (27,9%), 51 participantes discordaram totalmente (17,1%), 35 participantes nem discordaram nem concordaram (11,7%) e 14 participantes discordaram em parte (4,7%).

Em “Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.”, 87 participantes concordaram em parte (29,3%), 86 participantes concordaram totalmente (28,9%), 52 participantes nem discordaram nem concordaram (17,4%), 52 participantes discordaram totalmente (17,4%) e 21 participantes discordaram em parte (7%).

Por fim, na análise da frase “Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais.”, 138 participantes concordaram totalmente (46,3%), 85

participantes concordaram em parte (28,5%), 44 participantes discordaram totalmente (14,8%), 24 participantes nem discordaram nem concordaram (8,1%) e 7 participantes discordaram em parte (2,3%).

A última assertiva do grupo mediu a responsabilidade da amostra enquanto agentes transmissores/reprodutores de informações políticas. Entre os participantes, 139 concordaram totalmente (46,6%) com a afirmação “Apuro a veracidade dos fatos antes de compartilhar qualquer publicação.”, 75 concordaram em parte (25,2%), 57 nem discordaram nem concordaram (19,1%), 18 discordaram totalmente (6%) e 9 discordaram em parte (3%).

Tabela 4: Respostas Obtidas - Parte 2: Tecnologia e Política.

ASSERTIVAS	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	28	11	44	95	120
	9,4%	3,6%	14,8%	31,9%	40,3%
Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.	37	60	71	76	54
	12,4%	20,1%	23,8%	25,6%	18,1%
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais.	36	70	44	104	44
	12%	23,5%	14,8%	34,9%	14,8%
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	51	14	35	83	115
	17,1%	4,7%	11,7%	27,9%	36,8%

Continua ..

Continuação da Tabela 4

Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	52	21	52	87	86
	17,4%	7%	17,4%	29,3%	28,9%
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais.	44	7	24	85	138
	14,8%	2,3%	8,1%	28,5%	46,3%
Apuro a veracidade dos fatos antes de compartilhar qualquer publicação.	18	9	57	75	136
	6%	3%	19,1%	25,2%	46,6%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Ao final, o último grupo de afirmativas abordou temas relacionados a Câmara Municipal de Juiz de Fora e aos vereadores. As questões desejavam apurar a percepção da amostra, seu comportamento e seus interesses.

O grupo iniciava com a assertiva “Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora.”, 102 participantes discordaram totalmente (34,4%), 83 participantes concordaram em parte (27,9%), 50 participantes nem discordaram nem concordaram (16,8%), 37 participantes discordaram em parte (12,5%) e 25 participantes concordaram totalmente (8,4%). Os números são condizentes com os problemas encontrados na Câmara Municipal de Juiz de Fora, ou seja, baixa mobilização e baixa participação.

Já na questão seguinte, “Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.”, 238 participantes discordaram totalmente (79,9%), 24 participantes discordaram em parte (8,1%), 17 participantes não souberam avaliar (5,7%), 11 participantes nem discordaram nem concordaram (3,7%), 4 participantes concordaram em parte (1,3%) e 4 participantes concordaram totalmente (1,3%).

Quando afirmado que “A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível.”, 165 participantes discordaram totalmente (55,4%), 59 participantes discordaram

em parte (19,8%), 35 participantes não souberam avaliar (11,7%), 22 participantes nem discordaram nem concordaram (7,4%), 14 participantes concordaram em parte (4,7%) e 3 participantes concordaram totalmente (1%).

Em “A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção.”. 220 participantes discordaram totalmente (73,9%), 32 participantes discordaram em parte (10,8%), 23 participantes não souberam avaliar (7,7%), 15 participantes nem discordaram nem concordaram (5%), 7 participantes concordaram em parte (2,3%) e 1 participante concordou totalmente (0,3%).

O conjunto de questões específicas sobre a Câmara Municipal de Juiz de Fora indica o tamanho do problema existente. A maioria dos participantes não acompanha as atividades lá desenvolvidas, não está satisfeita com o trabalho realizado, acha que a CMJF é inacessível, não transparente e que trata não zela por todos os bairros e grupos sociais sem distinção. Isso mostra a necessidade de ferramentas que aumente a transparência e de voz a grupos atualmente marginalizados.

A asserção “Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações.” iniciou o conjunto acerca dos vereadores. Nela, 75 participantes concordaram totalmente (25,2%), 73 participantes concordaram em parte (24,5%), 52 participantes nem discordaram nem concordaram (17,4%), 50 participantes discordaram em parte (16,8%), 48 participantes discordaram totalmente (16,1%).

A segunda assertiva dizia “Escolho meu candidato a vereador por sua atuação na região/bairro onde vivo.” e 104 participantes concordaram em parte (34,9%), 93 participantes concordaram totalmente (31,2%), 40 participantes discordaram totalmente (13,4%), 35 participantes nem discordaram nem concordaram (11,7%) e 26 participantes discordaram em parte (8,7%).

Por fim, em “O vereador deve votar de acordo com a vontade do povo.”, 144 participantes concordaram totalmente (48,3%), 97 participantes concordaram em parte (32,6%), 31 participantes discordaram em parte (10,4%), 24 participantes nem discordaram nem concordaram (8,1%) e 2 participantes discordaram totalmente (0,7%).

Na avaliação da frase “Reclamações coletivas são mais eficazes do que contatos privados com órgão públicos ou políticos.”, 156 participantes concordaram totalmente (52,4%), 78 participantes concordaram em parte (26,2%), 46 participantes nem discordaram nem concordaram (15,4%) 11 participantes discordaram em parte (3,7%) e 7 participantes discordaram totalmente (2,3%).

Enquanto que na “Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais.”, 102 participantes concordaram em parte (34,3%), 91 participantes concordaram totalmente (30,5%), 50 participantes nem discordaram nem concordaram (16,8%), 43 participantes discordaram totalmente (14,4%) e 12 participantes discordaram em parte (4%). O elevado índice de interatividade virtual já é informalmente conhecido diante da repercussão das publicações em grupos ou páginas destinadas a esses fins – “Juiz de Fora da Depressão, por exemplo.

Na asserção “Conheço as ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sei como utilizá-las.” houve o interesse na apuração quanto a divulgação das ferramentas atualmente existentes. Entre os respondentes, 140 participantes discordaram totalmente (47%), 57 participantes concordaram em parte (19,1%), 49 participantes discordaram em parte (16,4%), 30 participantes nem discordaram nem concordaram (10,1%) e 22 participantes concordaram totalmente (7,4%).

O baixo índice de respondentes que conhecem e sabem como utilizar as ferramentas participativas existentes é compatível com o problema de subutilização verificado na primeira fase da pesquisa, podendo ser uma relação de causa e consequência. Esses dados são extremamente relevantes, pois a reversão do quadro atual e a expectativa por números mais promissores quanto a participação popular pressupões o conhecimento sobre a existência das ferramentas disponíveis e sobre como utilizá-las. Inclusive, a ausência de um ou de outro torna, por si só, o legislativo municipal inacessível.

O interesse participativo – especificamente no legislativo municipal - dos membros da amostra foi mensurado através da afirmação “Gostaria de manifestar minhas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência.”, em que 205 participantes concordaram totalmente (68,8%), 49 participantes concordaram em parte (16,4%), 24 participantes nem discordaram nem concordaram (8,1%), 12 participantes discordaram totalmente (4%) e 8 participantes discordaram em parte (2,7%). O resultado encontrado indica que há o interesse de participação política pela população amostral, não sendo, inicialmente, um dos fatores que justificam a baixa mobilização.

A última pergunta do questionário mediu a aceitabilidade da implementação de ferramentas digitais no legislativo municipal. Através da assertiva “Ferramentas digitais (internet) aumentariam minhas possibilidades acompanhar e de participar das decisões da Câmara Municipal de Juiz de Fora.” ficou evidenciado que a ideia pode ser promissora, visto que 219 participantes concordaram totalmente (73,5%), 46 concordaram em parte (15,4%), 24

nem discordaram nem concordaram (8,1%), 6 discordaram em parte (2%) e 3 discordaram totalmente (1%). O resultado expõe que as ferramentas digitais formam uma proposta viável de mobilização, quando verificado a possibilidade de incremento na mobilização e participação popular.

Tabela 5: Respostas Obtidas - Parte 3: Câmara Municipal de Juiz de Fora.

ASSERTIVAS	Discordo totalmente	Discordo em parte	Nem discordo nem concordo	Concordo em parte	Concordo totalmente
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora.	102	37	50	83	25
	34,4%	12,5%	16,8%	27,9%	8,4%
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.	238	24	11	4	4
	79,9%	8,1%	3,7%	1,3%	1,3%
	Não sei opinar				
	17		5,7%		
Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível.	165	59	22	14	3
	55,4%	19,8%	7,4%	4,7%	1%
	Não sei opinar				
	35		11,7%		
A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção.	220	32	15	7	1
	73,9%	10,8%	5%	2,3%	0,3%
	Não sei opinar				
	23		7,7%		

Continua...

Continuação da Tabela 5

Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações.	48	50	52	73	75
	16,1%	16,8%	17,4%	24,5%	25,2%
Escolho meu candidato a vereador por sua atuação na região/bairro onde vivo.	40	26	35	104	93
	13,4%	8,7%	11,7%	34,9%	31,2%
O vereador deve votar de acordo com a vontade do povo.	2	31	24	97	144
	0,7%	10,4%	8,1%	32,6%	48,3%
Reclamações coletivas são mais eficazes do que contatos privados com órgão públicos ou políticos.	7	11	46	78	156
	2,3%	3,7%	15,4%	26,2%	52,4%
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais.	43	12	50	102	91
	14,4%	4%	16,8%	34,3%	30,5%
Conheço as ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sei como utilizá-las.	140	49	30	57	22
	47%	16,4%	10,1%	19,1%	7,4%
Gostaria de manifestar minhas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência.	12	8	24	49	205
	4%	2,7%	8,1%	16,4%	68,8

Continua ...

Continuação da Tabela 5

Ferramentas digitais (internet) aumentariam minhas possibilidades acompanhar e de participar das decisões da Câmara Municipal de Juiz de Fora.	3	6	24	46	219
	1%	2%	8,1%	15,4%	73,5%

Fonte: Elaborada pelo autor.

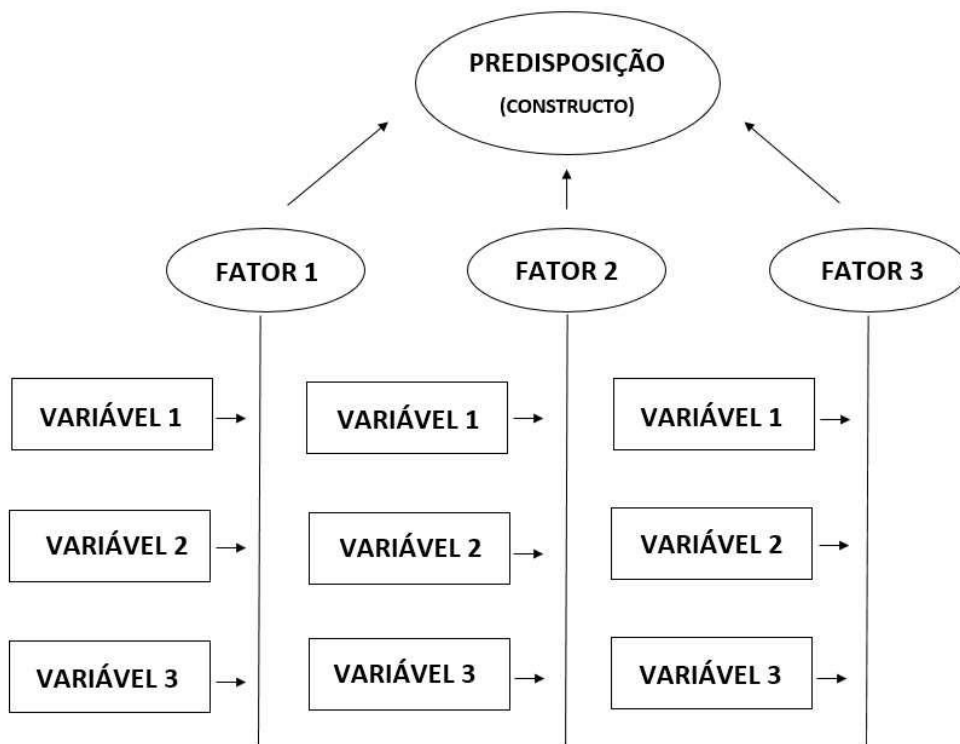
2.2.2.2. Análise Fatorial do Constructo predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora

Nesse momento da pesquisa são estabelecidas relações com a finalidade de identificar as questões (entre aquelas de formato Likert) que explicam com maior propriedade o constructo “predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora”, ou seja, quais questões estão ligadas a variação na predisposição participativa do cidadão.

A impossibilidade de medição direta da predisposição (constructo) exige a utilização das variáveis encontradas no questionário, que se agrupam em fatores encontrados por meio da análise fatorial exploratória, ou seja, a estrutura das dimensões que compõem esse constructo.

Esse agrupamento multidimensional formador de um constructo ocorre conforme o exemplo exposto na figura seguinte.

Figura 9: Formação de um Constructo pelo Agrupamento de Variáveis em Fatores(dimensões)



Fonte: Elaborado pelo Autor

Esse processo exigiu a preparação prévia dos dados, invertendo as escalas de algumas questões, fundindo ou eliminando categorias de respostas, identificando possíveis outliers e excluindo os participantes que responderam “Não sei opinar/avaliar”, quando esta opção estava disponível.

As afirmativas em que foi necessária a inversão da escala, ou seja, cujo sentido conceitual se encontra oposto ao dos demais itens e exige atribuição de valor invertido para a escala de resposta, foram: “Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas”, “Só devo discutir políticas públicas que me afetam diretamente”, “O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais”, “Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais”, “Os políticos e as instituições públicas são inacessíveis”, “Voto porque sou obrigado” e “As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população.

Na pergunta sobre cor/raça houve a fusão das categorias amarela e indígena, pois alguns cálculos estatísticos exigem o mínimo de casos em cada categoria. Pelo mesmo motivo

na pergunta sobre a região de residência houve a fusão de “Torreões”, “Sarandira”, “Rosário de Minas” e “outras” em uma única categoria. Já na pergunta sobre a ocupação do respondente foi necessário a eliminação da categoria “estagiário” – reclassificando o respondente como “apenas estuda” para não prejudicar as análises estatísticas posteriores.

Por fim, ainda na fase preparatória, foi utilizado o método da “Distância de Mahalanobis” para identificar possíveis outliers (participantes cujas respostas se distanciam significativamente dos demais). Após os cálculos – cuja significância foi inferior a 0,001 – foi identificado um participante outliers, que foi retirado da amostra.

Por fim, houve 43 respondentes que escolheram a opção “Não sei opinar/avaliar”. Embora esta fosse uma opção que constava do questionário, tal resposta não faz parte dos intervalos da escala de discordância-concordância, equivalendo a uma abstenção de manifestar-se em relação àquele item, ou seja uma “não resposta”. A análise fatorial permite três decisões quando há um dado faltante: 1) excluir os casos com respostas faltantes de toda a análise; 2) preencher a resposta faltante pela média de todos os respondentes naquela questão; ou 3) preencher a resposta faltante por uma estimativa baseada nas respostas do participante a outros itens do questionário. Optou-se pela exclusão dos respondentes que escolheram a opção “Não sei opinar/avaliar”, pois o número de respondentes válidos restantes – 255 questionários – seria suficiente para a realização dos cálculos estatísticos necessários para a consecução dos objetivos da pesquisa.

Concluída a preparação dos dados, foi iniciada a fase de Análise Exploratória (AFE), que tem como objetivo identificar a estrutura subjacente a uma matriz de dados (diferentes dimensões que compõem um constructo) e indicar, dentre as variáveis utilizadas, aquelas que melhor representam o conjunto, formando assim um instrumento mais parcimonioso (DAMASIO, 2012). Portanto, esse foi o método utilizado para determinar os fatores subjacentes ao constructo principal da pesquisa, qual seja: predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora. O método utilizado para a extração dos fatores foi o da Análise dos Componentes Principais (ACP), com base no autovalor (*eigenvalue*) >1, em razão do caráter exploratório da pesquisa, e método de rotação Varimax (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010).

Após a escolha dos métodos, foram realizados os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Bartlett para verificar a adequação dos dados à Análise Fatorial Exploratória. A medida de KMO indica a “proporção de variância dos itens que pode estar sendo explicada por uma variável latente” (DAMÁSIO, 2012, p. 215). O valor encontrado foi de 0,779,

mostrando-se razoável (PEREIRA, 2004). Já o teste de esfericidade de Bartlett verifica o quanto a “matriz de (co)variância é similar a uma matriz-identidade (os elementos da diagonal principal têm valor igual a um, e os demais elementos da matriz são aproximadamente zero, ou seja, não apresentam correlações entre si)” (DAMÁSIO, 2012, p. 216). É medido pelo nível de significância estatística ($p < 0,05$). Nesse teste (Tabela 6), o conjunto de dados também se mostrou adequado, com significância inferior a 0,001.

Tabela 6: Teste de KMO e Bartlett - Primeira Tentativa

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,779
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	2379,691
	df	630
	Sig.	,000

Fonte: Elaborada pelo Autor

Outro requisito da técnica de AFE, para garantir resultados mais robustos, é ter uma amostra acima de 100 casos e uma razão entre o número de respondentes e o número de variáveis superior a 5:1 (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010). Neste estudo, a quantidade de respondentes válidos foi de 255 e o número de variáveis incluídas na AFE de 36, resultando em uma razão de 7,1:1.

Diante da adequação encontrada, foi produzida a tabela de comunalidades (Tabela 7) que mostra a proporção de variabilidade de cada variável que pode ser explicada pelos fatores, sugerindo a supressão das afirmativas cuja extração fosse inferior a 0,5 (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010).

Tabela 7: Comunalidades - Primeira Tentativa

	Inicial	Extração
A democracia é a melhor forma de governo	1,000	,714
O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável.	1,000	,661
Voto porque sou obrigado.	1,000	,572
Pesquise o histórico do candidato, sua ideologia política e a viabilidade de suas propostas	1,000	,575
Escolho um candidato, mas não anulo o meu voto.	1,000	,654

Continua ...

Continuação da Tabela 7

Tento convencer as pessoas a votarem no candidato que escolhi	1,000	,564
Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas	1,000	,567
As fake news (notícias falsas espalhadas pela internet ou boca a boca) influenciam nos resultados das eleições em minha cidade	1,000	,599
Os dados divulgados pelos órgãos públicos são de fácil compreensão.	1,000	,669
Os políticos são confiáveis e se importam com a população.	1,000	,673
Os políticos e as instituições públicas são inacessíveis.	1,000	,407
A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fundamental para melhorar uma cidade	1,000	,688
Os políticos só tomam decisões para melhorar a vida da população quando há mobilização e manifestação dos cidadãos.	1,000	,596
As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população	1,000	,630
Só devo discutir políticas públicas que me afetam diretamente	1,000	,686
Costumo participar de passeatas e protestos contra decisões dos governantes e para pressionar os políticos a tomarem decisões para melhorar a vida da população	1,000	,439
Sou bem representado(a) pelas lideranças do meu bairro/região	1,000	,497
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	1,000	,580
Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.	1,000	,717
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais	1,000	,668
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	1,000	,798
Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	1,000	,729
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais	1,000	,757
Apuro a veracidade dos fatos antes de compartilhar qualquer publicação	1,000	,635
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora	1,000	,643
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora	1,000	,746
A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível	1,000	,663
A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção	1,000	,779

Continua ...

Continuação da Tabela 7

Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações	1,000	,668
Escolho meu candidato a vereador por sua atuação na região/bairro onde vivo.	1,000	,617
O vereador deve votar de acordo com a vontade do povo.	1,000	,576
Reclamações coletivas são mais eficazes do que contatos privados com órgão públicos ou políticos	1,000	,521
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais	1,000	,600
Conheço as ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sei como utilizá-las	1,000	,660
Gostaria de manifestar minhas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência	1,000	,652
Ferramentas digitais (internet) aumentariam minhas possibilidades acompanhar e de participar das decisões da Câmara Municipal de Juiz de Fora	1,000	,551

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Na Tabela 8, estão em **negrito** as três variáveis que apresentaram comunalidade $<0,5$, indicando a possibilidade de serem suprimidas do modelo.

A solução gerada, pelo método de autovalores $> 1,0$ indicou a existência de 10 fatores que juntos explicariam 63,10% da variância total do modelo. Porém, conforme evidencia a Tabela 8, havia entre eles fatores com baixa representatividade na variância total, ou seja, pouco influenciavam no constructo.

Tabela 8: Autovalores e Variância Explicada – Primeira Tentativa

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	6,025	16,737	16,737	6,025	16,737	16,737
2	4,800	13,334	30,070	4,800	13,334	30,070
3	2,345	6,514	36,585	2,345	6,514	36,585
4	2,014	5,594	42,178	2,014	5,594	42,178
5	1,522	4,229	46,407	1,522	4,229	46,407
6	1,348	3,745	50,153	1,348	3,745	50,153
7	1,312	3,644	53,797	1,312	3,644	53,797

Continua ...

Continuação da Tabela 8

8	1,248	3,468	57,265	1,248	3,468	57,265
9	1,098	3,049	60,314	1,098	3,049	60,314
10	1,035	2,876	63,190	1,035	2,876	63,190

Fonte: Elaborada pelo Autor

A Tabela 9 mostra o agrupamento das variáveis em componentes, sendo possível identificar aqueles que pouco influenciam no agrupamento e no resultado geral.

Tabela 9: Componentes - Primeira Tentativa

	Componentes									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Apuro a veracidade dos fatos antes de compartilhar qualquer publicação	,710	,142	,101	,056	-,104	-,078	,027	-,155	-,031	,233
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora	,684	,206	,072	-,063	,263	,161	-,024	,077	,068	-,132
Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações	,662	,175	,033	,103	,011	,277	,305	-,115	,034	,044
Pesquise o histórico do candidato, sua ideologia política e a viabilidade de suas propostas	,637	,051	,012	,156	,133	-,089	,313	-,078	-,094	-,052
Conheço as ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sei como utilizá-las	,604	,194	-,009	-,201	-,019	,449	,072	-,036	-,013	-,089
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	,571	,352	,010	,073	-,181	-,183	,176	,051	,140	,077
Tento convencer as pessoas a votarem no candidato que escolhi	,421	,352	-,002	,041	-,088	,311	,041	-,001	,393	,007
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	,242	,852	-,048	-,034	-,043	,040	,024	,065	,026	,017

Continua ...

Continuação da Tabela 9

Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	,157	,813	-,091	-,029	,136	,022	,029	,117	,014	-,027
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais	,141	,806	-,046	,211	,030	-,004	-,070	-,025	-,040	,181
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais	,255	,553	-,233	,106	-,065	,108	,005	-,034	,366	,115
Costumo participar de passeatas e protestos contra decisões dos governantes e para pressionar os políticos a tomarem decisões para melhorar a vida da população	,378	,383	,038	,043	,023	,091	,097	-,114	,229	,250
A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção	-,058	-,078	,836	-,182	-,027	,172	-,026	-,043	,066	-,031
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora	,048	-,062	,811	-,084	-,146	,174	,018	-,029	,042	-,140
A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível	,158	-,095	,763	-,109	-,098	,066	,036	-,075	-,008	,123
Reclamações coletivas são mais eficazes do que contatos privados com órgão públicos ou políticos	,200	,174	-,363	,127	,236	,065	-,186	-,268	,071	,362
A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fundamental para melhorar uma cidade	,017	,103	-,247	,748	-,102	-,007	,051	-,096	-,181	,040
Os políticos só tomam decisões para melhorar a vida da população quando há mobilização e manifestação dos cidadãos.	,048	,092	-,323	,567	,164	-,141	,069	,168	-,253	,119

Continua ...

Continuação da Tabela 9

**Ferramentas digitais
(internet) aumentariam
minhas possibilidades**

**acompanhar e de participar
das decisões da Câmara
Municipal de Juiz de Fora** ,164 ,167 -,035 ,480 ,397 -,149 -,126 ,171 ,197 -,031

Voto porque sou obrigado. -,257 -,032 -,030 -,401 -,067 -,249 -,286 ,228 -,374 -,053

Escolho meu candidato a vereador por sua atuação na região/bairro onde vivo. ,073 ,054 -,190 -,135 ,732 -,038 ,043 -,039 -,108 -,046

As fake news (notícias falsas espalhadas pela internet ou boca a boca) influenciam nos resultados das eleições em minha cidade -,019 ,245 ,018 -,133 -,574 -,109 -,055 -,308 -,206 -,196

Gostaria de manifestar minhas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência -,055 ,398 -,146 ,317 ,536 -,201 ,067 ,048 -,017 -,185

O vereador deve votar de acordo com a vontade do povo. -,139 ,022 -,399 ,040 ,445 ,124 -,056 -,017 -,423 ,023

Os políticos são confiáveis e se importam com a população. ,132 -,011 ,287 ,126 -,086 ,733 ,048 ,049 ,083 -,001

Sou bem representado(a) pelas lideranças do meu bairro/região -,006 ,091 ,228 -,359 ,156 ,500 ,098 ,036 -,007 ,151

Os dados divulgados pelos órgãos públicos são de fácil compreensão. -,344 -,090 -,092 ,293 ,343 -,487 -,266 ,023 ,116 -,093

Só devo discutir políticas públicas que me afetam diretamente ,385 ,068 -,077 ,271 -,106 -,486 -,043 ,066 -,213 ,393

Escolho um candidato, mas não anulo o meu voto. ,220 -,067 -,031 -,036 -,151 ,070 ,711 -,057 ,226 -,100

A democracia é a melhor forma de governo ,167 ,235 ,028 ,179 ,174 ,072 ,654 -,310 -,180 ,080

O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável. ,189 -,115 ,087 -,022 ,174 ,086 ,591 ,296 -,058 ,355

Os políticos e as instituições públicas são inacessíveis. -,174 -,038 -,306 ,224 ,062 -,196 -,312 ,131 -,130 -,240

Continua ...

Continuação da Tabela 9

Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.	-,096	,078	-,154	-,005	,109	-,057	,018	,764	-,093	-,264
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais	-,080	,095	,000	,038	,025	,077	-,153	,744	,166	,199
As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população	-,076	,098	,095	-,223	,035	,030	,019	,112	,734	-,052
Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas	,017	-,126	,034	-,010	,035	-,005	-,089	,004	,033	-,734

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 14 iterações.

Fonte: Elaborada pelo Autor

Apesar de explicar mais de 63% da variância total, os fatores gerados apresentaram grande número de itens com carga fatorial inferior a 0,5 e com carga em mais de um fator. Além disso, gerou um fator com apenas duas variáveis e dois fatores com uma variável. Uma análise crítica dos fatores indica um fraco poder explicativo. Então, a análise fatorial foi refeita, retirando-se as variáveis com comunalidades inferior a 0,5 e carga fatorial abaixo de 0,5. Como se pode observar (Tabela 10), os dados mantiveram-se adequados.

Tabela 10: Teste de KMO e Bartlett - Segunda Tentativa

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,781
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	2080,991
	df	325
	Sig.	,000

Fonte: Elaborada pelo Autor

Como anteriormente, foi produzida a tabela de comunalidades (Tabela 11) para determinar a proporção da variabilidade de cada variável que pode ser explicada pelos fatores. Algumas variáveis apresentaram ainda comunalidade abaixo de 0,5, sugerindo sua exclusão.

Tabela 11: Comunalidades - Segunda Tentativa

	Inicial	Extração
A democracia é a melhor forma de governo	1,000	,505
O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável.	1,000	,637
Pesquisa o histórico do candidato, sua ideologia política e a viabilidade de suas propostas	1,000	,454
Escolho um candidato, mas não anulo o meu voto.	1,000	,492
Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas	1,000	,656
As <i>fake news</i> (notícias falsas espalhadas pela internet ou boca a boca) influenciam nos resultados das eleições em minha cidade	1,000	,546
Os políticos são confiáveis e se importam com a população.	1,000	,345
A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fundamental para melhorar uma cidade	1,000	,504
Os políticos só tomam decisões para melhorar a vida da população quando há mobilização e manifestação dos cidadãos.	1,000	,617
As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população	1,000	,574
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	1,000	,513
Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.	1,000	,646
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais	1,000	,686
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	1,000	,715
Expresso minha opinião sobre políticos ou órgãos públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	1,000	,676
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais	1,000	,705
Apuro a veracidade dos fatos antes de compartilhar qualquer publicação	1,000	,525
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora	1,000	,609
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora	1,000	,681
A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível	1,000	,686

Continua

Continuação da Tabela 11

A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção	1,000	,758
Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações	1,000	,636
Escolho meu candidato a vereador por sua atuação na região/bairro onde vivo.	1,000	,672
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais	1,000	,520
Conheço as ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sei como utilizá-las	1,000	,594
Gostaria de manifestar minhas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência	1,000	,544

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A nova solução gerada indicou a existência de sete fatores que juntos explicariam 59,60% da variância total do modelo. Porém, conforme evidencia a Tabela 12, ainda havia fatores com baixa representatividade na variância total.

Tabela 12: Autovalores e Variância Explicada – Segunda Tentativa

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	4,948	19,032	19,032	4,948	19,032	19,032
2	3,396	13,060	32,092	3,396	13,060	32,092
3	1,936	7,447	39,538	1,936	7,447	39,538
4	1,659	6,381	45,919	1,659	6,381	45,919
5	1,234	4,745	50,664	1,234	4,745	50,664
6	1,201	4,618	55,282	1,201	4,618	55,282
7	1,124	4,322	59,604	1,124	4,322	59,604

Fonte: Elaborada pelo autor.

A Tabela 13 mostra os novos agrupamentos das variáveis em componentes obtidos nessa segunda análise estatística.

Tabela 13: Componentes - Segunda Tentativa

	Componente						
	1	2	3	4	5	6	7
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	,835	,119	-,035	-,020	,038	,022	-,008
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais	,820	,013	-,079	,148	-,024	,017	-,059
Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	,779	,169	-,086	-,015	,114	,142	,002
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais	,617	,183	-,257	-,118	,028	-,112	-,115
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	,511	,435	,004	,059	-,020	-,188	-,155
Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações	,346	,701	,112	,023	-,101	-,012	,044
Conheço as ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sei como utilizá-las	,266	,609	,139	-,242	-,090	-,014	,258
Escolho um candidato, mas não anulo o meu voto.	-,255	,596	-,107	-,148	,057	-,179	-,054
Pesquise o histórico do candidato, sua ideologia política e a viabilidade de suas propostas	,167	,592	-,073	,236	-,077	,036	-,086
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora	,441	,549	,145	-,089	-,005	,240	,163
O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável.	-,086	,512	,114	,027	,246	,207	-,500
A democracia é a melhor forma de governo	,173	,507	,041	,239	-,218	,180	-,281
Apuro a veracidade dos fatos antes de compartilhar qualquer publicação	,414	,476	,131	,093	-,211	-,089	-,223
A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção	-,119	-,017	,837	-,205	-,029	-,002	,017
A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível	-,034	,123	,795	-,020	-,039	-,144	-,123
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora	-,127	,068	,774	-,171	-,011	-,091	,153

Continua ...

Continuação da Tabela 13

As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população	,194	,061	-,084	,679	,228	-,023	-,107
Os políticos só tomam decisões para melhorar a vida da população quando há mobilização e manifestação dos cidadãos.	,083	,079	-,309	,650	,271	,109	-,028
A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fundamental para melhorar uma cidade	,170	,115	-,239	,632	-,027	-,050	-,039
Os políticos são confiáveis e se importam com a população.	,013	,334	,235	-,364	-,086	,030	,193
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais	,151	-,126	,048	-,051	,799	-,046	-,045
Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.	-,022	-,118	-,150	,031	,741	,065	,235
Escolho meu candidato a vereador por sua atuação na região/bairro onde vivo.	-,007	-,038	-,160	-,039	-,128	,788	,080
As fake news (notícias falsas espalhadas pela internet ou boca a boca) influenciam nos resultados das eleições em minha cidade	,106	-,097	-,037	-,006	-,403	-,560	,219
Gostaria de manifestar minhas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência	,417	-,019	-,253	,234	,091	,493	-,013
Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas	-,188	,024	,076	,021	,178	,034	,763

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 14 iterações.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Analisando a Matriz de componentes rotativa, percebe-se que não houve melhoria nos componentes 5, 6 e 7, indicando a necessidade de um modelo mais parcimonioso quanto ao número de fatores. Optou-se então por realizar uma nova análise, limitando-se o número de fatores a quatro, eliminando-se novamente as variáveis com comunalidades baixas e cargas fatoriais menores que 0,5. O modelo gerado apresentou um poder de explicação de mais de

55% da variância. Porém, na análise de confiabilidade dos fatores pelo “Alfa de Cronbach” quase todos os fatores apresentaram um resultado insatisfatório de confiabilidade.

Decidiu-se, então, reduzir o número de fatores para três. Os resultados dos testes de KMO e Bartlett se mostraram satisfatórios – havendo uma pequena melhora no primeiro – e os 13 itens agrupados em três fatores se mostraram capazes de explicar 59 % do modelo, conforme apresentado nas Tabelas 14 e 15, respectivamente.

Tabela 14: Teste de KMO e Bartlett – Final

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.			,784
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado		1112,242
	df		78
	Sig.		,000

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 15: Autovalores e Variância Explicada – Final

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao quadrado		
	Total	% de variância	% cumulativa	Total	% de variância	% cumulativa
1	3,790	29,157	29,157	3,790	29,157	29,157
2	2,381	18,317	47,474	2,381	18,317	47,474
3	1,503	11,565	59,039	1,503	11,565	59,039

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Fonte: Elaborada pelo autor.

O passo seguinte foi determinar a matriz de componentes para verificar o agrupamento obtido com essa nova Análise Fatorial. A divisão das variáveis ocorreu conforme Tabela 16, havendo agrupamento mínimo de três variáveis e máximo de sete variáveis.

Tabela 16: Componentes – Final

	Componente		
	1	2	3
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	,821	-,094	-,106

Continua ...

Continuação da Tabela 16

Expresso minha opinião sobre políticos ou órgãos públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	,784	-,154	-,123
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais	,738	-,201	-,080
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	,670	,051	,163
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora	,638	,205	,160
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais	,637	-,239	-,028
Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações	,627	,210	,332
A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção	-,108	,856	-,001
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora	-,089	,839	-,002
A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível	,032	,792	,095
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais	-,137	-,064	,802
Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.	,023	,120	,761
A democracia é a melhor forma de governo	,412	,013	,501

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser.

a. Rotação convergida em 5 iterações.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Os resultados obtidos foram satisfatórios para uma pesquisa exploratória, permitindo o prosseguimento da análise dos dados. Os fatores resultantes dos agrupamentos de variáveis foram denominados de “Engajamento Político” (1), “Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora” (2) e “Confiança no Sistema” (3). Por fim, agrupadas as variáveis, foi realizado o teste de “Alfa de Cronbach” para analisar a confiabilidade da escala. Nesse teste os coeficientes variam de 0,0 a 1,0, sendo que resultados menores de 0,5 são inaceitáveis, entre 0,5 a 0,6 são considerados pobres, entre 0,6 e 0,7 razoáveis e acima de 0,8 bons (DAMÁSIO, 2012).

As Tabelas 17 e 18 mostram dados obtidos com a realização do teste de “Alfa de Cronbach” para o Fator 1, denominado Engajamento Político.

Tabela 17: Teste de "Alfa de Cronbach" - Fator Engajamento Político

Alfa de Cronbach com base em itens padronizados		N de itens
,850		7

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 18: Estatística de item-total - Fator Engajamento Político

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	20,71	35,008	,708	,580	,813
Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	20,92	35,688	,686	,573	,817
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais	20,47	37,165	,597	,465	,830
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	20,47	38,351	,615	,401	,828
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora	21,73	37,764	,556	,431	,836
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais	20,74	37,791	,592	,376	,831
Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações	21,11	38,364	,513	,410	,843

Fonte: Elaborada pelo autor.

Essas tabelas mostram, respectivamente, que o índice de Alfa de Cronbach do Fator Engajamento Político foi de 0,850, valor considerado bom, e que a retirada de qualquer variável não melhoraria o índice do fator, pelo contrário, causaria reduções sutis.

Concluída a testagem do primeiro fator, o mesmo procedimento foi adotado para o Fator 2, denominado Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora, obtendo os resultados presentes nas Tabelas 19 e 20.

Tabela 19: Teste de "Alfa de Cronbach" – Fator Satisfação com a CMJF

Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
,802	3

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 20: Estatística de item-total - Fator Satisfação com a CMJF

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora	2,89	2,022	,642	,471	,703
A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível	2,54	1,599	,575	,339	,805
A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção	2,81	1,925	,705	,525	,641

Fonte: Elaborada pelo autor.

As tabelas analisadas mostram que o Fator Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora obteve 0,802 no teste realizado – valor considerado razoável. A retirada da variável “A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível” elevaria em 0,003 o índice de “Alfa de Cronbach”, não sendo benéfica, pois o aumento seria irrisório e o fator ficaria com-somente duas variáveis.

Por fim, foi realizada o teste do fator denominado “Confiança no Sistema”. Este fator apresentou variáveis com temáticas mais diversificadas: mídia, interação política e democracia. De maneira diversa, todas tinham como objetivo analisar o sistema posto, verificando a “confiança nas instituições” atual. Os valores obtidos estão presentes nas Tabelas 21 e 22. Cabe ressaltar que duas variáveis deste fator apresentam escala reversa, devendo ser interpretadas pelo seu sentido oposto.

Tabela 21: Teste de "Alfa de Cronbach" – Fator Confiança no Sistema

Alfa de Cronbach com base em itens padronizados	N de itens
,510	3

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 22: Estatística de item-total - Fator Confiança no Sistema

	Média de escala se o item for excluído	Variância de escala se o item for excluído	Correlação de item total corrigida	Correlação múltipla ao quadrado	Alfa de Cronbach se o item for excluído
Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais. *	7,13	2,936	,416	,189	,275
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais *	7,13	3,017	,399	,182	,308
A democracia é a melhor forma de governo	5,65	4,634	,212	,045	,589

* Variável com escala reversa

Fonte: Elaborada pelo autor.

O resultado de 0,510 para o Fator 3 é considerado pobre, segundo os critérios apontados por Damásio (2012). Porém, podem ser considerados aceitáveis, diante da robustez

dos demais índices e do caráter exploratório da pesquisa. A retirada da variável “A democracia é a melhor forma de governo” ocasionaria uma melhora pouco significativa no índice, justificando sua manutenção.

Finalizada a AFE, cada fator foi transformado em uma variável, pelo cômputo ponderado de cada item que compõe o fator, usando o “método de regressão”, que padroniza as variáveis, que passam a variar de -3 a +3, com média 0 (DISTEFANO; ZHU; MÎNDRILĂ, 2009). A transformação de fatores em variáveis é especialmente importante para relacioná-los com outras as variáveis, por exemplo o perfil dos entrevistados.

2.2.2.3 Relações entre os fatores e as variáveis de perfil dos respondentes

Para relacionar os fatores com as variáveis do perfil codificadas como ordinais (faixa etária, escolaridade, tempo de residência, coabitação, renda e uso da internet) foi usada a correlação, pelo método ρ (*rô*) de Spearman (NORUŠIS, 2000). Esse teste indica a associação entre medidas, assumindo que, para uma dada variação em uma variável é esperada uma variação ou positiva ou negativa na variável associada. O coeficiente de correlação de Spearman varia de $|0|$ a $|1|$, sendo interpretado da seguinte forma: $\rho = 0$, correlação inexistente; $\rho > 0$ e $\leq |0,30|$ correlação fraca; $\rho > |0,30|$ e $\leq |0,70|$ correlação moderada; $\rho > |0,70|$ e $\leq |0,99|$ correlação forte; e $\rho = 1$ correlação perfeita (ALENCAR; SCHMITZ, 2010, p. 187).

A Tabela 23 mostra as correlações encontradas, estando destacadas aquelas que se apresentaram significativas.

Tabela 23: Correlações

		Engajamento Político	Satisfação com a CMJF	Confiança no Sistema
Faixa etária	ρ (<i>rô</i>) de Spearman	,009	-,004	,082
Escolaridade	ρ (<i>rô</i>) de Spearman	,421**	,177**	,276**

Continua....

Continuação da Tabela 23

Há quanto tempo mora em Juiz de Fora	ρ ($r\hat{o}$) de Spearman	,055	-,091	,173**
Com quantas pessoas mora	ρ ($r\hat{o}$) de Spearman	-,199**	-,114	,125*
Renda domiciliar	ρ ($r\hat{o}$) de Spearman	,422**	,230**	,192**
Com que frequência você costuma acessar a internet (incluindo celular)?	ρ ($r\hat{o}$) de Spearman	,280**	,033	,012

* Significativo ao nível $p < 0,05$; ** Significativo ao nível $p < 0,01$; *** Significativo ao nível $p < 0,001$

Fonte: Elaborada pelo Autor

As variáveis “escolaridade” e “renda domiciliar” estão correlacionadas positivamente com todos os fatores, indicando um maior engajamento político, uma melhor avaliação da Câmara Municipal de Juiz de Fora e uma maior Satisfação com o Sistema. Quanto a escolaridade, o engajamento político tem uma correlação moderada ($\rho = 0,421$), enquanto nos demais fatores essa correlação é fraca ($\rho = 0,177$ e $\rho = 0,276$, respectivamente). Da mesma forma, a renda está moderadamente correlacionada com o engajamento político ($\rho = 0,422$) e fracamente correlacionada com a satisfação com a CMJF ($\rho = 0,230$) e com o sistema ($\rho = 0,192$),

Já, o maior tempo de residência na cidade está correlacionado fraca e positivamente ($\rho = 0,173$) com satisfação com o sistema, enquanto a uso da internet está correlacionado fraca e positivamente ($\rho = 0,280$) com o engajamento político. Por fim, a variável coabitação apresentou correlação fraca e negativa ($\rho = -0,199$) com o engajamento político e correlação fraca e positiva com a satisfação com o sistema.

Para a comparação entre gêneros foi utilizado o método de comparação de médias – teste t para igualdade de médias (HAIR ET AL. 2009). Esse teste, usado para variáveis dicotômicas, transforma os fatores em variáveis que vão de -3 a +3 e cuja média é 0, calculando se a diferença encontrada entre as duas amostras (ou grupos amostrais de um mesmo estudo) é estatisticamente significativa.

A Tabela 24 apresenta os dados obtidos com a comparação entre os gêneros, destacando aquela que se mostra significativa.

Tabela 24: Comparação entre Gêneros

	Gênero	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Engajamento Político	Feminino	108	-,16*	1,04	,10
	Masculino	147	,12*	,95	,08
Satisfação com a CMJF	Feminino	108	-,04	1,02	,10
	Masculino	147	,03	,99	,08
Confiança no Sistema	Feminino	108	,12	,91	,09
	Masculino	147	-,09	1,05	,09

* Significativo ao nível $p < 0,05$

Fonte: Elaborada pelo Autor

O único resultado significativo quanto aos gêneros, é aquele que mostra que os participantes do sexo masculino têm uma propensão maior para o engajamento político. A diferença da média encontrada foi superior a 0,28 – a feminina negativa em, aproximadamente, -0,16 e a masculina, positiva em, aproximadamente, 0,12. Os demais fatores não apresentaram diferenças significativas para a variável gênero.

A Satisfação feminina com a CMJF (média -0,04) tem média sutilmente menor que a masculina (média 0,03), porém são as mulheres que possuem maior propensão (média 0,12) a confiarem no sistema, quando comparadas com a dos homens (média -0,09).

Para as variáveis estado civil, ocupação, cor/raça e região, em que a amostra foi subdividida em mais de duas categorias, foi usado o teste ANOVA, que calcula a significância estatística da diferença das médias de uma variável contínua ou intervalar entre três ou mais grupos (HAIR ET AL., 2011).

Em relação ao estado civil, não houve diferença significativa entre as categorias para as médias dos três fatores. Porém a variável ocupação apresentou diferenças significativas no fator Engajamento e Confiança no Sistema.

A Tabela 25 mostra as médias obtidas quando comparadas as ocupações.

Tabela 25: Relação entre os fatores e as ocupações

		N	Média	Desvio Padrão
Engajamento Político	Apenas estuda	28	,22	,80
	Apenas trabalha (assalariado/a)	81	-,19	,96
	Apenas trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	41	,41	,90
	Estuda e trabalha (assalariado/a)	35	,34	,68
	Estuda e trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	16	,32	,66
	Do lar	8	-,68	1,31
	Aposentado(a)	23	-,23	1,19
	Desempregado(a)	22	-,62	1,29
Satisfação com a CMJF	Apenas estuda	28	,22	1,22
	Apenas trabalha (assalariado/a)	81	-,19	,81
	Apenas trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	41	,05	,93
	Estuda e trabalha (assalariado/a)	35	,02	,86
	Estuda e trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	16	,15	1,01
	Do lar	8	-,33	,90
	Aposentado(a)	23	,02	1,10
	Desempregado(a)	22	,34	1,46
Confiança no Sistema	Apenas estuda	28	,37	,81
	Apenas trabalha (assalariado/a)	81	-,31	1,14
	Apenas trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	41	,00	,87
	Estuda e trabalha (assalariado/a)	35	-,20	,88
	Estuda e trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	16	,27	,88
	Do lar	8	,89	,87
	Aposentado(a)	23	,32	,78
	Desempregado(a)	22	,07	,97

Fonte: Elaborada pelo Autor

Os que apenas trabalham (empresários e autônomos) apresentaram um grau de concordância maior para o fator Engajamento Político (média 0,41), o que denota uma propensão maior a esse comportamento. No sentido oposto, os respondentes desempregados (média -0,62) e do lar (média -0,68) se posicionaram na zona de discordância da escala, indicando uma menor predisposição ao engajamento.

Aqueles que apresentam uma maior propensão no fator Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora são os desempregados (média 0,34), sendo os respondentes do lar aqueles que apresentaram a menor propensão (média -0,33).

O fator Confiança no Sistema, por sua vez, apresenta a maior média, ou seja, maior propensão, entre os respondentes do lar. No outro extremo, os trabalhadores assalariados apresentam a menor confiança (média -0,31)

A Tabela 26, por sua vez, mostra as médias obtidas relacionados os fatores com a cor/raça dos respondentes. Por conveniência estatística, as categorias amarela e indígena foram fundidas para a realização das relações desejadas – poucos respondentes quando separadas.

Tabela 26: Relação entre os fatores e a cor/raça dos respondentes

		N	Média	Desvio Padrão
Engajamento Político	Branca	126	,13	1,00
	Parda	55	,06	,93
	Preta	70	-,19	,99
	Amarela/Indígena	5	-1,23	,72
Satisfação com a CMJF	Branca	126	,11	1,02
	Parda	55	,016	1,26
	Preta	70	-,25	,67
	Amarela/Indígena	5	,48	,74
Confiança no Sistema	Branca	126	,07	,93
	Parda	55	-,02	1,20
	Preta	70	-,12	,96
	Amarela/Indígena	5	,20	1,07

Fonte: Elaborada pelo Autor

Os respondentes que se dizem brancas apresentaram um grau de concordância maior para o fator Engajamento Político (média 0,13), enquanto, no sentido oposto, o agrupamento Amarela/Indígena indicou uma menor predisposição ao engajamento (média -1,23).

Já quanto ao fator Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora, observa-se uma maior propensão do agrupamento Amarela/Indígena (média 0,48), enquanto aqueles que se dizem pretos apresentam menor satisfação (média -0,25).

Por fim, o agrupamento Amarela/Indígena também apresenta maior propensão ao fator Confiança no Sistema (média 0,20), sendo os Pretos novamente os respondentes com menor média (média -0,12), ou seja, menor confiança.

A próxima comparação foi entre as diversas regiões de residência dos participantes. O resultado presente na Tabela 27 fundiu a categoria distrito e os bairros citados nominalmente, também devido ao pequeno número de participantes.

Tabela 27: Relação entre os fatores e a região de residência

		N	Média	Desvio Padrão
Engajamento Político	Centro	68	,25	,95
	Sul	19	,18	,93
	Norte	44	,04	,93
	Leste	37	-,18	1,03
	Oeste	31	-,14	1,01
	Sudeste	19	-,35	1,24
	Nordeste	31	-,05	,91
	Distritos e outras regiões	6	-,55	1,36
Satisfação com a CMJF	Centro	68	,31	1,20
	Sul	19	-,08	,57
	Norte	44	-,03	,84
	Leste	37	,05	1,24
	Oeste	31	-,30	,70
	Sudeste	19	-,01	1,24
	Nordeste	31	-,24	,58
	Distritos e outras regiões	6	-,53	,35
Confiança no Sistema	Centro	68	,31	,90
	Sul	19	,02	,86

Continua ...

Continuação da Tabela 27

Norte	44	-,05	1,01
Leste	37	-,03	,88
Oeste	31	-,20	1,10
Sudeste	19	,19	1,06
Nordeste	31	-,41	1,08
Distritos e outras regiões	6	-,42	1,32

Fonte: Elaborada pelo Autor

Os respondentes residentes na região central apresentaram um grau de concordância maior para o fator Engajamento Político (média 0,25), enquanto os respondentes agrupados em “Distritos e outras regiões” evidenciaram uma predisposição menor ao engajamento (média -0,55).

No fator Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora observa-se uma maior propensão do agrupamento também dos moradores residentes na região central da cidade (média 0,31), e, também, uma menor propensão dos respondentes agrupados em “Distritos e outras regiões” (média -0,53).

As mesmas regiões polarizam o fator Confiança no Sistema, estando os respondentes residentes na região central no polo de maior grau de concordância (média 0,31) e os respondentes agrupados em “Distritos e outras regiões” no de menor grau (média -0,42). A segunda região de menor propensão apresenta média próxima (média -0,41) àquela tida como menor.

Obtidas as relações entre os fatores e as variáveis de perfil dos respondentes foi possível agrupá-los por afinidade de suas respostas, procedimento que é apresentado na próxima seção.

2.2.2.4 Análise de conglomerados: identificando grupos entre os respondentes

Em seguida foi feita a análise de conglomerados (clusters), para segmentar os entrevistados em grupos, por critério de homogeneidade. Foi feita inicialmente pelo critério hierárquico, utilizando o método de Ward e adotando-se como intervalo a distância euclidiana quadrática (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2005). As variáveis de agrupamento foram os 13 itens que compõem o modelo de mensuração do constructo “predisposição à participação

popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora”, resultantes da solução apresentada pela AFE.

A visualização do dendrograma (APÊNDICE A), utilizando o método hierárquico, primeiramente sinaliza a possibilidade de divisão em quatro grupos (EVERITT; LANDAU; LEESE, 2001). Todavia, a análise das diferenças dos centros de clusters finais entre os grupos mostrou não haver distinção significativa entre os grupos para diversas variáveis. Portanto, considerou-se pertinente a divisão em dois grupos.

Assim, a análise de clusters foi realizada novamente, pelo método K-médias, definindo-se previamente dois grupos (KAUFMAN; ROUSSEUW, 2005). Recordando, os respondentes que escolheram a alternativa “Não sei opinar/avaliar” nas questões de escala tipo Likert foram excluídos desta análise, sendo considerados apenas 255 indivíduos.

A Tabela 28 mostra como foram divididos os participantes entre os clusters construídos.

Tabela 28: Clusters

Número de casos em cada cluster		
Cluster	1	167
	2	88

Fonte: Elaborada pelo Autor

A tabela 29 mostra os centros de cluster finais, demonstrando claramente uma tendência peculiar a cada um dos grupos. Percebe-se que o cluster 1 (167 pessoas) apresenta escores mais elevados na escala utilizada para medir as variáveis, ou seja, maior concordância, enquanto o grupo 2 (88 pessoas) apresenta escores mais baixos, muitos deles na zona de discordância da escala. De forma objetiva, denominaremos o primeiro cluster de “Engajados” e o segundo de “Descrentes”.

Tabela 29: “Escore”

	Cluster	
	Engajados	Descrente
Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.	4	2

Continua

Continuação da Tabela 29

Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.	4	2
Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais	5	3
Utilizo a internet para obter informações sobre política.	4	3
Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora	3	2
Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais	4	3
Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações	4	2
Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora	1	1
A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível	2	2
A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção	1	1
O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais	3	3
Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.	3	3
A democracia é a melhor forma de governo	5	4

Fonte: Elaborada pelo Autor

O cluster Engajados é formado, portanto, por pessoas mais engajadas, pois dos sete itens que compõem o fator 1, Engajamento Político, em seis esse grupo apresenta escores na zona de concordância da escala (4 e 5) e em apenas um exibe valor no ponto neutro (3). Já o cluster Descrentes apresenta escores na zona de discordância da escala (2) em quatro itens e no ponto neutro em três itens do fator Engajamento Político.

O fator 2, Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora, apresenta escores na zona de discordância (1 e 2) em todas as variáveis, havendo identidade de valores entre os dois clusters. Desta forma, pode-se afirmar que os grupos são formados por pessoas igualmente (in)satisfeitas com o legislativo municipal.

Quanto ao terceiro fator, Confiança no Sistema, temos duas variáveis que apresentam escores neutros em ambos os grupos, havendo, porém, uma terceira variável em que ambos se mostram na zona de concordância, mas superior no cluster Engajados (5), quando comparado aos Descrentes (4). O primeiro grupo mostra-se, portanto, um pouco mais confiante no sistema.

Na sequência, os dois clusters são caracterizados de acordo com as variáveis descritoras do perfil dos respondentes.

Utilizando o método de tabulação cruzada com teste qui-quadrado de Pearson, não foram encontradas diferenças significativas entre os clusters para as variáveis estado civil, cor ou raça, região, faixa etária, tempo de residência. Já para as variáveis gênero, ocupação, escolaridade, ocupação, coabitação, renda domiciliar e frequência de acesso à internet foram encontradas diferenças significativas.

A tabela 30 mostra a composição dos clusters, segundo sua composição por gênero. Nessa análise foi usada a tabulação cruzada com teste qui-quadrado.

Tabela 30: Composição por Gêneros

		Número de caso de cluster		Total
		Engajados	Descrentes	
Gênero	Feminino	64	44	108
	Masculino	103	44	147
Total		167	88	255

Fonte: Elaborada pelo Autor

O Engajados é 89,7% maior que o Descrentes, sendo formado majoritariamente por homens (61,7%). Já o cluster Descrentes é formado por igual número de homens e mulheres. O percentual de mulheres no cluster Descrentes (50%) é significativamente (Sig.<0,05) superior ao cluster Engajados (38,3%) em termos percentuais. Isso denota que os respondentes do sexo masculino têm uma propensão maior ao engajamento político e a confiar no sistema, visto que 70% deles se encontram no cluster Engajados. A mesma propensão ocorre entre as mulheres, embora ocorra em menor probabilidade (59,2%).

A diferença na ocupação dos integrantes dos dois grupos mostrou-se significativamente relevante (Sig.<0,01), usando a tabulação cruzada com teste qui-quadrado de Pearson. A composição dos clusters pode ser observada na Tabela 31.

Tabela 31: Composição por Ocupação

	Número de caso de cluster		Total
	Engajados	Descrentes	
Ocupação			
Apenas estuda	19	9	28
Apenas trabalha (assalariado/a)	48	33	81
Apenas trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	32	9	41
Estuda e trabalha (assalariado/a)	29	6	35
Estuda e trabalha (empresário/a ou autônomo/a)	13	3	16
Do lar	3	5	8
Aposentado(a)	13	10	23
Desempregado(a)	9	13	22
Total	166	88	254

Fonte: Elaborada pelo Autor

O cluster Engajados possui 166 respondentes, sendo formados por 19 pessoas que apenas estudam (11,5%), 48 assalariados que apenas trabalham (28,9%), 32 empresários ou autônomos que apenas trabalham (19,3%), 29 assalariados que também estudam (17,5%), 13 empresários ou autônomos que também estudam (7,8%), 3 pessoas que se dizem “do lar” (1,8%), 13 aposentados (7,8%) e 9 desempregados (5,4%).

Por outro lado, o cluster Descrentes possui 88 respondentes, sendo formados por 9 pessoas que apenas estudam (10,2%), 33 assalariados que apenas trabalham (37,5%), 9 empresários ou autônomos que apenas trabalham (10,2%), 6 assalariados que também estudam (6,8%), 3 empresários ou autônomos que também estudam (3,4%), 5 pessoas que se dizem “do lar” (5,7%), 10 aposentados (11,4%) e 13 desempregados (14,8%).

Portanto, todas as categorias, quando divididas entre os clusters, possuem a maioria dos seus membros no Engajados, exceto os desempregados e os respondentes “do lar”. Essa análise permite concluir que há uma maior propensão dessas ocupações ao engajamento político e a confiar no sistema.

Em ambos os clusters, o grupo majoritário é dos trabalhadores assalariados (28,9% e 37,5% respectivamente), porém, enquanto as donas de casa formam a minoria do Engajados (1,8%), no Descrentes o posto é ocupado pelos estudantes que trabalham como empresários ou autônomos (3,4%).

Embora haja mais aposentados no grupo Engajados (7,8%), eles são percentualmente mais relevantes no cluster Descrentes (11,4%). Situação semelhante ocorre com os empresários ou autônomos que apenas trabalham, que representam, respectivamente, 28,9% e 37,5%. Os desempregados e as pessoas que se dizem “do lar” são percentualmente mais relevantes dentro do grupo Descrentes, sendo essa diferença, aproximadamente, 3,2 vezes maior para estes e 2,7 vezes maior para aqueles.

Numa dinâmica inversa, os empresários ou autônomos que apenas trabalham (1,9 vez), os assalariados que também estudam (2,1 vezes) e os empresários ou autônomos que também estudam (2,3 vezes), têm maior relevância no cluster Engajados.

A diferença na escolaridade dos integrantes dos dois grupos mostrou-se significativamente relevante (Sig.<0,001), usando o teste t de diferença de médias. A média de cada cluster pode ser observada na Tabela 32.

Tabela 32: Composição por Escolaridade

	Número de caso de cluster	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Qual a sua escolaridade?	Engajados	167	4,90	1,453	,112
	Descrentes	88	3,55	1,508	,161

Fonte: Elaborada pelo Autor

Os integrantes do Engajados possuem escolaridade média entre ensino médio completo e ensino superior completo, sendo significativamente (Sig.<0,001) superior à dos integrantes do Descrentes, que possuem escolaridade média entre ensino médio incompleto e ensino médio completo. As médias foram, respectivamente, de 4,90 e 3,55, havendo uma diferença benéfica para o grupo mais engajado e satisfeito de 38%.

Já a diferença quanto a coabitação dos integrantes dos dois grupos mostrou-se significativamente relevante (Sig.<0,05), usando o teste t de diferença de médias. A média de cada cluster pode ser observada na Tabela 33.

Tabela 33: Composição por Coabitação

	Número de caso de		Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
	cluster	N			
Com quantas pessoas mora	Engajados	167	1,35	1,252	,097
	Descrentes	88	1,74	1,385	,148

Fonte: Elaborada pelo Autor

Quanto ao número de pessoas com as quais os respondentes moram, os integrantes do Engajados (1,35) coabitam com um número de pessoas ligeira, mas significativamente (Sig.<0,05) inferior à dos integrantes do cluster Descrentes (1,74).

A diferença da renda domiciliar dos integrantes dos dois grupos mostrou-se significativamente relevante (Sig.<0,001), usando o teste t de diferença de médias. A média de cada cluster pode ser observada na Tabela 34.

Tabela 34: Composição por Renda Domiciliar

	Número de caso de		Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
	cluster	N			
Renda domiciliar	Engajados	167	2,92	1,143	,088
	Descrentes	88	2,15	,878	,094

Fonte: Elaborada pelo Autor

Os integrantes do cluster Engajados possuem renda domiciliar média ligeira, mas significativamente (Sig.<0,001) superior à dos integrantes do Descrentes. Enquanto os primeiros possuem uma média mais próxima ao intervalo de 2 a 5 salários mínimos (2,92), os integrantes do cluster Descrentes apresentam uma média mais próxima ao intervalo entre 1 e 2 salários mínimos (2,15).

Por fim, a diferença na frequência de acesso à internet dos integrantes dos dois grupos mostrou-se significativamente relevante (Sig.<0,001), usando o teste t de diferença de médias. A média de cada cluster pode ser observada na Tabela 35.

Tabela 35: Composição por Frequência de Acesso à Internet

	Número de caso de cluster	N	Média	Desvio Padrão	Erro padrão da média
Com que frequência costuma acessar a internet	Engajados	167	3,95	,241	,019
	Descrentes	88	3,72	,566	,060

Fonte: Elaborada pelo Autor

Essa última análise mostrou que os integrantes do cluster Engajados (3,95) utilizam ligeira, mas significativamente (Sig.<0,001) com mais frequência a internet do que os integrantes do cluster Descrentes (3,72). Essa diferença é de, aproximadamente, 6,2% maior no grupo de pessoas mais engajadas e satisfeitas, embora não seja possível afirmar se há alguma relação entre causa e efeito.

Os baixos índices de Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora, em ambos os clusters, já eram esperados e podem ser um dos fatores que justificam a dificuldade de mobilização pelo legislativo municipal. Com visto anteriormente, o movimento de antipolítica se fortalece nas diferentes camadas sociais (SCHEDLER, 1988), refletindo o descontentamento com a atual estrutura política, incapaz de compreender e satisfazer as demandas sociais (REIS, 1988; BAQUERO, 2004).

Além disso, fatores históricos, econômicos e culturais devem ser considerados na elaboração de programas de mobilização. Restou confirmado que ser mulher, possuir menor renda e ter estudado por menos tempo influencia negativamente nos escores (tendência a ser agrupada com o cluster Descrentes). É notório que a parcela da população com maior demanda por ações de inserção política e social e por serviços públicos convencionais (educação, por exemplo), além de insatisfeito com o poder legislativo, também são mais descrentes e menos engajados.

Nesse grupo, numericamente igual de homens e mulheres, encontram-se também a maioria dos desempregados e do lar, os de maior coabitação e de menor frequência de acesso à internet. A necessidade de ações para a divulgação e explicação das ferramentas participativas devem dar especial atenção a esse grupo menos engajado e menos satisfeito com o status quo.

A estruturação sistemática e abrangente de instrumentos participativos, presenciais e virtuais, distante do populismo retórico e focado na inserção social, com ferramentas de

acessibilidade para os socialmente fragilizados e real capacitação para sua utilização, poderia auxiliar na produção e armazenamento de dados utilizáveis para a elaboração de políticas públicas.

Rememorando Okot-Uma (2001), Evans (2006) e Holzer (2012) temos que as ferramentas de governo eletrônico devem ser idealizadas e estruturadas de maneira sistêmica, são de fácil penetração social e influenciam na qualidade, na diminuição do custo e na agilidade dos serviços públicos. O Banco Mundial (2002) indica que entre os resultados possíveis estão oportunidades de desenvolvimento que beneficiam especialmente as comunidades rurais e tradicionalmente carentes.

Um fator importante demonstrando na pesquisa é a alta frequência de acesso à internet de todos os respondentes. mesmo no cluster Descrentes o índice tende a 4, codificação referente àqueles que a acessam diariamente. Embora seja necessário a manutenção de meios presenciais e adaptados de participação na vida pública, os índices obtidos indicam a baixa probabilidade de segregação social baseada na exclusão digital.

Conforme demonstrado no referencial teórico, o interesse é requisito basilar para o engajamento político e surge da capacidade de entender a possibilidade de participação e a sua efetividade nas transformações sociais. Devido a incapacidade financeira do legislativo municipal implementar a integralidade do governo digital em um prazo curto, torna-se cogente a inclusão desse grupo ainda durante o predomínio das ferramentas tradicionais, para exercer a democracia e participar da construção do novo sistema representativo.

Fundamentado nas contribuições do referencial teórico apresentado e nos resultados do estudo empírico realizado, que apontou os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora, foi elaborado um Plano de Ação, que deverá contribuir para a reestruturação dos instrumentos de democracia participativa da Câmara Municipal de juiz de Fora.

3. PLANO DE AÇÃO

No Capítulo 1 desta pesquisa foi apresentada a Câmara Municipal de Juiz de Fora, abordando o município em que se insere, a população a qual representa e com quem interage, sua estrutura administrativa e seus instrumentos participativos. Concluiu-se que o uso de tecnologia de informação e comunicação (TICs) pelo poder legislativo municipal é tão rudimentar que não permite afirmar que exista ali qualquer tipo de implantação do governo digital.

O cenário conhecido permite supor que há motivações internas e externas que inviabilizam a interação entre governantes e governados. Os instrumentos existentes não condizem com os desejos e necessidades do cidadão juiz-forano do século XXI, carecendo de transformações que permitam que a vontade popular invada a casa legislativa municipal, reverbere em grandes e produtivas discussões e seja expelida em forma de projetos e serviços públicos eficientes. Como já fora dito no referencial teórico, o povo é o detentor supremo do poder e a razão da existência do Estado, sendo ele o destinatário de todas as políticas públicas.

Desta forma, seria irracional supor a possibilidade de transformação da coletividade no intuito de adaptá-la aos projetos já existentes na Câmara Municipal de Juiz de Fora. Como explicitado, muitos deles já se encontram inativos ou são incapazes de gerar os resultados práticos desejados, seja por sua incapacidade de mobilizar e interagir com a população, seja pela incapacidade estrutural de resultar em políticas públicas eficientes.

Assim, tentando solucionar os problemas expostos, surgiu a reflexão central da pesquisa, que se propôs a identificar quais os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora. Essa identificação foi operacionalizada no Capítulo 2, em que se apresentou o referencial teórico sobre participação popular e sobre governo digital e os resultados de um estudo empírico junto a eleitores de Juiz de Fora.

Imagina-se, diante de experiências ocorridas em outros municípios, estados e países, que a implantação do governo digital corrigirá muitos dos problemas encontrados e permitirá, sempre que necessário, a reestruturação das ferramentas implementadas para atingir os objetivos emergentes de uma cidade dinâmica e globalizada.

Entretanto, foi visto no referencial teórico que as tecnologias de informação e comunicação permitem que ferramentas exitosas no mundo presencial coexistam com o governo digital, passando a integrá-lo. Foi visto, também, que a democracia é uma construção histórica de cada povo e que a participação popular tem fundamentos multifatoriais – o que

foi comprovado pelo estudo empírico – exigindo que as peculiaridades da população de Juiz de Fora sejam consideradas na construção de um eventual modelo prático.

Este capítulo tem como objetivo apresentar medidas capazes de reduzir o problema de gestão pública apresentado, de modo a restabelecer a interação participativa entre a Câmara Municipal de Juiz de Fora e os munícipes. As ações têm como base os elementos críticos apresentados ao final do Capítulo 1; o referencial teórico estudado na seção 2.1; e o estudo empírico exposto na seção 2.2. As medidas serão apresentadas por meio de um plano de ação inicial que abrange a reinserção participativa através de mecanismos de restabelecimento da mobilização e interação e algumas propostas efetivas com o objetivo de preparar o poder legislativo local para a implementação de ferramentas digitais.

O plano de ação a ser proposto deverá se amparar na solução ou minimização dos elementos críticos elencados ao final do capítulo 1, quais sejam: busca de soluções para a baixa capacidade de mobilização social, a dificuldade de acesso aos instrumentos pela população, a estruturação inadequada ou descontextualizada dos instrumentos e a incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas. Será norteado, portanto, pela necessidade de divulgação e explicação sobre as ferramentas participativas existentes; a conscientização dos cidadãos sobre os trabalhos realizados pela CMJF, as funções dos vereadores e suas limitações; a centralização institucional das atividades de participação popular e dos dados resultantes e, por fim, implantação introdutória e programada das ferramentas de governo digital.

As ações serão estruturadas de acordo com o modelo administrativo 5W2H de gerenciamento de atividades, que concentra simplificada e as principais informações necessárias para que qualquer gestor seja capaz de implantar o plano proposto. Para isso, prescreve sete pontos fundamentais: What (o que será feito); Why (por que será feito); Where (onde será feito); When (quando será feito); Who (por quem será feito); How (como será feito) e How much (quanto irá custar). Segundo Gomes (2014) 5W2H, trata-se de uma ferramenta para elaboração de planos de ação simples, objetiva e norteadora da ação que tem sido muito utilizada em gestão de projetos, análise de negócios e elaboração de planos de ação.

Pontua-se, desde já, que os custos para a implantação total de governos digitais são elevados, não sendo viável sua concretização em uma etapa única, especialmente diante do cenário econômico atual e vindouro. Além disso, ficou evidenciado no estudo teórico que a utilização de ferramentas digitais pressupõe a conscientização e a educação da população

envolvida. Portanto, ações visando a esses dois objetivos devem ser realizadas em uma etapa prévia, antes da implantação do conceito de ferramentas digitais. O quadro 3 correlaciona as necessidades encontradas e as propostas de melhoria para os problemas encontrados.

Quadro 3: Necessidades e Propostas.

NECESSIDADES	PROPOSTAS
Divulgação e explicação sobre as ferramentas participativas existentes e a conscientização sobre os trabalhos realizados pela CMJF, as funções dos vereadores e suas limitações	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de aplicativo para celulares, diferenciando o público jovem e adulto. • Interação virtual com a população jovem e adulta. • Utilização de companhias teatrais para explicar as atividades na Câmara Municipal de Juiz de Fora e os diversos meios de interação e participação popular.
Centralização institucional das atividades de participação popular e dos dados resultantes	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação do Centro de Atenção ao Cidadão
Implantação introdutória e programada das ferramentas de governo digital	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e agenda de implementação do e-gov da CMJF.

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Reitera-se, assim, que as ações propostas serão introdutórias e educativas, e buscarão priorizar atividades de baixo custo, sem descuidar da eficiência necessária. Ficará perceptível, portanto, a utilização de recursos já disponíveis e a preferência por atividades em que o próprio destinatário dissemine, voluntária ou involuntariamente, os conhecimentos participativos por ele adquiridos.

3.1 Ações 1, 2 e 3 - Divulgação, explicação e conscientização

As ações 1, 2 e 3, com o objetivo de divulgar e explicar sobre as ferramentas participativas existentes, relaciona-se com os elementos críticos baixa capacidade de mobilização social e a dificuldade de acesso aos instrumentos pela população. As mesmas ações serão inicialmente utilizadas para a conscientização sobre os trabalhos realizados pela CMJF, as funções dos vereadores e suas limitações.

Na segunda fase da pesquisa, quando questionados sobre o conhecimento das ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sobre como utilizá-las, apenas 22 participantes (7,4%) responderam afirmativamente para ambas as

considerações. Além disso, 140 participantes (47%) mostraram desconhecimento total. Esse número indica que somente uma pequena parte da população encontra-se apta a interagir com o poder que a representa. Da mesma forma, apenas 75 (25,2%) participantes afirmaram conhecer as funções dos vereadores e suas limitações

Retomando Machado (2016), a participação está relacionada a ocupação do espaço e às reais condições de influenciar no diálogo e na construção coletiva de uma determinada temática. Em resumo, o restabelecimento da interação com a população deve ser inserido na agenda da Câmara Municipal de Juiz de Fora, não havendo espaço para a imposição de uma forma absolutamente rígida, pois qualquer estranhamento ou aversão pode inviabilizar a comunicação com a população.

O dispêndio de esforços para viabilizar o atual modelo deve-se ao fato de que as limitações financeiras municipais obrigam a implantação gradual das ferramentas eletrônicas, sendo necessário a manutenção – mesmo que adaptadas – das arenas políticas disponíveis. Além disso, a existência do e-gov não significa obrigatoriamente futura extinção das ferramentas tradicionais presenciais compatíveis, e caso ocorra, essa interlocução restabelecida permitirá uma política de adaptação gradual dos usuários.

O modelo proposto reflete a preocupação de curto, médio e longo prazo. Para que seja mais difícil a repetição do atual cenário de dificuldade de mobilização, a estratégia almejará informar e preparar também as crianças e os adolescentes. Os quadros apresentados adiante, nesta seção, abordam a criação de aplicativo para celulares, a interação virtual com a população jovem e adulta (“campanha”) e a utilização de “teatro escola” e de “teatro empresa”.

A campanha será realizada por uma empresa especializada em publicidade e deverá informar sobre a existência dos instrumentos participativos, o modo de utilizá-los, a importância da participação popular e a abertura de diálogo com a sociedade para a implementação das ferramentas de governo eletrônico. A empresa poderá incentivar o engajamento da população, resultando em produtos publicitários secundários de livre divulgação e isento de ônus para a administração pública.

O aplicativo, inicialmente para divulgação dos trabalhos, informes institucionais e interações mais simples, será gradativamente aprimorado, tornando-se, posteriormente, uma das principais ferramentas de governo digital. A futura complexidade do aplicativo exigirá servidores robustos, capazes de processar milhões de dados simultaneamente, e acompanhamento permanente da equipe de manutenção da empresa contratada.

Já as encenações teatrais ocorrerão em escolas públicas e privadas e em empresas de médio e grande porte. As peças serão formadas por “esquetes” informativas e educativas cuja função será esclarecer sobre as atividades desempenhadas pelos vereadores, sobre a importância da participação popular e sobre as ferramentas de participação na CMJF.

O Quadro 4 mostra a ação 1 na perspectiva do 5W2H.

Quadro 4: Criação de aplicativo para celulares.

O quê?	Criação de aplicativo para celulares.
Por quê?	O questionário mostrou alta frequência de acesso à internet pelos entrevistados, o desejo de participar das decisões da CMJF e a crença de que ferramentas digitais os tornaria mais participativos.
Onde?	Produzido por empresa terceirizada e disponibilizado para em lojas de aplicativos virtuais (Android e iOS).
Quando?	Segundo semestre de 2021
Quem?	Contratação de empresa especializada em desenvolvimento e manutenção de aplicativos complexos.
Como?	Divulgação dos trabalhos, informes institucionais e interações.
Quanto?	R\$ 300 mil – desenvolvimento R\$ 30 mil por mês – manutenção, evolução e hospedagem

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Da mesma forma, o Quadro 5 mostra a ação 2 na perspectiva do 5W2H.

Quadro 5: Interação virtual (Páginas Virtuais e Redes Sociais)

O quê?	Interação virtual (Páginas Virtuais, Redes Sociais, Jornais, Revistas, etc.)
Por quê?	O questionário mostrou alta frequência de acesso à internet pelos entrevistados, o desejo de participar das decisões da CMJF e a crença de que ferramentas digitais os tornaria mais participativos.
Onde?	Campanha para site, redes sociais, TV Câmara, Rádio Câmara, jornais, revistas e todos os espaços gratuitos disponibilizados.
Quando?	Início de 2021
Quem?	Contratação de empresa de publicidade para desenvolver, produzir e disponibilizar materiais publicitários de divulgação, explicação e conscientização.
Como?	O material deverá informar sobre a existência dos instrumentos participativos, o modo de utilizá-los, a importância da participação popular e a abertura de diálogo com a sociedade para a implementação das ferramentas de governo eletrônico.

Quanto?	R\$ 400 mil – período de 1 ano
---------	--------------------------------

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Da mesma forma, o Quadro 6 mostra a ação 2 na perspectiva do 5W2H.

Quadro 6: Intervenções teatrais.

O quê?	“Teatro Escola/Empresa, Teatro de Rua e Intervenções”
Por quê?	O questionário mostrou que, apesar do desejo de participar das decisões da CMJF, os habitantes desconhecem os instrumentos participativos e as funções/limitações dos vereadores.
Onde?	Escolas Públicas e Privadas Empresas Associações dos Moradores de Bairro Instituições Religiosas ONGs Espaços Públicos (Intervenções)
Quando?	Início de 2021
Quem?	Contratação de companhia teatral especializada nesse segmento para encenar peças e intervenções educativas em escolas, empresas, associações dos moradores de bairro, instituições religiosas, ongs e espaços públicos
Como?	Peças e intervenções teatrais informativas e educativas. Os textos encenados serão adaptados para cada segmento.
Quanto?	R\$ 1000,00 por apresentação

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Assim, as ações 1, 2 e 3 iniciam a divulgação e explicação sobre as ferramentas participativas existentes e a conscientização sobre os trabalhos realizados pela CMJF, as funções dos vereadores e suas limitações, sendo posteriormente auxiliadas por novas ações implementadas gradualmente de acordo com a agenda a ser estabelecida.

3.2 Ação 4 - Centralização institucional das atividades de participação popular e dos dados resultantes

A ação 4, com o objetivo de divulgar e explicar sobre as ferramentas participativas existentes, relaciona-se com os elementos críticos estruturação inadequada ou

descontextualizada dos instrumentos e a incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas.

A atual pulverização dos instrumentos participativos pelos diferentes setores da Câmara Municipal de Juiz de Fora dificulta a visualização do sistema participativo como um conjunto interligados de interação com os cidadãos. Além disso, essa fragmentação impede a consolidação de dados em um único sistema que permita utilizá-los na elaboração de políticas públicas. Muitos desses dados, inclusive, sequer são retidos.

Dessa forma, o plano de ação propõe a reestruturação do Centro de Atenção ao Cidadão, para que se torne o setor responsável por todos os projetos de participação existentes, sendo estes inicialmente recebidos na forma em que se encontram. Posteriormente, esse departamento deverá verificar a possibilidade de reativar os programas inativos, corrigindo as falhas até então cometidas. Ainda que ativos, todos os programas deverão ser aprimorados.

A reestruturação exigirá a formação de uma comissão de três servidores da CMJF para que juntos possam identificar a atual realidade do departamento e realizar um minucioso estudo que resulte numa proposta a ser aprovada pelas instâncias regimentalmente cabíveis.

Essa ação tem como objetivo a instrumentalização do Centro de Atenção ao Cidadão, para que ele tenha as ferramentas necessárias para a gradual implementação do governo digital, ou seja trata-se, portanto, de medidas de racionalidade organizacional e concentração de atribuições.

O Quadro 7 mostra a ação 4 na perspectiva do 5W2H. Reitera-se que ocorrerão modificações de atribuições e, eventualmente, estruturais (organizacionais e físicas), entretanto, almeja-se que não resultem em custos elevados pelos motivos já apresentados.

Quadro 7: Reestruturação do Centro de Atenção ao Cidadão.

O quê?	Reestruturação do Centro de Atenção ao Cidadão.
Por quê?	O setor foi criado para viabilizar projetos de interação entre o poder legislativo e a sociedade. Porém, por motivos diversos, algumas de suas funções foram redistribuídas, enquanto outras, sem pertinência temática, foram absorvidas. Além das consequências organizacionais, essas alterações resultaram na pulverização dos dados decorrentes da participação popular.
Onde?	Câmara Municipal de Juiz de Fora.
Quando?	Primeiro semestre de 2021.
Quem?	Comissão formada por três servidores para elaborar o projeto de reestruturação.
Como?	Essa comissão elaboraria o projeto, que seria aprovado pelas instâncias

	regimentalmente cabíveis da CMJF
Quanto?	Servidores (40h): R\$4 mil

Fonte: Elaborada pelo Autor.

O Centro de Atenção ao Cidadão liderará os trabalhos de implantação programada das ferramentas de governo digital, sendo auxiliado pelos demais setores da casa legislativa, entre os quais se destacam os setores responsáveis pela comunicação e pela tecnologia da informação na CMJF.

3.3 Ação 5 - Criação e agenda de implantação do e-gov da CMJF.

Esta ação surge para solucionar a baixa capacidade de mobilização social, a dificuldade de acesso aos instrumentos pela população e a incapacidade de produzir e armazenar dados utilizáveis na elaboração de políticas públicas.

Enquanto as ações 1 a 3 tem como objetivo a reinserção social dos instrumentos participativos existentes com a finalidade de restabelecer o diálogo entre o legislativo municipal e os cidadãos, a ação 4 reorganiza a Câmara Municipal de Juiz de Fora para centralizar os instrumentos existentes, preparando o ambiente para a implantação do Governo Eletrônico.

A ação 5, por sua vez, é a criação de um governo eletrônico desejado pela população de Juiz de Fora e a agenda de sua implantação. Nessa fase, a Administração Pública deverá promover amplos debates para compreender quais as necessidades e os anseios da população e quais os instrumentos desejados por ela. Esse novo conceito deverá priorizar o cidadão, garantindo informações e serviços de qualidade, além de instrumentos participativos realmente eficazes.

Inicialmente, a CMJF divulgará, utilizando das mídias sociais e tradicionais, as datas e os locais dos encontros presenciais, que ocorrerão em dois eventos em cada região da cidade. Ao mesmo tempo, arenas sistematizadas serão criadas nas redes sociais para coleta de dados que fundamentem a estruturação do novo modelo participativo.

Como resultado dos debates, será apresentado um projeto de implantação do Governo Eletrônico da CMJF, em fases sucessivas e com prazos estimados. Todo esse processo será liderado pelos servidores do Centro de Atenção ao Cidadão da Câmara Municipal de Juiz de Fora, sendo a ampla publicidade fundamental para o engajamento e para a participação

popular durante a criação e, posteriormente, durante o processo de implantação.

O interesse popular, assim como a adequação das ferramentas eletrônicas foram mostradas pelos resultados obtidos na segunda fase da pesquisa. 219 participantes (73,5%) concordaram totalmente com a ideia de que as ferramentas digitais (internet) aumentariam suas possibilidades de acompanhar e de participar das decisões da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Da mesma forma, 205 participantes (68,8%) concordaram totalmente com a afirmação de que gostariam de manifestar suas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência.

Os dados evidenciam o interesse participativo e a possibilidade de potencializar a participação dele decorrente. Retomando a lógica de Prior (2010), o interesse político é entendido como um dos principais preditores da probabilidade de os indivíduos se envolverem em atividades políticas.

O Quadro 8 mostra a ação 5 na perspectiva do 5W2H, porém deve ser compreendido que se trata de um projeto gradual ou permanente, que sofrerá adaptações conforme surjam as necessidades.

Quadro 8: Criação e agenda de implantação do e-gov da CMJF.

O quê?	Criação e agenda de implantação do e-gov da CMJF.
Por quê?	As atuais ferramentas, isoladamente, não satisfazem as necessidades e os anseios do cidadão juiz-forano do século XXI
Onde?	Centro de Atenção ao Cidadão
Quando?	Segundo semestre de 2021. É necessário aguardar a ação 4.
Quem?	Liderado pelo Centro de Atenção do Cidadão, com o envolvimento de toda a sociedade.
Como?	Ampla discussão com a sociedade por meios virtuais e presenciais, em que serão determinados os instrumentos de governo eletrônico a serem implantados na CMJF e o cronograma a ser seguido.
Quanto?	Servidores (40h): R\$ 4 mil Deslocamento: R\$50 taxi (trecho) Empresa de Divulgação: R\$ 200 mil

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Essas são algumas medidas iniciais propostas com a finalidade de aprimorar e reestruturar as ferramentas participativas da Câmara Municipal de Juiz de Fora com o objetivo de institucionalizá-las, legitimá-las e otimizá-las. A implementação dessas ações introdutórias

são fundamentais para que haja avanços mais significativos no futuro, permitindo que a progressão na agenda de implantação das ferramentas digitais respeite a capacidade financeira do poder legislativo municipal, um diálogo mais consistente entre poder público e sociedade civil e a construção de um projeto institucional estável e robusto de participação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou como problema de pesquisa a questão “Quais os fatores associados à predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora?”. Baseando-se no referencial teórico apresentado e no estudo empírico realizado através da aplicação de questionários a uma amostra autogerada, foram verificados três fatores associados predisposição à participação popular junto ao legislativo municipal de Juiz de Fora.

Os fatores encontrados foram denominados de Engajamento Político, Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora e Confiança no Sistema, estando fundamentados por 13 afirmações contidas no questionário. Após as verificações estatísticas, eles foram relacionados as variáveis socioeconômicas dos respondentes, para que posteriormente ocorresse associações em grupos de afinidade de resposta – os cluster.

Entres os grupos encontrados, um se mostrava com médias iguais ou superiores nas variáveis dos fatores associados à predisposição à participação (Engajamento Político, Satisfação com a Câmara Municipal de Juiz de Fora e Confiança o Sistema) quando comparado com o outro. Embora as ações propostas pelo Plano de Ação se destinem a todos, esse grupo deverá merecer especial atenção, seja na tentativa de inseri-los no modelo ainda vigente, seja na construção do novo modelo eletrônico de participação. Como já apontado, o grupo menos engajado e satisfeito é formado por homens e mulheres em igual proporção e encontram-se a maioria dos desempregados, dos respondentes “do lar”, dos menos escolarizados, dos de maior coabitação, de menor renda e de menor frequência de acesso à internet.

Como limitação da pesquisa pode ser citada a utilização de uma amostra autogerada, que não permite a generalização dos resultados para o restante da população do município. Além disso, a possibilidade de falseamento de respostas nos questionários também pode ser um dos fatores limitantes da pesquisa.

Com todos os dados disponíveis e diante da proposta de promover a reinvenção do sistema participativo respeitando as dificuldade financeiras da Câmara Municipal de Juiz de Fora, os valores contemporâneos de cidadania (não gerar resíduo, por exemplo) e o período necessário para uma transição tranquila entre sistemas, foram propostas ações iniciais de preparação e introdução das ferramentas de e-gov. É recomendado, porém, que durante e após a execução do Plano de Ação sejam acompanhados os resultados obtidos para verificar a

necessidade de adaptação ou substituição das ações implementadas.

Como estudos futuros, propõe-se a reavaliação do questionário desta pesquisa a fim de se medir os possíveis avanços ocorridos e as novas necessidades emergentes. Deverão, também, propor ações que auxiliem o Centro de Atenção ao Cidadão na progressão da implantação das ferramentas eletrônicas, apontando equívocos, fornecendo dados e sugerindo mudanças.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Antonio J.; SCHMITZ, Eber A. **Análise de risco em gerência de projetos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.
- ANTONINI, Matteo; HOGG, Michael, MANNETTI, Lucia; BARBIERI, Barbara; WAGONER, Joseph. Motivating Citizens to Participate in Public Policymaking: Identification, Trust and Cost-Benefit Analyses. **Journal of Social and Political Psychology**. vol 3, 2015.
- BANCO MUNDIAL. **The e-government handbook for developing countries**. Center for Democracy e Technology, 2002.
- BAQUERO, César Marcello. **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BIERSTEDT, R. **Dicionário de Ciências Sociais**. Fundação Getúlio Vargas: Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986..
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto...** Revista do Serviço Público, ano 53, n. 1, jan./mar. 2002
- BRASIL. CGU – Controladoria Geral da União, Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **O vereador e a fiscalização dos recursos públicos municipais**. Brasília, 2011. Disponível em: <www.cgu.gov.br/cartilhavereadores >. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Regimento Interno**, Resolução nº 1114, Art. 2º, § 4. Disponível em www.camarajf.gov.br .
- CASTELLS, Manuel; **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil – TIC Governo Eletrônico 2010**. São Paulo: CGI.br, 2011. Disponível em: <https://www.cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-da-informacao-e-da-comunicacao-no-brasil-tic-governo-eletronico-2010>. Acesso em: 30 nov. 2019

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Cartilha dos Vereadores: O vereador e a fiscalização dos recursos públicos municipais**. Brasília: CGU, 2009

DAMÁSIO, Bruno F. Uso da Análise Fatorial Exploratória em Psicologia. **Avaliação Psicológica**, v. 2, n. 11, 2012, p.213-228

DAMIAN, I. P. M. **Um modelo para análise dos serviços de sites de governo eletrônicos**. 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012.

DRUMOND, Alexandre Matos; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; SILVA, Edson Arlindo. Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 3-25, Feb. 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Sept. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122014000100001>.

EVANS D.; YEN, D. C. **E-government: evolving relationship of citizens and government, domestic, and international development**. Government Information Quarterly 23, v. 23, n. 2, p. 207-235, 2006.

EVERITT, Brian; LANDAU, Sabine; LEESE, Morven. **Cluster analysis**. London: Arnold, 2001.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson B.; SILVA JUNIOR, José A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, 2010, p. 160-185

FLORES, Rafael Kruter; MISOCZKY, Maria Ceci. Participação no gerenciamento de bacia hidrográfica: o caso do Comitê Lago Guaíba. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 109-131, Feb. 2008. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Mar 2020.

FREITAS (H.), OLIVEIRA (M.), SACCOL (A.Z.) e MOSCAROLA (J.). O método de pesquisa survey. São Paulo/SP: **Revista de Administração da USP, RAUSP**, v. 35, nr. 3, Jul-Set. 2000, p.105-112

FREITAS DE ARAÚJO, D. Políticas públicas e participação popular no município de Juiz de Fora: orçamento participativo e câmara itinerante do legislativo municipal em perspectiva comparada. **CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, n. 8, 14 jan. 2010.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 3, n. 4, p. 1-18, Outubro-Dezembro, 2005.
- GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, Aug. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/12/2019.
- HAIR Jr., Joseph F.; BLACK, Bill; BABIN, Barry; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2009
- HAIR Jr., Joseph F.; CELSI, Mary W.; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip; PAGE, Michael J. **Essential of business research methods**. Armonk NY: M. E. Sharpe, 2011.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – Resultados do universo**. 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf - Acesso em: 10/10/2019
- KAUFMAN, Leonard; ROUSSEEUW, Peter J. **Finding groups in data: an introduction in cluster analysis**. Hoboken NJ: John Wiley & Sons, 2005
- LOCK, F. N. **Participação popular no controle da administração pública: um estudo exploratório**. *Revista Eletrônica de Contabilidade: Curso de Ciências Contábeis UFSM, Santa Maria*, v. 1, p.1-13, ago. 2004. Bimestral. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2020
- MACEDO, Paulo Sérgio de Novais. Democracia participativa na Constituição Brasileira. **Revista de Informação Legislativa** V.45, N° 176. Abr./Jun. 2008
- MACHADO, L. M. de O. Participação popular. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (Orgs.). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016, p. 183- 186.
- MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000200005>.
- McCARNEY, P. HALFANI, M. e RODRIGUEZ, A, 1998 (1995) “Hacia una definición de ‘governanza’”. “In *Proposiciones* (Santiago do Chile: Ed. SUR), n 28, p 118-155..

- MINAYO**, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, **2001**
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 3, p. 621-626, Mar. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08/12/2019
- Minayo MC & Sanches O 1993. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**9(3):239-262
- MORENO, Manuela do Carmo Lopes. **Avaliação do Governo Eletrônico (e-government): uma análise do portal de Cabo Verde**. FEA-RP/USP, Ribeirão Preto, 2014.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Direito da participação política: legislativa, administrativa, judicial (fundamentos e técnicas constitucionais da legitimidade). Rio de Janeiro: Renovar, 1992, XVII
- MUIJS, Daniel **Doing Quantitative Research in Education with SPSS**. London: SAGE Publications, 2004.
- NOBRE, E. A.; PÔRTO, I. M. S. A. **Democracia, transparência pública e participação popular, analisados sob o prisma constitucional**. Ed. 01, 2012.
- NORUŠIS, Marija J. **SPSS 10.0: guide to data analysis**. Upper Saddle River NJ: Prentice Hall, 2000.
- OKOT-UMA, R. **Electronic governance: re-inventing good governance**. London: Commonwealth Secretariat, 2001.
- OLIVEIRA, C. E. C. **Governo eletrônico: informações e serviços nos portais dos municípios médios do interior baiano**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 43, p. 65-90, 2010.
- PEREIRA. Julio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo: Edusp, 2004.
- PRIOR, M. **Any Good News in Soft News? The Impact of Soft News Preference on Political Knowledge**. Political Communication, p. 149-171, 2010.
- REIS, Fábio Wanderley. **Consolidação democrática e construção do Estado: Notas introdutórias e uma tese**. In: REIS, Fábio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (Org.). A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROSENFELD, Denis L. **Filosofia política e natureza humana**. Porto Alegre: L & PM

Editores, 1990.

RUEDIGER, M. A. **Governo Eletrônico ou Governança Eletrônica: conceitos alternativos no uso das tecnologias de informação para o provimento de acesso cívico aos mecanismos de governo e da reforma do Estado.** Disponível em Acesso em 08 de Out.2019.

SILVA, José Afonso. Curso de **Direito Constitucional Positivo** . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2007

VIEIRA, K. M.; DALMORO, M. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Anais XXXII ENANPAD.** Rio de Janeiro: 2008

WEST, Marcos Antônio Moreira. **Planejamento Estratégico:** a influência da TI e da análise de stakeholder na implementação de estratégias públicas. UFSC, 2003.

WILLIAMS, Carrie. **Research Methods.** Journal of Business & Economic Research, v. 5, n. 3, March 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participação Popular na Câmara Municipal de Juiz de Fora – MG

Este questionário faz parte do estudo conduzido por mestrando da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora (FACC-UFJF) e seu objetivo é identificar os fatores associados à predisposição de utilização das ferramentas de participação social no poder legislativo de Juiz de Fora.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- A pesquisa é anônima, não sendo possível identificar o participante.
- Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao pesquisador pela pesquisa pelo e-mail pesquisacmjf@gmail.com para o esclarecimento de eventuais dúvidas.
- Não haverá desembolsos pessoais para o participante/instituição ou compensação financeira relacionada à sua participação.
- As informações e materiais aqui coletados serão utilizados somente para fins acadêmicos e científicos, sendo divulgados em congressos e revistas científicas.
- O presente questionário somente deverá ser respondido por maiores de 16 anos residentes no município de Juiz de Fora.

Desde já agradecemos sua colaboração e o tempo despendido, destacando que tão logo tenhamos os resultados da pesquisa, teremos grande satisfação em disponibilizá-los para os interessados.

Após ter lido e entendido o texto precedente e ter tido oportunidade de esclarecimentos adicionais sobre o estudo:

Estou de acordo e desejo responder ao questionário.

Não estou de acordo / Não resido em Juiz de Fora / Sou menor de 16 anos.

Pular para a seção 12 (Seção sem título)

Qual o seu gênero?

Feminino

Masculino

Outro: _____

Qual a sua faixa etária?

16 a 24 anos

25 a 34 anos

35 a 44 anos

45 a 54 anos

55 ou mais

Qual o seu estado civil?

Solteiro(a)

Casado(a)/União Estável
Divorciado(a)/Separado(a)
Viúvo(a)

Qual a sua escolaridade?

Sem escolaridade ou ensino fundamental incompleto
Ensino fundamental completo
Ensino médio incompleto
Ensino médio completo
Ensino superior incompleto
Ensino superior completo
Pós Graduação completa

Qual a sua ocupação atual?

Apenas estuda
Apenas trabalha (assalariado/a)
Apenas trabalha (empresário/a ou autônomo/a)
Estuda e trabalha (assalariado/a)
Estuda e trabalha (empresário/a ou autônomo/a)
Aposentado(a)
Desempregado(a)
Do lar
Outro: _____

Em relação a sua própria cor ou raça, você a definiria como:

Branca
Preta
Amarela
Parda
Indígena
Outro: _____

Você mora em Juiz de Fora há quanto tempo?

anos ou menos
Mais de 3 a 6 anos
Mais 6 a 9 anos
Mais 9 a 12 anos
Mais de 12 anos

Você mora em qual região?

CENTRO (Alto dos Passos, Boa Vista, Bom Pastor, Centro, Costa Carvalho, Dom Bosco, Fábrica, Granbery, Jardim Glória, Jardim Paineiras, Jardim Santa Helena, Morro da Glória, Mundo Novo, Santa Catarina, Santa Cecília, São Mateus. Vale do Ipê, Vila Ozanan)
LESTE (Bairú, Bonfim, Botanágua, Centenário, Cesário Alvim, Grajaú, Linhares, Manoel Honório, Megglionário/N. Sra. Aparecida, Progresso, Santa Rita, São Benedito, São Bernardo, Vitorino Braga)
NORDESTE (Eldorado Granjas Betâneas, Jardim Bom Clima, Mariano Procópio, Muçumge da Grama, Santa Therezinha, Vale dos Bandeirantes)

NORTE (Barbosa Lage, Barreira do Triunfo, Benfica, Carlos Chagas, Cerâmica, Esplanada, Francisco Bernadino, Industrial, Jardim Natal, Jóquei Clube, Monte Castelo, Nova Era, Remonta, Represa, Santa Cruz, São Dimas)

OESTE (Aeroporto, Borboleta, Cruzeiro Santo Antônio, Martelos, Morro do Imperador, Nova Califórnia, Novo Horizonte, São Pedro)

SUDESTE (Barão do Retiro, Floresta, Nossa Sra. de Lourdes, Poço Rico, Santo Antônio, Vila Furtado de Menezes, Vila Ideal, Vila Olavo Costa)

SUL (Bomba de Fogo, Cascatinha, Graminha, Ipiranga, Sagrado Coração de Jesus, Salvaterra, Santa Efigênia, Santa Luzia, São Geraldo, Teixeiras)

Sarandira (Sarandira, Caeté)

Rosário de Minas (Rosário de Minas, Penido, Valadares)

Torreões (Torreões. Humaitá, Monte Verde, Toledos, Pirapitinga)

Outro: _____

Quantas pessoas moram com você?

moro sozinho

moro com mais 1 (uma) pessoas

moro com mais 2 (duas) pessoas

moro com mais 3 (três) pessoas

moro com mais 4 (quatro) pessoas

moro com mais 5 (cinco) pessoas

moro com mais 6 (seis) pessoas

moro com mais 7 (sete) pessoas

Outro: _____

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente, a renda doméstica mensal?

Até 1 salário mínimo (R\$1.045)

Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$2.090)

Mais de 2 até 5 salários mínimos (R\$5.225)

Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 10.450)

Mais de 10 salários mínimos

Com que frequência você costuma acessar a internet (incluindo celular)?

Todos os dias

4 a 6 dias por semana

1 a 3 dias por semana

Raramente

Democracia e Representatividade

A democracia é a melhor forma de governo.

Discordo totalmente

Discordo em parte

Nem discordo nem concordo

Concordo em parte

Concordo totalmente

O processo eleitoral em minha cidade é inclusivo e confiável.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Voto porque sou obrigado.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Pesquise o histórico do candidato, sua ideologia política e a viabilidade de suas propostas.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Escolho um candidato, mas não anulo o meu voto.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Tento convencer as pessoas a votarem no candidato que escolhi.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Não busco informações em fontes que têm opiniões políticas diferentes das minhas.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

As fake news (notícias falsas espalhadas pela internet ou boca a boca) influenciam nos resultados das eleições em minha cidade.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Os dados divulgados pelos órgãos públicos são de fácil compreensão.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Os políticos são confiáveis e se importam com a população.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Os políticos e as instituições públicas são inacessíveis.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

A participação dos cidadãos nas decisões políticas é fundamental para melhorar uma cidade.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Os políticos só tomam decisões para melhorar a vida da população quando há mobilização e manifestação dos cidadãos.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

As decisões políticas devem ser tomadas por especialistas técnicos, sem se basear na opinião da população.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Só devo discutir políticas públicas que me afetam diretamente.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo

Concordo em parte
Concordo totalmente

Costumo participar de passeatas e protestos contra decisões dos governantes e para pressionar os políticos a tomarem decisões para melhorar a vida da população

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Sou bem representado(a) pelas lideranças do meu bairro/região.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Tecnologia e Política

Utilizo a internet para obter informações sobre política.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Acredito que as informações das redes sociais são mais confiáveis e imparciais do que as informações divulgadas pelas mídias tradicionais.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

O contato presencial com o político não é importante, podendo ser substituído por ferramentas digitais/virtuais.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Expresso minha opinião política em minhas redes sociais.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo

Concordo em parte
Concordo totalmente

Expresso minha opinião sobre políticos ou órgão públicos comentando em suas páginas ou redes sociais.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Assino e divulgo petições públicas com os quais concordo nas minhas redes sociais.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Apuro a veracidade dos fatos antes de compartilhar qualquer publicação.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Câmara Municipal de Juiz de Fora

Acompanho regularmente a agenda e as votações da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Eu estou satisfeito com o trabalho realizado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

A Câmara Municipal de Juiz de Fora é transparente e acessível.

Discordo totalmente

Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

A Câmara Municipal de Juiz de Fora zela por todos os bairros da cidade e todos os grupos sociais sem distinção.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Eu sei quais as funções dos vereadores e suas limitações.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Escolho meu candidato a vereador por sua atuação na região/bairro onde vivo.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

O vereador deve votar de acordo com a vontade do povo.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Reclamações coletivas são mais eficazes do que contatos privados com órgão públicos ou políticos.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Participo de grupo de discussões e/ou sigo páginas que evidenciam os problemas de Juiz de Fora nas Redes Sociais.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Conheço as ferramentas de participação popular da Câmara Municipal de Juiz de Fora e sei como utilizá-las.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Gostaria de manifestar minhas opiniões e participar das atividades da Câmara Municipal de Juiz de Fora com mais frequência.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Ferramentas digitais (internet) aumentariam minhas possibilidades acompanhar e de participar das decisões da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Discordo totalmente
Discordo em parte
Nem discordo nem concordo
Concordo em parte
Concordo totalmente

Seção sem título

OBRIGADO POR SUA PARTICIPAÇÃO!

APÊNDICE B – TABELA DE CODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS

Masculino – 1

Feminino – 2

16 a 24 anos – 1

25 a 34 anos – 2

35 a 44 anos – 3

45 a 54 anos – 4

+ 55 anos – 5

Solteiro(a) – 1

Casado(a)/União Estável – 2

Divorciado(a)/Separado(a) – 3

Viúvo(a) – 4

Sem escolaridade ou ensino fundamental incompleto – 1

Ensino fundamental completo – 2

Ensino médio incompleto – 3

Ensino médio completo – 4

Ensino superior incompleto – 5

Ensino superior completo – 6

Pós Graduação completa – 7

Apenas estuda – 1

Apenas trabalha (assalariado/a) – 2

Apenas trabalha (empresário/a ou autônomo/a) – 3

Estuda e trabalha (assalariado/a) – 4

Estuda e trabalha (empresário/a ou autônomo/a) – 5

Do lar – 6

Aposentado(a) – 7

Estagiário – 8

Desempregado(a) – 9

Branca – 1

Parda – 2

Preta – 3

Amarela – 4

Indígena – 5

3 anos ou menos – 1

Mais de 3 a 6 anos – 2

Mais 6 a 9 anos – 3

Mais 9 a 12 anos – 4

Mais de 12 anos – 5

Fábrica, Grambery, Jardim Glória, Jardim Paineiras, Jardim Santa Helena, Morro da Glória, Mundo Novo, Santa Catarina, Santa Cecília, São Mateus. Vale do Ipê, Vila Ozanan) – 1
 SUL (Bomba de Fogo, Cascatinha, Graminha, Ipiranga, Sagrado Coração de Jesus, Salvaterra, Santa Efigênia, Santa Luzia, São Geraldo, Teixeiras) – 2
 NORTE (Barbosa Lage, Barreira do Triunfo, Benfica, Carlos Chagas, Cerâmica, Esplanada, Francisco Bernadino, Industrial, Jardim Natal, Jóquei Clube, Monte Castelo, Nova Era, Remonta, Represa, Santa Cruz, São Dimas) – 3
 LESTE (Bairú, Bonfim, Botanágua, Centenário, Cesário Alvim, Grajaú, Linhares, Manoel Honório, Meggliolário/N. Sra. Aparecida, Progresso, Santa Rita, São Benedito, São Bernardo, Vitorino Braga) – 4
 OESTE (Aeroporto, Borboleta, Cruzeiro Santo Antônio, Martelos, Morro do Imperador, Nova Califórnia, Novo Horizonte, São Pedro) – 5
 SUDESTE (Barão do Retiro, Floresta, Nossa Sra. de Lourdes, Poço Rico, Santo Antônio, Vila Furtado de Menezes, Vila Ideal, Vila Olavo Costa) – 6
 NORDESTE (Eldorado Granjas Betânea, Jardim Bom Clima, Mariano Procópio, Muçumge da Grama, Santa Therezinha, Vale dos Bandeirantes) – 7
 Torreões (Torreões. Humaitá, Monte Verde, Toledos, Pirapitinga) – 8
 Sarandira (Sarandira, Caeté) – 9
 Rosário de Minas (Rosário de Minas, Penido, Valadares) – 10
 Erro – 99

moro sozinho – 0
 moro com mais 1 (uma) pessoa – 1
 moro com mais 2 (duas) pessoa – 2
 moro com mais 3 (três) pessoa – 3
 moro com mais 4 (quatro) pessoa – 4
 moro com mais 5 (cinco) pessoa – 5
 moro com mais 6 (seis) pessoa – 6
 moro com mais 7 (sete) pessoa – 7

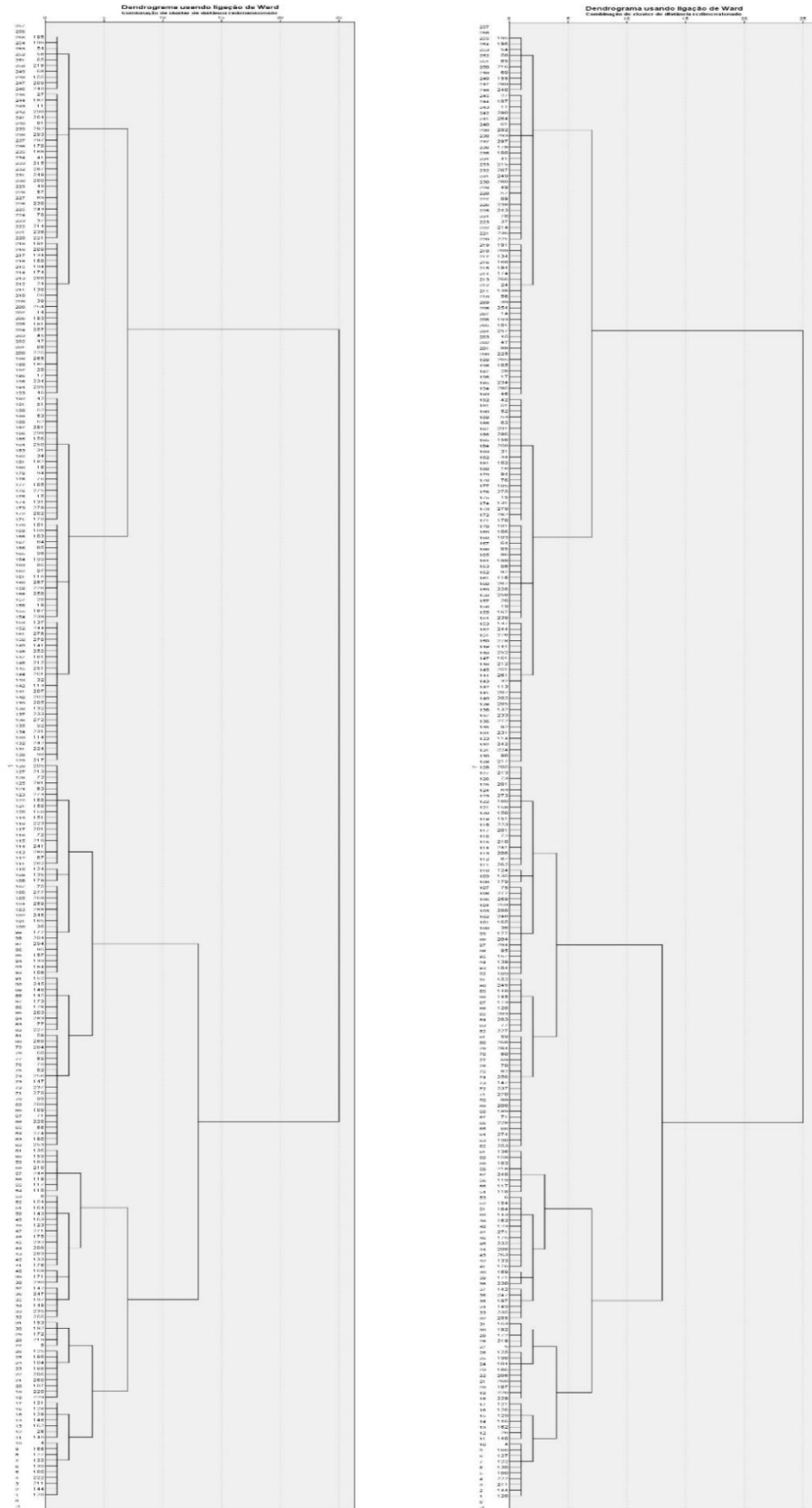
Até 1 salário mínimo (R\$1.045) – 1
 Mais de 1 até 2 salários mínimos (R\$2.090) – 2
 Mais de 2 até 5 salários mínimos (R\$5.225) – 3
 Mais de 5 até 10 salários mínimos (R\$ 10.450) – 4
 Mais de 10 salários mínimos – 5

Raramente – 1
 1 a 3 dias por semana – 2
 4 a 6 dias por semana – 3
 Todos os dias – 4

Discordo totalmente – 1
 Discordo em parte – 2
 Nem discordo nem concordo – 3
 Concordo em parte – 4
 Concordo totalmente – 5

Não sei opinar/avaliar – 6

APÊNDICE C - DENDROGRAMA COM QUATRO E DOIS GRUPOS



Fonte: Elaborada pelo Autor